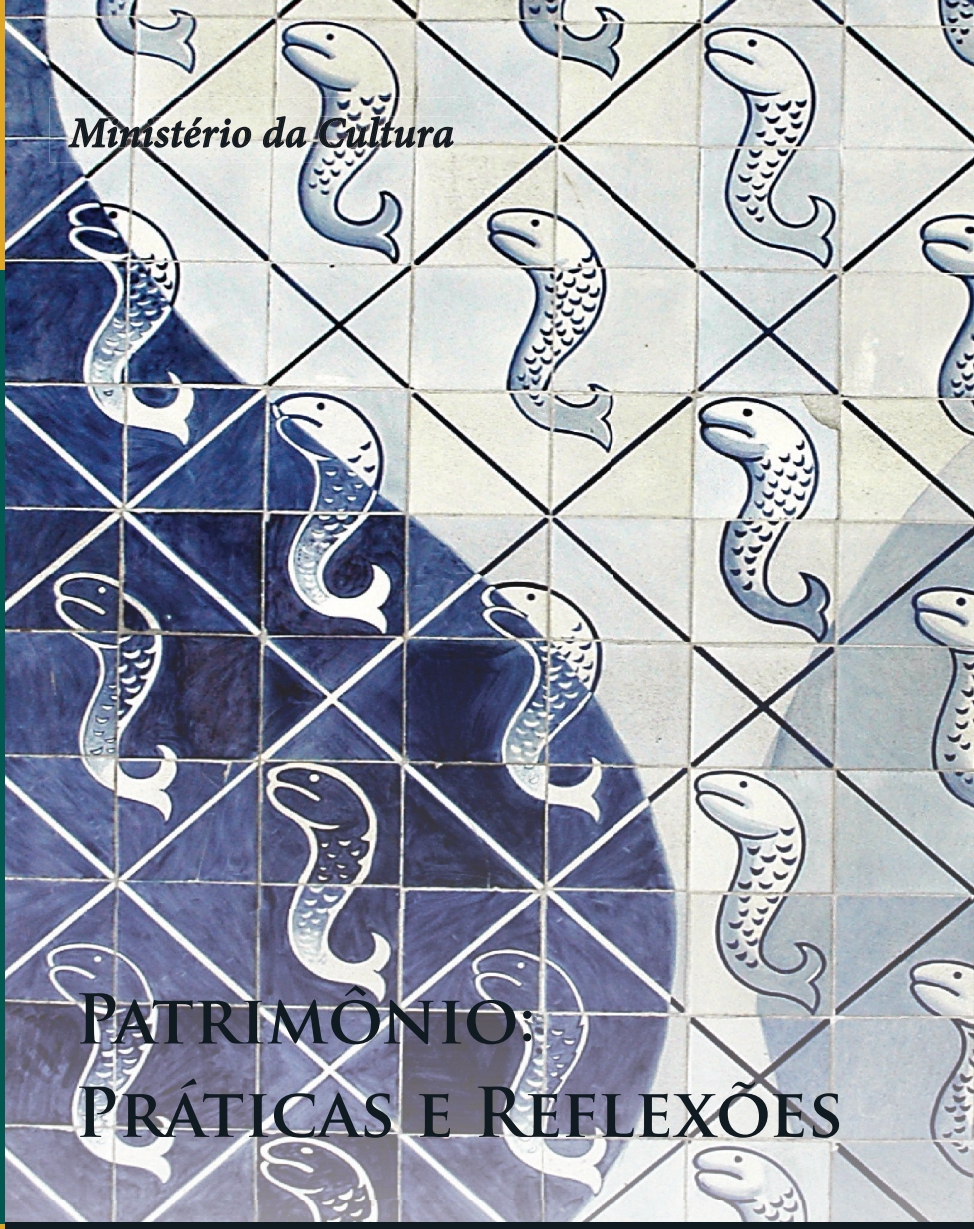
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

IPHAN



Patrimônio: Práticas e Reflexões

Patrimônio e Políticas Públicas

Anais da V Oficina de Pesquisa

PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

V OFICINA DE PESQUISA

Presidente Interino da República
Michel Temer

Ministro da Cultura
Marcelo Calero

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Procurador Chefe
Heliomar Alencar de Oliveira

Departamento de Planejamento e Administração
Marcos José Silva Rêgo

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Andrey Rosenthal Schlee

Departamento do Patrimônio Imaterial
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

Departamento de Articulação e Fomento
Marcelo Brito

Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa (Copedoc)
Lia Motta

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

V OFICINA DE PESQUISA

Rio de Janeiro, Copedoc/DAF/IPHAN, 2016

Patrimônio: Práticas e Reflexões nº 8

Patrimônio e políticas públicas:
Anais da V Oficina de Pesquisa

Organização
Claudia Feierabend Baeta Leal

Revisão Técnica
Bettina Zellner Grieco
Claudia Feierabend Baeta Leal
Julio Bandeira
Lia Motta

Comissão Editorial
Flávia Brito do Nascimento (USP)
José Simões de Belmont Pessôa (UFF)
Julio Bandeira (Copedoc/DAF/IPHAN)
Luciano dos Santos Teixeira (PEP/MP)
Luiz Philippe Peres Torelly (DAF/IPHAN)
Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)
Renata Santos (Agência Contemporânea de Pesquisa)
Valéria Leite Aquino (UERJ)

Projeto Gráfico
Marcela Perroni – Ventura Design

Diagramação
Bettina Zellner Grieco

Foto Capa
Oscar Henrique Liberal

Elaborado por Biblioteca Noronha Santos/IPHAN

I59p Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-geral de Documentação e Pesquisa (5: 2011: Rio de Janeiro, RJ)

Patrimônio e políticas públicas: Anais da V Oficina de Pesquisa / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-geral de Documentação e Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.
180 p.: il.; 16x23 cm. – (Patrimônio: Práticas e Reflexões; 8).

ISBN 978-85-7334-302-1

1. Patrimônio cultural. 2. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. I. Título. II. Série.

CDD – 363.690981

Sumário

Apresentação **7**

Programação **9**

Conjunto histórico e paisagístico de Iguape: experiências dos primeiros anos de gestão pós-tombamento
Carina Mendes dos Santos Melo (SI/SP) **13**

Quando o bairro vira patrimônio: Porto do Capim, em João Pessoa/PB, e outros casos de gentrificação e patrimonialização no Brasil
Carla Gisele Moraes e Emanuel Oliveira Braga (IPHAN/PB) **31**

Parque Histórico Nacional dos Guararapes, caso perdido ou bem a preservar?
Carmen Lucia Muraro (SI/PE) **63**

Empoderamento e preservação do patrimônio cultural: o caso do Projeto Piloto Olinda/PE
Fernanda Maria Buarque de Gusmão (SI/PE) **83**

Políticas públicas no IPHAN aplicadas em situações de emergência: estudo de caso de São Luiz do Paraitinga/SP
Leonardo Falangola Martins e Liliane de Castro Vieira (SI/SP) **119**

Área central histórica da cidade de Rio Branco: o desafio da proposição do tombamento em nível nacional a partir das políticas públicas locais
Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho (SI/AC) **135**

Relações internacionais brasileiras no campo da preservação (décadas de 1920 e 1930)
Maria Tarcila Ferreira Guedes (Copedoc/DAF) **153**

O tombamento dos geoglifos como política pública de patrimônio e meio ambiente no estado do Acre
Mariana Araújo Neumann (SI/AC) **165**

Apresentação

A quinta edição das Oficinas de Pesquisa do Iphan, ocorrida no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 25 de novembro de 2011, teve como tema as políticas públicas no campo da cultura e, em especial, do patrimônio. O encontro reuniu servidores de 17 unidades do Iphan de 13 diferentes áreas de formação. Contou também com pesquisadores e gestores de universidades e outras instituições públicas, juntamente com a participação da direção do Iphan e seus representantes oficiais.

O tema, definido pelos próprios servidores, foi proposto como oportunidade para debater os desafios estratégicos do Iphan de maior integração das ações institucionais, de ampliação do diálogo com a sociedade por meio da socialização do conhecimento e da informação produzidos sobre o patrimônio cultural, e de contribuição para tornar a cultura elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento do país. Inserido no espírito de democracia e transparência nas políticas públicas, de participação social, mas também de protagonismo do Estado na articulação e fortalecimento da ação cultural e artística, o tema relaciona-se às premissas defendidas pelo Ministério da Cultura e encampadas por suas instituições vinculadas.

Os servidores inscritos trouxeram contribuições que foram organizadas em cinco mesas temáticas: Valores e Sociedade, Instrumentos de Preservação, Relações Interinstitucionais, Formação e Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio Cultural, conforme se lê na Programação do evento, inclusa nessa publicação. Pôde-se identificar nas comunicações um grande esforço dos participantes em destacar a necessidade de uma maior e mais efetiva participação da população no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas. Nesse sentido, as falas dos servidores abriram espaço para se pensar o papel dos vários atores envolvidos nas políticas de patrimônio, sejam eles detentores, falantes, moradores, público, brincantes, usuários, estudantes e pesquisadores. Também se investiu na discussão sobre o papel do Estado e de seus servidores públicos nesse processo, valorizando a articulação do conhecimento técnico especializado com os saberes tradicionais e o conhecimento dos vários atores por meio da educação e formação, da gestão compartilhada, da elaboração e aplicação conjunta de instrumentos, nas tomadas de decisão, enfim, nas formas de se pensarem e proporem políticas e ações de preservação.

A relação entre diferentes áreas, instituições e instâncias de preservação em nível nacional e internacional foi também assunto das comunicações e das mesas redondas, em debates entre os servidores, diretores e convidados externos. Houve inclusive a oportunidade de se discutir a formulação de políticas públicas internamente ao Iphan – com a fala oficial da direção da instituição e seus representantes – e em outras áreas de preservação, problematizando a relação das políticas em termos interinstitucionais e interdisciplinares, tanto no presente, como numa perspectiva histórica, que as discutiu no contexto da construção da área cultural e do patrimônio no âmbito do Estado brasileiro.

As comunicações reunidas nessa publicação trazem ainda o cotidiano das unidades do Iphan, com seus problemas, soluções, desafios e possibilidades, qualificados pela atuação séria e comprometida dos servidores em seus locais de trabalho, mas também pelo amplo debate promovido pela Oficina de Pesquisa e pelas redes internas e externas à instituição que são reforçadas pelas iniciativas de produção e difusão do conhecimento promovidas pelo Iphan e acolhidas por seus técnicos.

Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa – Copedoc/Daf/Iphan

Programação

V Oficina de pesquisa do IPHAN: patrimônio e políticas públicas

Local: Palácio Gustavo Capanema – Salão Portinari, 2º andar
Data: 21 a 25 de novembro de 2011
Organização: Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa/DAF

Segunda-feira, 21/11/2011		
09:00	Abertura:	
	Participantes	Lia Motta – Coordenadora-Geral de Documentação e Pesquisa
10:00	Mesa Redonda: O Estado brasileiro e as políticas públicas de cultura	
	Participantes	Tatyana do Amaral Maia (Universidade Severino Sombra) Maria Cecília Londres Fonseca (Conselho Consultivo – IPHAN)
14:00	Mesa: Valores e Sociedade	Carmen Lucia Muraro (SI/PE): *Parque Nacional dos Guararapes, caso perdido ou bem a preservar?* Emanuel Oliveira Braga/ Carla Gisele Moraes (SI/PB): *Quando o bairro vira patrimônio:* alguns casos de gentrificação e patrimonialização no Brasil Fernanda Maria Buarque de Gusmão (SI/PE): *Empoderamento e preservação do patrimônio cultural:* o caso do Projeto Piloto Olinda/PE Maria Dorotéa de Lima (SI/PA): *Ver-O-Peso:* patrimônio e práticas sociais em um conjunto tombado na cidade de Belém Patrícia Helena Turola Takamatsu (SI/AP): *Gestão da Fortaleza de São José de Macapá*
Terça-feira, 22/11/2011		
09:00	Mesa: Instrumentos de Preservação	Fabíola Nogueira da Gama Cardoso (DPI): *Línguas como objeto de políticas patrimoniais:* reflexões acerca da recente institucionalização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística Júlia Morim de Melo (SI/PA): A *salvaguarda de bens de natureza imaterial:* a experiência com o Carimbó Maria Paula Fernandes Adinolfi (SI/BA): *Políticas de acautelamento para o patrimônio afro-brasileiro* Mariana Araújo Neumann (SI/AC): *O tombamento dos geoglifos como política pública de patrimônio e meio ambiente no estado do Acre*
14:00	Mesa: Relações Inter-institucionais	Carla Gisele Moraes/ Emanuel Braga/ Kleber de Souza (SI/PB): *Entre monumentos e conhecimentos:* políticas públicas interinstitucionais e patrimônio cultural Caroline dos Reis Lodi (Paço Imperial): *As políticas públicas para o patrimônio cultural no Mercosul no governo Lula* Marcelo de Brito Pontes Freitas (SI/PE): *O Iphan e o Conselho Municipal de Políticas Culturais da cidade do Recife:* uma análise do processo de formulação da política de preservação do patrimônio cultural na esfera municipal Marcio Rodrigo Coelho de Carvalho (SI/AC): *Área central histórica da cidade do Rio Branco:* o desafio da proposição do tombamento em nível nacional a partir das políticas públicas locais Maria Emília Lopes Freire (SI/PE): *A política pública e a gestão de monumentos históricos – o caso do Forte Orange* Maria Tarcila Ferreira Guedes (Copedoc/DAF): *Relações internacionais brasileiras no campo da preservação (décadas de 1920 e 1930)*

Quarta-feira, 23/11/2011		
09:00	Mesa Redonda: Formulação e implementação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural	
	Participantes	Teresa Paiva Chaves (Coordenação de Salvaguarda – DPI) Maria Emília Nascimento (DPA) Claudio Marques Luiz (DAF)
14:00	Grupos de Trabalho	Valores e sociedade Ações e instrumentos de preservação
Quinta-feira, 24/11/2011		
09:00	Mesa Redonda: Produção de conhecimento e formulação de políticas públicas	
	Participantes	Paulo Knauss (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) José Maurício Arruti (PUC-RJ) Leonardo Barci Castriota (UFMG)
14:00	Mesa: Formação e Educação patrimonial	Adriana Nakamuta (Copedoc/DAF): *Política pública para a formação em patrimônio cultural:* a experiência do PEP/Mestrado Carina Mendes dos Santos Melo (SI/SP): *Conjunto histórico e paisagístico de Iguape:* experiências dos primeiros anos de gestão pós-tombamento Claudia F. Baeta Leal (Copedoc/DAF): *Cooperação técnica e formação nas missões da Unesco no Brasil:* Paul Coremans Gisely Cesconetto de Campos (SI/SC): *O público dos cineclubes:* memória e interfaces com políticas públicas Gisela Amado de Albuquerque Montenegro (SI/PE): *A Obra-Escola do Pilar:* uma ação integrada de salvaguarda do patrimônio cultural em contexto urbano degradado
Sexta-feira, 25/11/2011		
9:00	Mesa: Gestão do patrimônio cultural	Frederico Faria Neves Almeida (SI/PE): *Imóveis privados no bairro do Recife/PE:* causas da falta de conservação e sugestões de solução Leonardo Falangola Martins e Liliane Vieira (SI/SP): *Políticas públicas no Iphan aplicadas em situações de emergência:* estudo de caso de São Luiz do Paraitinga/SP Monica Castro de Oliveira (SI/RO): *Aproveitamentos hidrelétricos do Rio Madeira/Rondônia:* a participação do IPHAN no Licenciamento Ambiental Selmo J. Queiroz Norte (DEPAM): *Identidades sociais diferenciadas:* desafios de um Estado pluriétnico na formulação de políticas públicas de proteção patrimonial Renata Santos (Copedoc/DAF): *Políticas públicas de preservação:* reflexões sobre a teoria e a prática
14:30	Grupos de Trabalho Plenária final	







V Oficina de pesquisa do IPHAN: patrimônio e políticas públicas. Fotos de Oscar Liberal.

Conjunto histórico e paisagístico de Iguape: experiências dos primeiros anos de gestão pós-tombamento

Carina Mendes dos Santos Melo



Resumo

Esta comunicação pretende relatar algumas experiências e reflexões sobre a atuação do Iphan/SP nos dois primeiros anos de gestão do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape, tombado em dezembro de 2009. O momento pós-tombamento foi marcado, primeiramente, pela necessidade de divulgação e esclarecimentos à população moradora, e, posteriormente, pela construção de diretrizes, normativas e estratégias para gestão do sítio. A Casa do Patrimônio tem sido o lugar estratégico para o trato destas questões, tendo se consolidado neste período como o local referencial do Iphan na cidade, um espaço de interlocução institucional e para se falar sobre patrimônio. A linha condutora de suas atividades tem sido a busca pela participação social, na tentativa de construção de uma relação compactuada, dialógica, entendendo como indispensável nos trabalhos de preservação considerar os valores individuais e coletivos atribuídos por aqueles que vivenciam o sítio e suas manifestações culturais.

Carina Mendes dos Santos Melo é arquiteta graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), mestre em Arquitetura, na área de História e Preservação do Patrimônio Cultural, também pela UFRJ (PROARQ/FAU/UFRJ). Técnica do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, já trabalhou nas Superintendências do IPHAN em São Paulo e no Rio Grande do Norte.

Imagem da página anterior
Conjunto de casas (Iguape/SP). a.d., s.d.
Fonte: ACI/RJ. Série Inventário.

O tombamento federal

O Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape foi tombado em dezembro de 2009, fruto de um trabalho de três anos desenvolvido pela equipe técnica da Superintendência do IPHAN em São Paulo[1], num amplo projeto de identificação denominado "Paisagem Cultural do Vale do Ribeira". Naquele momento foram realizadas as primeiras aproximações com representantes dos diversos municípios ao longo do Vale do Ribeira, que resultaram em ricos e densos estudos desenvolvidos com a participação e anuência da população envolvida, sendo formalizados nos seguintes documentos: *Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira*; *Dossiê para Registro do Tooro Nagashi*; *Dossiê de tombamento do Centro Histórico de Iguape* e *Dossiê da Imigração Japonesa*. Todos foram finalizados, tendo os dois últimos resultado em tombamento.

O tombamento de Iguape aconteceu em reconhecimento aos seus valores históricos e paisagísticos. A proteção federal engloba o Núcleo Urbano, o Morro da Espia e o Canal do Valo Grande, elementos materiais testemunhos da trajetória histórica da cidade e de seu povo e configuradores de uma paisagem singular. Em suma, representam aspectos da cidade no período de exploração do ouro nos séculos XVII e XVIII, passando pelo faustoso ciclo do arroz entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, pelo crescimento e apogeu da indústria naval, até o período de ostracismo, a partir de meados do século XX, ocasionado pelos desdobramentos ecológicos decorrentes da abertura do Canal do Valo Grande no século anterior, que inviabilizou o funcionamento do seu porto marítimo.

Alguns dos maiores desafios postos no momento pós-tombamento: Como realizar a aproximação com a população moradora e usuária da área urbana protegida? Como divulgar, esclarecer e fazer valer a lei e seus desdobramentos? Como estabelecer o IPHAN na cidade e instalar a rotina de procedimentos referentes à aprovação de projetos? Quais os critérios e diretrizes de intervenção para a área tombada e entorno?

A Casa do Patrimônio

O principal canal para atuação que tínhamos naquele momento era a Casa do Patrimônio de Iguape que, de forma pioneira, foi estruturada e inaugurada

1 A equipe da Superintendência do IPHAN/SP responsável pelo desenvolvimento dos referidos trabalhos era composta pelas servidoras Simone Scifoni, Flávia Brito do Nascimento, Simone Toji e Tatiana Salciotto.

antes mesmo da proteção federal, ainda durante os trabalhos de identificação do patrimônio cultural desenvolvidos na região sul do estado.

Cabe dizer que o projeto das Casas do Patrimônio foi concebido nacionalmente pelo Iphan como uma proposta de transformar as sedes e representações do órgão nos estados em pólos de referência local e regional, para qualificar e atender a população residente em uma perspectiva de diálogo e reflexão. Tratava-se ainda de uma estratégia para reverter a visão negativa da população em relação à Instituição, que já possuía prolongada atuação em determinados locais (Educação, 2011).

Em Iguape, a implantação da Casa do Patrimônio foi viabilizada devido, principalmente, à uma parceria com a Prefeitura Municipal de Iguape, que enxergou no projeto uma oportunidade de potencializar as ações locais, aproximando a população dos temas preservação, patrimônio, tombamento etc.

A formalização da iniciativa foi feita por meio de um Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Iphan e a Prefeitura para implementação e funcionamento da Casa do Patrimônio de Iguape, cujo objetivo principal consistia em conformar um espaço de interlocução com a comunidade local, visando propiciar o debate e a participação social na gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural. No documento, compete ao Iphan/SP a organização e gestão das atividades educativas, além de orientação técnica e apoio na execução de ações de iniciativa da Prefeitura; e à Prefeitura, a administração e gestão da Casa de Patrimônio, podendo também desenvolver atividades e eventos em seu espaço, de comum acordo com o Iphan/SP.

O IPHAN na Casa do Patrimônio

Desde o tombamento de Iguape, o Iphan/SP não constituiu Escritório Técnico na cidade, o que é, em geral, a prática institucional para gestão dos sítios tombados distantes da capital do estado em que os mesmos se situam. O município localiza-se a cerca de 200 km da capital São Paulo, cujo acesso é dificultado pela estrada sobrecarregada de caminhões, pelo trânsito intenso etc. A Casa do Patrimônio tem sido o espaço do Iphan em Iguape, e além do atendimento ao público e das demandas diárias inerentes a um sítio tombado, tem-se buscado desenvolver algumas ações e atividades práticas no campo da educação patrimonial, na tentativa de conjugar as necessidades de proteção do patrimônio cultural e o fomento às atividades educativas.

Cabe ressaltar que as experiências aqui relatadas não têm a pretensão de apontar metodologias, conceitos, linhas pedagógicas ou estratégias para gestão de sítios tombados e de Casas do Patrimônio. A ideia é relatar as experiências com o objetivo de promover uma reflexão sobre a atuação do Iphan/SP nestes dois anos pós-tombamento.

De forma geral, a linha condutora para atuação do Iphan em Iguape tem sido a busca pela participação social, pelo envolvimento da população local, visando não apenas o esclarecimento de questões referentes ao patrimônio cultural, mas a construção conjunta para ações de salvaguarda deste patrimônio. Assim, vamos aos poucos fortalecendo o entendimento de que a gestão e a preservação do patrimônio cultural é uma responsabilidade social que deve ser compartilhada entre o poder público e a comunidade, conforme prevê o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

> §1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Brasil, 1988).

Inaugurada em maio de 2009, as primeiras ações desenvolvidas na Casa do Patrimônio foram voltadas principalmente para sua estruturação e consolidação como espaço cujo elemento principal, o eixo condutor das atividades, é o patrimônio cultural, colocando em evidência sua vocação e suas possibilidades de atuação nos municípios do Vale e, especialmente, em Iguape. Para este fim, foi montada biblioteca especializada em temas relacionados ao patrimônio cultural, visando transformar a Casa num centro de referência regional dentro do Vale do Ribeira para a pesquisa e a reflexão sobre a temática; foi inaugurada exposição sobre a atuação do Iphan no Vale do Ribeira, com o intuito de socializar o conhecimento produzido por meio das ações de identificação na região; foram realizadas oficinas voltadas para formação e capacitação, como uma oficina de maquetes – para capacitar estudantes e educadores nesta técnica de representação espacial, e oficina de biblioteca – para capacitar técnicos, funcionários e demais interessados na área quanto aos critérios e orientações básicas na formação e gestão de bibliotecas.

Com a efetivação do tombamento de Iguape em dezembro de 2009, as ações do Iphan na Casa do Patrimônio nos anos seguintes concentraram-se

basicamente na divulgação e construção da informação e das diretrizes necessárias para gestão e valorização do sítio tombado. A Casa desenvolve importante papel como canal de aproximação com a população, torna-se o local referencial do Iphan na cidade, e agrega em suas ações a função de atendimento ao público para esclarecimentos e orientações técnicas necessárias diante das questões decorrentes da proteção legal do patrimônio material da cidade.

IPHAN Conversa

Com o intuito de abordar diversos temas relacionados ao patrimônio cultural, os primeiros esforços de aproximação com a população no momento pós-tombamento foram feitos por meio de encontros realizados na Casa do Patrimônio, denominados "Iphan Conversa". Cabe ressaltar que este título foi utilizado primeiramente para denominar uma série de encontros técnicos realizados na própria Superintendência do Iphan em São Paulo para discutir a temática do patrimônio cultural, especialmente entre órgãos preservacionistas.

A denominação nos pareceu profícua e potencialmente adequada aos encontros que se pretendia realizar em Iguape, uma vez que o termo "conversa" remete à ideia de "diálogo". Assim, conceitualmente, o que se tem buscado nestes encontros não é simplesmente a transmissão de informação, de caráter unilateral, mas a construção dela a partir de um formato aberto, onde além de esclarecimentos e orientações são possíveis intervenções, sugestões e críticas. Em 2010, dentre outros, foram realizados encontros sobre o tombamento de Iguape, sobre a colocação de letreiros e toldos no centro histórico, sobre patrimônio imaterial, e encontros com profissionais da construção civil.

Exemplificando, o formato se mostrou muito adequado para o trato de questões como a normatização para letreiros e toldos em Iguape. A partir de um primeiro estudo elaborado por técnicos da instituição[2], com a participação e anuência da Prefeitura e do órgão de preservação estadual (Upph/Condephaat), a proposta foi apresentada em dois encontros "Iphan Conversa" abertos à comunidade, onde foram colocadas as inadequações da proposta, tendo sido esta ajustada de acordo com as necessidades dos comerciantes.

2 Estudo elaborado pelos servidores da Superintendência do IPHAN/SP: Carina Mendes e Giovanni Sarquis.

Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania

Trata-se do projeto condutor das ações educativas da Casa do Patrimônio de Ouro Preto/MG, do qual tomamos conhecimento durante o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, em Nova Olinda/CE. Segundo o coordenador pedagógico do projeto, professor Juca Villaschi do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Outro Preto (Ufop), o programa busca:

> [...] provocar novos olhares, 'sentires' e 'fazeres', com leituras diferenciadas dos feitos passados, do tempo presente e das situações futuras, potencializando a construção de novos comportamentos cidadãos. (Sentidos, 2010, p. 30)

O programa é pautado na metodologia de roteiros sensoriais interpretativos do patrimônio. Ao contrário dos roteiros turísticos tradicionais que partem do princípio do desconhecimento dos visitantes sobre as paisagens que lhes são apresentadas, os roteiros propostos neste programa são voltados para os moradores e usuários frequentes do sítio histórico-cultural. A proposta consiste em provocar "a desconstrução da prática cotidiana e dos deslocamentos automatizados pela cidade e requalifica[r] o olhar anestesiado do morador, na qualidade de sujeito dialógico" (Sentidos, 2010, p. 17).

Enxergamos no projeto um grande potencial para trabalhar a sensibilização para a normatização do centro histórico tombado de Iguape. Assim, por meio da Rede Casas do Patrimônio – parcerias estabelecidas ao longo dos últimos anos para efetivação e fortalecimento destes espaços –, foi possível realizar um intercâmbio com a Casa do Patrimônio de Ouro Preto/MG para capacitação de monitores locais para aplicação da metodologia de roteiros sensoriais interpretativos.

Foram realizadas oficinas de capacitação, ministradas pelo professor Juca Villaschi da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e pela historiadora Simone Fernandes do Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto/Casa do Patrimônio de Ouro Preto, em dois módulos, de 08 a 10 de novembro e de 06 a 08 de dezembro de 2010. Os roteiros sensoriais formulados nas oficinas têm como eixo estruturador a sensibilização para a questão da regulamentação para intervenções no sítio tombado, e buscam evidenciar os valores que foram considerados no momento do tombamento, ao mesmo tempo em que buscam

coletar que outros valores revelados por esta vivência/experiência individual devem ser também considerados e preservados no sítio histórico. Estes dados são levantados especialmente nas oficinas de síntese e socialização das impressões, que são realizadas ao final de cada roteiro.

Em síntese, a proposta consiste em adotar o programa como projeto de educação patrimonial suporte para as ações normativas empreendidas pelo Iphan/SP. Um recurso para sensibilização dos moradores no tocante à necessidade "de atitudes de valorização e corresponsabilidade pela proteção do patrimônio cultural e natural" (Sentidos, 2010, p.21) da cidade.

Projeto Cores para Iguape[3]

Em 2011 torna-se premente a necessidade de consolidação de diretrizes e normas para o centro histórico de Iguape, por meio de ações mais diretas e efetivas para construção de manuais, documentos e projetos, visando especialmente à valorização da área tombada. Desta necessidade propusemos o projeto "Cores para Iguape", que parte de uma negociação com os moradores da cidade para regulamentação dos serviços de pintura no seu centro histórico.

Assim, a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal, o Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (Poeao) e a empresa de restauro Estúdio Sarasá, a oficina foi realizada em dois módulos. Em maio aconteceu o primeiro módulo, onde se discutiu tipos de tintas, cores e padrões de pinturas adotados tradicionalmente no centro histórico, além de terem sido realizados testes de pintura à base de cal, com a finalidade de subsidiar a revisão do primeiro estudo realizado para regulamentação de pintura das fachadas.

O segundo módulo da oficina, no final de junho, contou com nova apresentação do documento para os serviços de pintura, juntamente com a proposta para regulamentação de letreiros e toldos, que já havia sido apresentado à população em outubro de 2010, em um "Iphan Conversa". Neste módulo foi elaborada uma paleta de cores no muro dos fundos da Casa do Patrimônio com o objetivo de servir como referência para os moradores que queiram pintar seus imóveis situados em área tombada e seu entorno, respeitando e valorizando a cidade, sua história, seu patrimônio e os materiais e técnicas tradicionais de Iguape.

3 Desenvolvido pelos técnicos do IPHAN/SP: Carina Mendes e Ronaldo Ruiz.

Cabe ressaltar que o projeto não propunha resgatar padrões de pintura do passado para serem reproduzidos no presente. O objetivo baseava-se na ideia de que a partir do conhecimento técnico e da análise e avaliação dos recursos, combinações, contrastes e tonalidades utilizados em épocas passadas, se pudesse construir diretrizes para o presente e o futuro do sítio tombado, pautadas na conservação e valorização da arquitetura histórica, respeitando aos anseios da população residente.

Oficinas de Normatização[4]

Tendo em vista o esforço nacional que vem sendo empreendido pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan) em fomentar a elaboração de normas para intervenções em bens tombados no âmbito federal[5] e da necessária transparência nos procedimentos de análise de pedidos e projetos para obras no centro histórico, tem feito parte da atuação institucional em Iguape o empenho para elaboração de normativas.

O volume de pedidos para serviços de pintura e a necessidade de regulação para colocação de equipamentos publicitários e toldos com o objetivo de valorizar o centro histórico indicaram por onde começaria este trabalho. Para tanto, foram realizados dois encontros "Iphan Conversa" e a "Oficina Cores para Iguape", que estabeleceram diretrizes para execução destes serviços na área tombada. O resultado deste processo foi sintetizado no livreto "Orientações para reformas simplificadas: letreiros, toldos e pinturas", impresso e distribuído para a população da área tombada.

Como continuação deste trabalho, o estudo agora abrange toda a área tombada e entorno, partindo de diretrizes mais gerais (macro) com a finalidade de chegar aos pormenores de uma normativa. Por ser um processo mais extenso, planejamos realizar alguns encontros denominados de "Oficinas de Normatização", cujo objetivo principal é delinear conjuntamente com a população e órgãos públicos atuantes na área as primeiras diretrizes de preser-

4 Desenvolvido pelos técnicos do IPHAN/SP: Carina Mendes, Ronaldo Ruiz e Leonardo Falangola.

5 O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – Depam/IPHAN realizou os seguintes encontros sobre o tema: Reunião Técnica de Normas de Preservação para discussão da aplicabilidade das normas elaboradas pelo Programa Monumenta. Brasília, 19 de dezembro de 2009; Reunião Técnica de Normas de Preservação, para discussão da metodologia e aplicação no sítio de Corumbá de Goiás (GO). Corumbá de Goiás, 17 a 19 de maio de 2010; Oficina de Capacitação para a Elaboração de Normas de Preservação para Cidades Históricas Tombadas. Brasília (DF), 2010.

vação para o conjunto tombado e seu entorno, a fim de tornar a gestão institucional transparente e eficaz.

O primeiro encontro foi realizado no dia 26 de outubro de 2011, na Casa do Patrimônio, cujo intuito foi apresentar algumas diretrizes preliminares elaboradas pelo Iphan a partir da reflexão proporcionada por meio das oficinas nacionais do Depam/Iphan. O evento contou com a participação e contribuição de outros órgãos atuantes na região: Prefeitura de Iguape, Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e Icm-Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade); e com a participação da população de um modo geral, a fim de ouvir demandas, sugestões, questionamentos etc.

A perspectiva é que sejam empreendidas, pelo menos, outras duas oficinas e uma audiência pública. Pela experiência, a indicação é que as próximas sejam setoriais: uma para o núcleo urbano e outra para as áreas naturais. Como proposta ainda, tentaremos inserir os roteiros sensoriais do Projeto Sentidos Urbanos nas Oficinas, no meio da programação, como forma de incentivar a reflexão e (re)descoberta de valores.

Ações de difusão e esclarecimentos

As questões colocadas inicialmente nesta comunicação refletem nossa principal inquietação no momento pós-tombamento em Iguape: o estabelecimento dos procedimentos de rotina do Iphan para as áreas tombadas e entorno, como a fiscalização, a aprovação de projetos, a normatização etc., ou seja, a implantação dos procedimentos decorrentes das atribuições legais da Instituição. Uma grande preocupação era amortecer o impacto das limitações impostas pelo recente tombamento na vida da população moradora e usuária da área urbana protegida.

Somado a isto, em junho de 2010 foi publicada a Portaria Iphan nº. 187/2010, que "dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações". Ou seja, regulamentava a imposição de multas, embargos, notificações etc.

Daí a necessidade da divulgação extensiva como forma de minimizar as irregularidades, e, consequentemente, as sanções. Assim, além das atividades

já relatadas, foram realizadas outras, de apoio, com o objetivo de estabelecer maior aproximação com a população. Quando a Portaria nº 187/2010 foi publicada, por exemplo, realizamos a distribuição de um comunicado de porta em porta nos imóveis situados nas principais ruas da área tombada, esclarecendo sobre o tombamento e suas implicações[6].

Como ação de difusão também podemos assinalar a participação do IPHAN no "Revelando São Paulo", evento promovido pela Abaçaí Cultura e Arte, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, voltado à valorização da cultura tradicional paulista. A participação do IPHAN nestes encontros nos últimos anos tem como intuito principal criar canais de interlocução com a comunidade local e regional, e ainda, buscar novas articulações institucionais. No Vale do Ribeira, as últimas edições têm contado com a montagem de um estande institucional para atendimento ao público e distribuição de material impresso, além de oficinas e encontros[7] vinculados à programação do Revelando.

Avaliação: Perspectivas e Desafios

> As atividades de educação patrimonial podem [...] ser entendidas hoje como parte de uma política pública de preservação do patrimônio cultural. (OLIVEIRA, 2011)

Enquanto estratégia de gestão do sítio tombado de Iguape nestes dois últimos anos, o IPHAN/SP baseou-se no seguinte tripé: participação social, estabelecimento de parcerias e projeto Casas do Patrimônio, que não configuraram ações separadas, mas, ao contrário, estiveram totalmente relacionadas entre si. Este tripé constituiu a base de uma atuação pautada na educação patrimonial, entendendo-a como uma estratégia mais ampla para preservação do patrimônio cultural.

6 Participaram da ação os técnicos do IPHAN/SP: Carina Mendes, Ronaldo Ruiz e Giovanni Sarquis.

7 Em 2008 foi realizado o Encontro de Trabalho da Paisagem Cultural; em 2010 foi realizada Oficina de Sensibilização para Educação Patrimonial para Professores; em 2011 foi realizado primeiro módulo da Oficina Cores para Iguape.



Neste sentido, temos entendido a proteção patrimonial como uma tarefa coletiva e que deve, antes de tudo, ser compreendida, (re)construída e compartilhada, para que não se configure apenas como uma visão técnica institucional. O reconhecimento de que a **participação social** deve ser uma das premissas de todos os trabalhos de identificação, gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural tem sido patente nos trabalhos desenvolvidos na região e especialmente na cidade desde antes do tombamento.

Esta participação social se dá, sobretudo, por meio da **Casa do Patrimônio**. Esta se efetiva como principal espaço de interlocução com a comunidade local, uma das missões previstas na Carta de Nova Olinda[8], aberta ao debate e à participação social para gestão do patrimônio cultural, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica, já mencionado. Tem sido estratégica nesta aproximação entre a instituição e a população, desmistificando o trabalho de proteção do acervo patrimonial regional e compartilhando responsabilidades. Desde atendimento e orientação técnica até oficinas, palestras e reuniões, tudo tem acontecido nesse espaço.

Enfim, todo esse processo só tem sido possível por meio do **estabelecimento de parcerias**, sejam elas no âmbito federal, estadual ou local. A rede que tem se formado possibilita nossa atuação na cidade, tanto do ponto de vista administrativo e técnico, como das ações educativas, uma vez que as viabiliza e as potencializa. Em especial, a parceria com a Prefeitura de Iguape tem sido a peça-chave para a atuação do Iphan/SP no município, seja para auxiliar no fluxo de projetos para aprovação, que em geral são protocolados na Prefeitura, quanto para administração da Casa do Patrimônio, atualmente feita por meio

8 Documento fruto do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, em Nova Olinda/CE.

de um convênio estabelecido entre Iphan e Prefeitura, consolidando a gestão compartilhada do espaço.

Há diversas outras parcerias que foram se estabelecendo ao longo do período, só para citar algumas: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icm-Bio); Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura: Uppm (Unidade de Proteção do Patrimônio Museológico) e Upph (Unidade de Proteção do Patrimônio Histórico/Condephaat); Abaçaí Cultura e Arte; Ponto de Cultura "Cultura esse é o ponto"; Ponto de Cultura "Jovens da Juréia"; Aapci – Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape; Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural/Promoart; Associação de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro Acamufec/Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan; Museu Vivo do Fandango; Estúdio Sarasá; Poeao – Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios; Curso de Geografia da Universidade de São Paulo/Usp; Etec/Iguape (Centro Paula Souza – Curso de Turismo); Casa do Patrimônio de Ouro Preto; Museu da Pessoa; entre outros.

Cabe ressaltar que essas parcerias não são formalizadas e não são necessariamente contínuas, algumas se estabeleceram especificamente para o desenvolvimento de determinada(s) atividade(s). De toda forma, a constituição desta rede tem possibilitado a implementação de uma diversidade de ações educativas. A Casa encontra-se de portas abertas para projetos que tratem de patrimônio cultural, formas de registro, preservação, valorização etc.

Essa forma de gestão tem mostrado dificuldades/desvantagens e benefícios/vantagens neste percurso de dois anos. Dentre as dificuldades/desvantagens, citamos: 1) Mobilizar a população – cremos que decorrente de dois fatores basicamente: a dificuldade de realizar uma divulgação mais ampliada na cidade/região, alcançando rádio, televisão, jornais etc. e a própria resistência das pessoas em participar, talvez por desconfiança, timidez, desconhecimento etc.; 2) Processos mais longos e demorados – são necessárias conversas, encontros, negociações para se chegar a um consenso; 3) Parcerias não formalizadas – tornam-se normalmente efêmeras, por uma ou duas atividades apenas, não havendo uma continuidade mais consistente destas ações; 4) Ausência do Escritório Técnico – torna o processo de aprovação de projetos, especialmente os pedidos para reformas simplificadas, moroso, tendo em vista a tramitação Prefeitura – Iphan – Prefeitura; além de dificultar a implantação de ações educativas de abrangência regional.

Contudo, houve benefícios e vantagens também. Aqueles que participaram das atividades acabaram sendo agentes multiplicadores na cidade e "guardiões" do patrimônio. Os procedimentos irregulares começam a incomodar e corre um falatório pela cidade. Mesmo que algumas informações corram distorcidas, os que se sentem lesados e aqueles que são denunciados vêm procurar o Iphan. E, em geral, por meio da conversa consegue-se reverter a situação.

Os processos de divulgação, construção e normatização mostraram-se mais consistentes e legítimos, uma vez que se abriu a possibilidade para a ampla participação, contou com interferências e ajustes, tendo resultado em diretrizes sólidas e que estão sendo difundidas pela cidade. Atualmente, pode-se dizer que a maior parte da população moradora e usuária do centro histórico tem conhecimento de quem é o Iphan e de sua presença na cidade, sabe de sua atribuição e conhece a Casa do Patrimônio.

Por fim, cabe mencionar a participação de representantes da Casa do Patrimônio de Iguape no *I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio*, realizado no final de 2009, um momento de avaliação desses primeiros espaços constituídos até então, e de reflexão para o estabelecimento de diretrizes comuns para sua constituição e formulação de atividades.

As reflexões estimuladas durante o encontro sobre a educação patrimonial e o papel do Iphan neste processo, posicionaram a Casa do Patrimônio de Iguape como parte de uma rede nacional. Este fato apontava a possibilidade da troca de informações e experiências, um caminho capaz de fortalecê-la enquanto seu papel como polo referencial regional em ações educativas pautadas na temática do patrimônio cultural. Após o encontro, passamos a denominá-la *Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira*; contudo, a consolidação de sua atuação regional, trata-se de um desafio a ser ainda transposto. O Iphan/SP, diante das demandas que surgiram em decorrência do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape, acabou concentrando suas ações na própria cidade, tendo faltado fôlego para alcançar todo o Vale do Ribeira.

Alguns apontamentos para o futuro

Os recursos financeiros provenientes do orçamento do Iphan que foram disponibilizados para Iguape nestes dois anos foram: 1) Projetos de restauro dos edifícios do Correio Velho (Praça Eng. Guilherme Greenhalgh, s/n) e da antiga Casa de Fundição (Praça da Basílica, 45), no final de 2010; 2) Plano de Atividades para a Casa do Patrimônio (convênio com a Prefeitura de Iguape),

em junho de 2011; 3) Obra de restauro do edifício do Correio Velho, em dezembro de 2011.

Diante de todo o exposto e dos recursos orçamentários que foram disponibilizados no período, consideramos as seguintes **ações como prioritárias**:

- Instalação do Escritório Técnico do Vale do Ribeira, conjugado à Casa do Patrimônio, para atender as demandas diárias da área tombada e entorno, e para ampliação da atuação do IPHAN, alcançando a escala regional pretendida. Esta base regional possibilitaria o fortalecimento e articulação para o reconhecimento da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira[9], a realização de novos tombamentos[10] e registros[11] pela região, o acompanhamento de outros bens tombados[12], suporte técnico para os municípios etc.
- Continuação dos trabalhos de normatização, na perspectiva da consolidação de um instrumento que permitirá a transparência dos critérios para aprovação de projetos e apontará diretrizes para valorização da área.
- Realização de obras na cidade, a fim de possibilitar um retorno tangível, de grande visibilidade para o IPHAN, valorizando a cidade, a população e seu patrimônio.

Por fim, é estratégico, e não menos prioritário, pensar na atuação da Casa do Patrimônio e num amplo projeto de educação patrimonial. A autora Cléo Oliveira (2011), em sua monografia de especialização, entende

> Educação patrimonial [...] como um processo sistemático e permanente por meio do qual os indivíduos se apropriam dos bens culturais e entendem a necessidade e a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se como agentes diretos. Desse processo também decorre o fortalecimento das identidades individuais e coletiva. (OLIVEIRA, 2011)

9 Em 2009 foi finalizado o Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira indicando a Chancela da região como Paisagem Cultural Nacional. Uma vez que este estudo engloba 12 municípios do Vale, a consolidação deste trabalho requer um grande esforço de articulação para pactuação entre os entes envolvidos.

10 Há atualmente um estudo sendo desenvolvido por uma equipe técnica do IPHAN/SP (Carina Mendes, Carolina Pádua, Ronaldo Ruiz, Leonardo Falangola, Paulo Scheuer) de Inventário do Patrimônio Urbano de Cananeia.

11 Em 2009 foi finalizado o Dossiê de Registro do Tooro Nagashi – Registro.

12 Em Cananéia há o Sambaqui na Barra do Rio Itapitanqui tombado em 1955, e em Registro e Iguape têm os bens da imigração japonesa tombados em 2010.

Neste sentido, indica algumas diretrizes para que a Educação Patrimonial cumpra seu objetivo de forma efetiva, ou seja, para que proporcione resultados transformadores na política de proteção do patrimônio cultural. Pontuando os itens, verificamos que em Iguape já avançamos em alguns aspectos, mas avaliando que estes processos devem ser contínuos e cada vez mais aprimorados, utilizamos as diretrizes pontuadas por Cléo Oliveira para finalizar esta reflexão:

a) *As ações educativas devem provocar um maior envolvimento da população* – é necessário ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas, tanto antes como depois de executada, e procurar outros meios de estímulo à participação;

b) *Continuidade e aprofundamento nas ações* – para aquelas bem sucedidas, prever sua continuação, aprofundamento e, se possível, articulação com outros projetos. Entendemos que é melhor fortalecer um projeto potencialmente consistente do que gastar energia em vários projetos dispersos e mais superficiais, sem articulação com outras ações;

c) *Não privilegiar públicos específicos* – buscar alcançar outros grupos ainda não contemplados e revisitar aqueles já abordados a fim de aprofundar cada vez mais o conhecimento e a formação;

d) *Abordagens diferentes para públicos diferentes* – buscar constituir uma equipe multidisciplinar para gestão da Casa do Patrimônio, a fim de possibilitar projetos com diferentes abordagens;

e) *Articulação com as prefeituras, igrejas e outras instituições locais* – fortalecimento e formalização da rede local e regional.

f) *Aprendizagem significativa* – esta deve ser a principal diretriz para as ações da Casa, diz respeito à

> participação (na medida em que a aprendizagem é uma construção pessoal, o aprendiz tem um caráter ativo que deve ser estimulado no processo), contextualização (o aprendiz deve conseguir estabelecer relações entre o que está sendo ensinado e o seu mundo, representado por seu contexto sociocultural e seus conhecimentos prévios) e envolvimento (por meio de estabelecimento de relação afetiva e de motivação com o conteúdo). (Carsalade apud Oliveira, 2011, p. 15)

Referências

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: [S.n.], 1988.

Carta de Nova Olinda. Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. Nova Olinda/CE: Iphan, 2010. Disponível em: <http://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/cartaa5_09marco2010.pdf>. Acesso em: 2011.

Educação Patrimonial. Brasília: Iphan, 2011. Blog. Disponível em: <http://educacaopatrimonial.wordpress.com/>. Acesso em: 14 ago. 2011.

Oliveira, Cléo Alves Pinto de. *Educação patrimonial no Iphan*. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – CGE/DFR/ENAP, Brasília/DF, 2011.

Sentidos urbanos: patrimônio e cidadania. Ouro Preto: Iphan, Faop, Ufop, 2010.

Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira. São Paulo: Iphan, 2011. Blog [internet]. Disponível em: <http://casadopatrimoniovaledoribeira.wordpress.com/>. Acesso em: 14 ago. 2011.

Quando o bairro vira patrimônio: Porto do Capim, em João Pessoa/PB, e outros casos de gentrificação e patrimonialização no Brasil

Carla Gisele Moraes e Emanuel Oliveira Braga



Resumo

Os bairros antigos de cidades brasileiras como João Pessoa, Fortaleza, Salvador, Cuiabá, entre outras, vêm sofrendo um processo de gentrificação e/ou patrimonialização que, por meio de um discurso espelhado em conceitos como *cultura, história, turismo e meio ambiente*, reforçado pela necessidade de um planejamento estratégico, tende a homogeneizar os contextos diversificados encontrados em *áreas de fundação urbana*. Com a valorização urbana e a consequente produção de capital cultural nesses espaços, moradores, comerciantes e usuários tradicionais são remanejados em nome de uma limpeza social, da construção de um cenário-mercadoria, de intervenções de políticas públicas urbanas e da atuação de um novo segmento profissional: o produtor cultural.

Carla Gisele Moraes é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal da Paraíba e mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Técnica do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN na Paraíba.

Emanuel Oliveira Braga é graduado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará. Atua desde 2006 na gestão de políticas públicas para o patrimônio cultural, como Técnico da Superintendência do IPHAN na Paraíba.

Imagem da página anterior
Vista do Porto do Capim a partir do rio Sanhauá (1968). Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Quem arremata o lote é um judeu
Quem garante sou eu
Pra vendê-lo pelo dobro no museu
(Noel Rosa)

Primeiros apontamentos

O vocábulo "gentrificação" é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, ao que parece, pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964. O termo ganhou popularidade após seu uso em dissertações acadêmicas sobre a temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento de residentes e usuários com menor poder econômico de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local, em contrapartida da entrada de residentes e usuários com maior poder econômico. Já "patrimonialização" representa um vocábulo usado apenas por profissionais especializados em construir teses acadêmicas sobre a temática de patrimônio histórico e/ou cultural e suas implicações sociais, a exemplo do filósofo francês Henri-Pierre Jeudy. Sabemos que as palavras parecem surgir para responder a alguns questionamentos, a certos problemas que se mostram em determinadas épocas e em contextos socioculturais específicos. E o uso amplo ou limitado de determinadas palavras pode revelar um interessante jogo de relações de poder e dominação. Como enfatiza o linguista Maurizzio Gnerre, "a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder" (1991). As pessoas que não estão ligadas às instituições jurídicas, por exemplo, dificilmente podem saber do conteúdo dos trâmites de um processo judicial pelo fato de não conseguirem "decifrar" o código abstruso e arcaico contido em tais papéis, que, muitas vezes, podem decidir o nosso presente e o nosso futuro.

O contexto sociocultural específico para que certos segmentos intelectuais e a sociologia urbana tenham se interessado em nomear e classificar algo como *gentrificação*, por exemplo, foi o do final do século XX. Na Europa, conforme estudos de Catherine Bidou-Zachariasen e Hélène Rivière D'Arc, esses processos de requalificação de bairros antigos vêm ocorrendo desde a década de 1970 (Scocuglia, 2010). No caso das cidades brasileiras, podemos perceber estratégias de revitalização/requalificação/reabilitação de centros histó-

ricos e bairros antigos impetradas pelos poderes públicos e respaldadas por critérios técnicos de arquitetos, especialmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000, como ilustram os exemplos de João Pessoa, Fortaleza, Salvador e Cuiabá, todos trazendo o mesmo contexto explicitado pela arquiteta e socióloga Jovanka Scocuglia:

> [...] nos últimos anos, cidades de diferentes países e de diversas regiões do Brasil propuseram intervenções em seus centros antigos visando à reabilitação de seu patrimônio cultural. Atente-se para o fato de que nos cinco últimos anos as propostas são mais complexas e articulam projetos de transformação dos usos, do valor do solo e das funções. Apesar de uma crescente visibilidade e suposta valorização de áreas públicas e do patrimônio cultural em centros urbanos, sobretudo a partir da década de 1990, muitos são os impasses, controvérsias e conflitos permanecendo uma exponencial deterioração e segregação sócio-espacial, especialmente nos casos brasileiros. (2010, p. 69).

Essas áreas urbanas que ficaram conhecidas como *centros históricos* foram formadas conceitualmente a partir do crescimento das cidades e a consequente formação de outras centralidades políticas e comerciais (bairros ditos "nobres"), seguida pela valorização que as classes médias e abastadas atribuem a essas novas centralidades, construídas, na maioria das vezes, com respaldo do planejamento municipal.

O discurso do "abandono"

No processo de invenção e constituição de bairros e centros históricos, existem algumas ideias e práticas que são reproduzidas cotidianamente por diversos segmentos da sociedade. Esses "lugares-comuns" estabelecem critérios de interpretação da realidade e delineiam a plausibilidade discursiva do referido fenômeno urbano. Um lugar-comum bastante recorrente quando o assunto é bairro e centro histórico é o discurso do "abandono". Alguns exemplos podem ser esclarecedores.

Em Salvador, na década de 1970, foi planejado e construído um novo Centro Administrativo, afastado do centro da cidade, onde estão localizadas todas as Secretarias de Estado, esvaziando de instituições públicas a *área de fundação* da capital baiana. Além disso, ainda na mesma época, se fez outra grande obra: o Acesso Norte da Cidade de Salvador. Um investimento do Governo

Federal, com parceria e projeto elaborado na Alemanha. Segundo o arquiteto Paulo Ormindo de Azevedo, que acompanhou o processo de mudanças que as antigas áreas centrais da capital baiana sofreram, "a localização da estação rodoviária nesse ponto, aliada às facilidades de acesso e estacionamento, fizeram com que também o centro comercial se deslocasse para essa nova área" (1984). Reforça ainda que "ali estão os *shopping centers* e hipermercados, feitos com investimentos altíssimos e obedecendo a técnicas de venda modernísimas. Logicamente, isto decretou a falência do comércio tradicional do centro da cidade" (Azevedo, 1984, p. 224).

Entretanto, Azevedo reconhece que o centro da cidade começa a sofrer fortes modificações sociais em um período bem anterior, o final do século xix:

> [...] A população que morava no centro, a camada mais alta da sociedade baiana, muito ligada à atividade comercial e do porto, começa a se transferir para a periferia na medida em que são instalados alguns serviços de transporte urbano, como o bonde de burro, depois elétrico, os automóveis, ônibus, etc. A população, que até então morava ali, com a facilidade de deslocamento que esses meios favoreciam e, de outro lado, pressionada pela expansão do comércio que se localizava no centro da cidade, começa a se apropriar de determinadas áreas privilegiadas da cidade, fundamentalmente o espigão da Vitória e Graça, uma área alta e ventilada com vistas sobre a baía, e as praias, começando pela Barra, até atingir o Rio Vermelho. (1984, p. 225)

Em João Pessoa, o processo de desocupação e reocupação do que hoje consideramos *centro histórico* é bem mais recente. Por conta de estratégias militares dos colonizadores portugueses, a cidade de João Pessoa, fundada ainda no século xvi, nasceu às margens do Rio Sanhauá, um dos afluentes do Rio Paraíba, portanto, afastada do mar. Era protegida por diversas fortificações, destacando-se a Fortaleza de Santa Catarina e o Forte Velho, que ficavam na desembocadura do Rio Paraíba, na ponta extrema do que hoje é o município de Cabedelo.

A cidade se desenvolveu a partir de dois núcleos principais: o Varadouro e a Cidade Alta, ligados por algumas ladeiras e caminhos, entre os quais, a ladeira de São Francisco, a rua do Varadouro para a cidade (atuais Visconde de Inhaúma, João Suassuna e Areia), a estrada do carro (rua Barão do Triunfo) e o caminho das cacimbas (atuais Padre Azevedo e Guedes Pereira).

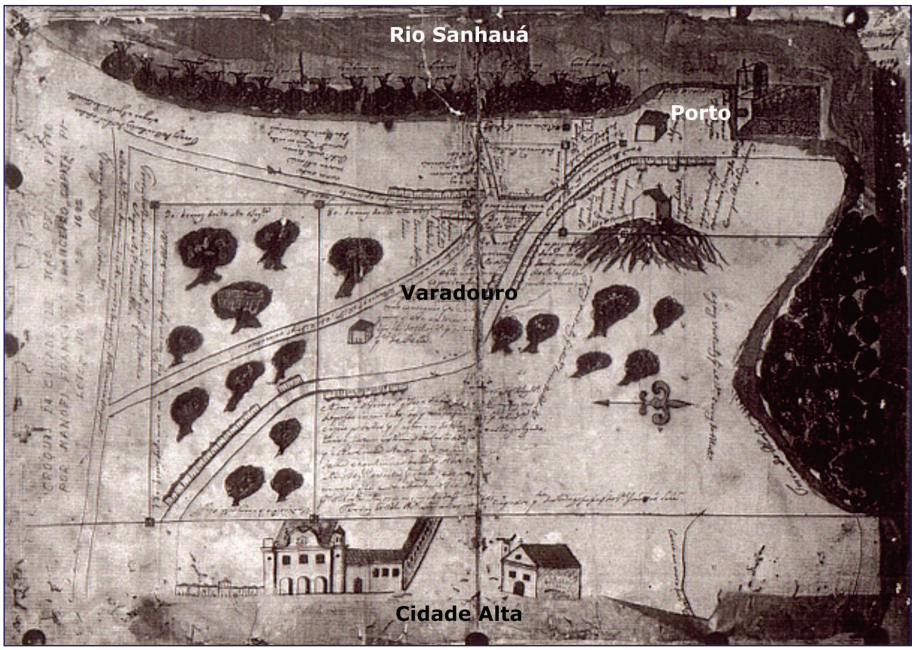


FIGURA 1 Plano esquemático da cidade de João Pessoa feito por Manoel Francisco Granjeiro (1692), no qual é possível identificar a ocupação da parte baixa da cidade (o porto e o Varadouro), enquanto a ocupação da Cidade Alta ainda se mostra bastante rarefeita.
Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento de Olinda. Imagem digitalizada disponível em: <http://aparahybadetodosostempos.blogspot.com/2009/02/esboco-da-cidade-de-felipeia-de-senhora.html>. Acesso em: 28 fev. 2012.

O chamado Porto do Capim foi criado nas águas fluviais do Rio Sanhauá para escoar a produção local, principalmente o açúcar. No entorno da área portuária, edificou-se um importante conjunto urbano e comercial do Varadouro, onde foram construídos armazéns e a alfândega.

A leitura do mapa de Manoel Francisco Grangeiro, de 1692, por Tinem, Carvalho e Martins revela que:

> O sítio de fundação da cidade foi um topo de colina, relativamente plano, nas proximidades do Rio Sanhauá, no ponto em que este formava um porto natural. Percebe-se a ocupação efetiva da margem direita do rio, formando um bairro edificado (o Varadouro), onde se observam dezenas de prédios ocupando duas vias principais e uma capela num pequeno promontório, com localização e orientação semelhantes à da atual Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. (2005, p. 6-7).

A partir de meados do século XIX, chegaram as primeiras ferrovias e a Estação Ferroviária foi instalada no local. No início do século XX, a ferrovia se expandiu em sentido norte e contribuiu para a construção de um novo porto em Cabedelo, de cara para o oceano Atlântico, desativando, assim, o Porto do Capim, que passou a ser ocupado predominantemente por grupos de pescadores que já habitavam aquelas proximidades.

> O bairro do Varadouro, até a década de 1940, abrigava, predominantemente, usos ligados às atividades portuárias, ao comércio, à habitação e ao lazer. A construção de um novo porto, na cidade de Cabedelo, zona metropolitana de João Pessoa, bem como a urbanização do entorno do Parque Solon de Lucena, abertura e pavimentação da Av. Epitácio Pessoa acelerou o processo de expansão urbana em direção às praias. Acarretou, posteriormente, o abandono e a transferência gradual das atividades comerciais, institucionais e de moradia no sentido centro-praia. Iniciou-se um processo de estagnação dos bairros centrais e, em especial, do bairro do Varadouro (hoje conhecido como o maior bairro da Cidade Baixa) onde permaneceram alguns trechos ocupados por habitações de classe médias e baixas, convivendo com espaços deteriorados, bares e casas de prostituição frequentados à noite por boêmios e intelectuais. Nesse mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1970, ocorreu a consolidação da comunidade Porto do Capim formada, em geral, por famílias de pescadores, situada nas vizinhanças do antigo atracadouro, então abandonado. (Scocuglia, 2010: 82)

Com a mudança das chamadas "famílias tradicionais" desses bairros antigos, *áreas de fundação da cidade*, o casario antigo fica sob a responsabilidade de terceiros que não possuem as mesmas condições nem a mesma responsabilidade afetiva dos moradores anteriores. Logo, se inicia um processo de degradação de alguns imóveis seguido por seu abandono total e "invasão" de grupos marginalizados pela sociedade. Ainda conforme Azevedo, "geralmente, ocorre um rebaixamento social quando o centro histórico é marginalizado com relação a novos centros dinâmicos da cidade. Inversamente se produz uma elitização, quando estes setores são restaurados e valorizados" (1984, p. 221).

Verificamos que nunca há um abandono pleno de tais bairros antigos e sim um processo dinâmico de desocupação e reocupação constante. Entretanto, o poder público, nos níveis local, estadual e federal, normalmente, não vê com bons olhos esta dinâmica. Por isso, costumam aplicar o termo "abandono" e "degradação" para justificar novos usos desses espaços.

Na verdade, desde a colonização das terras brasileiras pelos grupos de europeus, geralmente de origem portuguesa, essas áreas consideradas históricas sempre foram heterogêneas. Se no início da instalação do périplo lusitano as cidades mais antigas do Brasil eram compostas por funcionários da administração real, profissionais liberais, artífices, prostitutas, mineradores, escravos, trabalhadores livres e pobres, comerciantes, entre outros segmentos variados, com a decadência dessas áreas históricas e transferência dos herdeiros das famílias tradicionais para outras centralidades urbanas, uma outra heterogeneidade dinâmica é imediatamente constituída.

A prostituição como "problema social"

Outro lugar-comum presente nas ideias e práticas reverberadas pelo fenômeno urbano da dinâmica dos bairros e centros históricos é a crítica negativa à presença de zonas do meretrício nessas áreas. Prostituição é interpretada, em alguns casos, como problema social ocasionado pelo "abandono" em que se encontram certas ruas e manchas urbanas das cidades.

Em Cuiabá, no Mato Grosso, o jornal *A Gazeta* publicou uma matéria no ano de 2008, assinada pelo jornalista Wisley Tomaz, intitulada *Prostituição, violência e tráfico de drogas invadem Centro Histórico*, que pretendia resumir todo o rico contexto do bairro nas três "mazelas sociais" escritas no citado título. Era um tipo de notícia muito comum nos jornais cuiabanos. Isso, no final das contas, fazia parte de um jogo político para revitalizar o centro histórico e transformá-lo em um grande cenário, com a expulsão dos grupos marginalizados e atração de grupos de turistas também para a capital Cuiabá. Já que os turistas visitam Mato Grosso, normalmente, atraídos pelos "símbolos regionais" de "beleza natural", como a Chapada dos Guimarães e o Pantanal, tornou-se uma estratégia econômica fundamental a "limpeza social" do centro histórico a fim de atrair os bolsos dos visitantes também para a capital Cuiabá. E essa limpeza social começa, primeiramente, com o convencimento da população local da situação de "abandono" do centro histórico, por meio de informações, veiculadas reiteradamente pela mídia impressa e televisiva, que trazem apenas o foco de aspectos considerados negativos do bairro.

Na maioria dos casos, é um discurso homogeneizador este da revitalização/requalificação/reabilitação dos centros históricos. E, no caso de Cuiabá (e isso aconteceu em várias outras cidades brasileiras), esse discurso político,

comprado pela imprensa escrita e televisiva, ignora que o chamado "centro histórico de Cuiabá" é palco de prostituição, violências, tráfico de drogas, mas também de comércio varejista, comércio atacadista, moradores, consumidores, instituições públicas, prédios abandonados ocupados por fantasmas e mendigos, feiras, restaurantes, botecos, igrejas, intelectuais saudosistas, poetas, associações filantrópicas, bancos, associações culturais, paixões, intrigas, disse me disse, museus, caldo de cana e pastel de carne, arroz com pequi, mecenas, conversa fiada, fofocas, pechincha, desilusões amorosas, barbearias, torcedores de clubes de futebol como o Mixto e o Operário, do pessoal do Baú sereno, da festa do Divino etc.

Quanto ao repúdio da presença de prostitutas naquela área antiga, dados históricos e informações de memória oral sobre o local atestam o fato de que, desde o final do século XVIII, portanto, no início da ocupação da região, há registros da presença de prostíbulos funcionando em várias casas coloniais, em vários pontos do centro, mostrando que esse tipo de apropriação do espaço não é fenômeno da atualidade, e sim faz parte da história de Cuiabá. Entretanto, mesmo com esse enraizamento, comprovado por narrativas históricas, comprovado pelos documentos públicos, esses moradores e usuários do bairro antigo têm pouquíssimo espaço de interlocução com os agentes públicos da cidade. Como evidencia Azevedo:

> A possibilidade de expressão [desses grupos] é muito pequena, porque essa população é considerada, por grande parte da classe média e das autoridades, como uma população *out law*, marginal: o maconheiro, a prostituta, o foragido. É, na verdade, uma população que vive na clandestinidade, que não pode aparecer. (1984, p. 250)

Em João Pessoa, com a aplicação da primeira etapa dos planos para revitalização do centro histórico (que será analisada mais detalhadamente no último tópico deste artigo), algumas casas de prostituição, a exemplo do "Cabaré da Hilda", tradicional reduto da boemia pessoense, localizado na Praça Anthenor Navarro, fecharam as suas portas depois de décadas de funcionamento ininterrupto. O uso urbano *prostituição* não era condizente com a nova praça que atraia frequentadores locais e turistas interessados em aspectos *culturais* de um centro histórico.

A questão, então, é: tratar a situação como um "problema social" a ser, a

todo custo, expurgado, ou tratar a situação como problema social atrelado à construção de uma memória social complexa, dinâmica, que não está passível apenas ao autoritarismo de projetos assistenciais contrários à comercialização do sexo? Ora, neste país, de Estado de direito, pode-se ou não proibir uma mulher, ou homem, maior de idade, de oferecer serviços sexuais em troca de dinheiro? A exploração desse tipo de trabalho é que é crime, ou o trabalho da garota de programa em si? Respondemos: na verdade, a exploração de qualquer tipo de trabalho é crime, seja ele, genital, braçal ou intelectual. O oferecimento de serviços sexuais em troca de dinheiro não configura um crime. Existem associações de prostitutas, com Cnpj e tudo, em todo o país. Trata-se de uma profissão regulamentada, com cadastro no Inss.

A inserção dos pontos turísticos não pode ser pensada como substituição à situação de "prostituição, violência e tráfico de drogas". Isso porque não cabe ao Estado, à política pública, à iniciativa privada, ou a qualquer outro tipo de ação, a destruição de uma dinâmica heterogênea de qualquer espaço social em nome desse ou daquele segmento, desse ou daquele empreendimento. Isto porque o Estado foi concebido para promover o bem estar social e não o bem estar dos turistas. E o cidadão deve respeitar as liberdades do outro cidadão, desde que tais liberdades não firam preceitos legais.

Outrossim, o turismo não depende de uma "limpeza social" de grupos marginalizados da sociedade. Em muitos casos, como na cidade de Fortaleza, Ceará, por exemplo, o turismo sobrevive exatamente à custa da exploração desses grupos marginalizados. Mais da metade do turismo fortalezense é turismo sexual, que existe por conta dos "inferninhos", dos bares à beira mar, no bairro antigo da Praia de Iracema, com prostitutas para todos os gostos e bolsos. Ao lado de um circuito de cabarés e bares noturnos há, inclusive, uma Delegacia de Proteção ao Turista. Portanto, temos a institucionalização da exploração sexual.

Em Amsterdã, nos Países Baixos, prostitutas se expõem em vitrines, em ruas que imitam modelos de *shoppings centers*. Afinal, a prostituição pode ou não ser institucionalizada? Depende de vicissitudes mercadológicas. Se ela é lucrativa, é um "caso a se pensar". Se, ao contrário, ela dá prejuízo, então é um "caso perdido", um "problema social grave", uma "situação incômoda que requer soluções". O sociólogo Remi Lenoir defende que a invenção de um dado *problema social* é própria de um campo de disputas políticas em que os atores, muitas vezes, não são aqueles cuja vida está em jogo:

> [...] Um problema social não é somente o resultado do mau funcionamento da sociedade, mas pressupõe um verdadeiro "trabalho social" que compreende duas etapas essenciais: o reconhecimento e a legitimação do "problema" como tal.
> [...] O trabalho de formulação pública pode surgir da iniciativa dos atores do próprio campo político que, na constituição de um problema social, encontram uma causa de interesse geral a ser defendida. Assim, a luta que, ao longo de todo o século XIX, opôs os representantes da burguesia industrial aos da aristocracia conservadora a propósito dos sistemas de proteção social, em particular das aposentadorias dos operários, não despertava interesse daqueles em favor de quem o problema tinha sido levantado, como é testemunhado pela ausência de reivindicações e manifestações populares sobre o tema. (Lenoir, 1998, p. 84).

As políticas para fomento do chamado "turismo cultural" em centros históricos acabam, paulatinamente, deixando de lado os contextos e as referências locais para instalar um modelo global de atendimento ao *outro*, "aquele que vem de fora e traz dinheiro", "o gringo". Justificando-se, em nome desse *outro*, um remanejamento espacial de grupos marginalizados locais. Porque as tradições não são, de fato, importantes; o que importa é o lucro advindo da mercadoria com o selo *tradicional*.

O "saudosismo do passado" de grupos de artistas e intelectuais (alguns dos agentes gentrificadores dos bairros antigos) importa na medida em que traz um retorno econômico aos "homens de bem" e na medida em que outros "homens de bem" estrangeiros podem usufruir da artificialidade de prédios limpos, padronizados e devidamente restaurados (Authier, 2006), sem o desprezível incômodo da lamentável presença de um palco em que os protagonistas são jovens ingerindo bebidas alcoólicas e dizendo "vamos fazer um sexo?".

Eventos e produtores culturais: a cidade-cenário

Para fomentar o *turismo cultural* é necessário todo um estratagema político, envolvendo diversas áreas dos poderes públicos, em parceria com setores empresariais e mídias locais. Para substituir os grupos marginais que ocupam bairros antigos após a debandada dos moradores tradicionais considerados "homens de bem", é imperativo, inclusive, a criação de um novo grupo frequentador desses espaços. A socióloga Linda Gondim, ao tratar da gentrifi-

cação da Praia de Iracema, em Fortaleza, afirma que na época da concepção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (década de 1990), a Secretaria de Cultura do Ceará defendia o novo espaço a ser criado como um centro de produção cultural, um centro de produtores e consumidores de bens culturais que competisse com outras áreas de forte atuação no país como São Paulo e Rio de Janeiro:

> Para democratizar não só o consumo, como a criação de cultura, a alternativa mais frutífera seria fomentar uma indústria cultural local, a fim de evitar a condição subordinada de consumidor de produtos culturais. Estes seriam, principalmente, de origem americana, mas, também, europeia e do sudeste do Brasil: "(...) o mercado dos bens simbólicos deve ter um contraponto regional forte, de produção de imagens, para que a gente saia de uma situação de consumidor desses bens simbólicos e passe para a disputa"[1]. (Gondim, 2007, p. 147).

Em João Pessoa, o impulso político de *reabilitar* e *valorizar* o que se convencionou chamar então de "centro histórico" teve início em 1987. O movimento sonhado por segmentos intelectuais e artísticos pôde se tornar realidade por meio de um Convênio Brasil/Espanha de Cooperação e elaboração de um Projeto de Revitalização das áreas de fundação da cidade. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) se interessou pelo projeto com a justificativa de que João Pessoa, no momento de maior efervescência portuária e comercial e, consequentemente, de edificação do casario do Varadouro, hoje Patrimônio Cultural do Brasil, fazia parte do antigo Império da União Ibérica.

> [...] o centro histórico passou a ser objeto de intenso processo de requalificação a partir das intervenções na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, realizadas entre 1998 e 2002. Tratou-se da *reinvenção* da figura do centro histórico na capital paraibana, atribuição de novos usos e construção de um *marketing* fundamentando uma imagem turística da cidade, um cenário para divulgação. As fachadas pintadas com cores fortes que compõem o conjunto eclético do entorno da praça são, até hoje, imagens centrais da propaganda turística divulgada em catálogos de companhias aéreas, em hotéis, publicações as mais diversas em jornais e

1 Fala do Secretário de Cultura do Ceará, Paulo Linhares, do governo Ciro Gomes, em 1994.

> revistas. Após a requalificação da área e seu entorno, instalaram-se bares, restaurantes e casas de show, predominando sobre usos mais diretamente ligados a funções culturais, como ateliês, galerias de arte e lojas de artesanato. De início houve uma valorização dos imóveis e a consequente elevação dos aluguéis e dos preços de venda. Essas transformações têm acarretado ameaças à permanência dos moradores do Porto do Capim no terreno da União que ocupam próximo ao antigo prédio da Alfândega e por detrás dos muros de vários prédios comerciais e galpões ligados às atividades do antigo atracadouro. (Scocuglia, 2010, p. 75)

É neste cenário político e econômico presente em João Pessoa, Fortaleza, Salvador, Cuiabá e em outras cidades brasileiras, a partir das décadas de 1990 e 2000, que vemos aparecer, de uma maneira mais explícita, a motivação, organização e execução dos chamados *eventos culturais*. Os bairros antigos e centros históricos apareceram, então, como palco preferido para as apresentações culturais. É toda uma indústria de bens e serviços que se forma, unindo concepções contemporâneas de aspectos materiais e imateriais do chamado "patrimônio cultural", para chamar a atenção de um público de consumidores, na maioria das vezes turistas.

É muito comum, nos contextos urbanos e rurais contemporâneos, a realização de eventos culturais, que são, nada mais e nada menos, que festivais, shows ou *espetáculos* da "cultura popular", do "folclore da região", da "tradição de um lugar", com notícia vinculada pelas grandes mídias e/ou mídias locais.

Esses saberes e fazeres centenários, com dinâmicas próprias e cotidiano diluído no calendário religioso de várias matrizes tradicionais (caipiras, sertanejas, urbanas, ribeirinhas etc.), são revestidos pela rubrica *patrimônio imaterial*. As atividades, agora *culturais*, entram em cena, sobem ao palco e exibem-se para um público da própria comunidade ou de fora, com data e hora marcada. Na imensa maioria dos casos, no início das intervenções das políticas públicas culturais, a ideia do *evento* não parte desses grupos, não é uma iniciativa deles. São projetos de intervenção federal, estadual, e/ou municipal, com financiamentos próprios ou por meio dos chamados "editais" lançados por empresas e bancos que trabalham com "projetos sociais", sob a coordenação de uma empresa, organização sem fins lucrativos ou segmentos universitários. São intervenções voltadas para a valorização de determinadas danças, cantos e coreografias presentes em uma determinada região e considerados como símbolos locais. Sobre o frisson em torno dos eventos cultu-

rais, é importante recordar a provocação oportuna de Néstor Canclini: "se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo" (1998, p. 169).

Surge, então, um segmento profissional muito específico no *modus operandi* da realização dos eventos culturais financiados por recursos públicos. É a figura conhecida pelo meio como produtor cultural. Normalmente, trata-se de indivíduos pertencentes a diversos estratos da classe média urbana, com formações acadêmicas e artísticas em áreas de ciências humanas e motivados intelectual[2] e financeiramente por "assuntos culturais" (teatro, cinema, artes plásticas, artesanato popular, etnomusicologia etc.). São profissionais muito bem informados do funcionamento da "máquina pública" nos níveis municipais, estaduais e federais. Os produtores culturais engajam-se, quando não fundam, organizações sociais sem fins lucrativos e/ou de interesse público (ONGs, OSCIPs etc.) a fim de captar os recursos públicos, servindo-se de parte do orçamento dos projetos como pagamento de seus serviços técnicos e/ou educacionais prestados a um dado grupo social (classificado como "comunidade"). Conhecem os procedimentos e técnicas para captação de recursos públicos da área cultural, os cronogramas e as exigências dos editais públicos, onde há a divulgação do oferecimento de recursos para execução de *projetos culturais*, veiculados pela internet.

O *evento cultural* virou "lugar-comum". É assim que "se faz cultura". O fazer e refazer desses eventos, foco das atenções das políticas públicas culturais, produz um mercado de profissionais que não diz respeito diretamente ao *objeto* que deu sentido à existência dessas mesmas políticas públicas. Os produtores culturais, na maioria dos casos, não são os reais fazedores de *moda de viola, repentes nordestinos, tambor de crioula, capoeira, festança de Vila Bela*. O que eles sabem é o "caminho das pedras" para a conquista dos editais, a narrativa *cultural*, inspirada em linguajar antropológico e folclórico, que fará com que os avaliadores do projeto o aprovem. Muitas vezes, o dinheiro originado da política pública cultural chega à mão do detentor de saberes tradicionais por meio de meras "bolsas de incentivo" ou pagamentos módicos de "apresentações culturais". São valores menores do que aqueles que o produtor

2 Uma crônica da década de 1990, de Antônio Prata, intitulada *Bar ruim é legal, bicho* retrata bem o perfil que passará a formar o "produtor cultural", que é um dos principais "agentes gentrificadores à brasileira" dos nossos bairros antigos.

cultural, coordenador da associação responsável pela inscrição da "ação cultural", vai receber ao final do projeto. Podemos dizer que o produtor cultural é o *intermediário* entre o poder público e a "comunidade", é ele quem detém o *métier* do "fazer a cultura acontecer" aos olhos dos governos municipal, estadual e federal.

Mas não é só o personagem *produtor cultural* que se envolve com os eventos culturais. Há toda uma conjuntura. Outra figura central sempre presente no fazer e refazer dos eventos culturais é, por exemplo, o político local (prefeito, vereador, secretário municipal etc.). Nos eventos culturais, antes das apresentações dos "grupos folclóricos", políticos de algum modo (geralmente, de modo bem indireto) ligados àquele projeto, discursam durante um bom tempo sobre suas realizações, suas metas e suas dificuldades durante tal mandato, sendo vaiados ou aplaudidos pelo público, dependendo do contexto político vivido naquela localidade.

O representante do poder público local na área de cultura, para esses grupos que detêm determinados conhecimentos e artes tradicionais e estão em condições socioeconômicas limitadas, tende a ser uma releitura do sempre presente senhor, coronel e político local de outras épocas. Esses grandes artistas, historicamente excluídos da aclamada cidadania, passam a se sentir contemplados eventualmente por esses holofotes e pelos aplausos do crescente público que comparece aos espetáculos. Ali, diante de todos, alianças políticas e politiqueiras são firmadas e algumas associações culturais começam a estabelecer relações de poder, participando do jogo eleitoral daqueles que aplicam recursos públicos na organização periódica dos festivais. É uma política de Governo, não de Estado. A *cultura popular*, por vezes rotulada contemporaneamente de *patrimônio imaterial*, funciona em vários rincões deste país como *marketing* da gestão da prefeitura local. O secretário ou o diretor municipal de cultura, como no exemplo da gestão da prefeitura de João Pessoa, Ricardo Coutinho (2008-2010), é o mesmo "cara" que cuida da publicidade institucional do governo. No universo político, *cultura, marketing eleitoral e turismo* andam sempre bem juntos. As memórias ameríndias, afro-brasileiras e lusitanas convertem-se em bens de entretenimento "para turista ver". Conforme análise sociológica de Edson Farias:

> Embutidos em sínteses ainda mais amplas, pela força coletiva que os empurra ao posicionamento subalterno na estrutura de classes dessas so-

> ciedades nacionais, em grande medida, os descendentes africanos e as culturas negras não-africanas, ao lado das memórias ameríndias, serão reprocessadas discursivamente sobre a rubrica do folclore e da cultura populares, sendo as últimas convertidas em patrimônios simbólicos da nação miscigenada, em se tratando do Brasil. A invenção dessas tradições, deflagrada no curso da cosmopolitização do regional e do prosaico, empreendida por elites intelectuais e artísticas (embebidas do imaginário da unidade nacional), está no epicentro da sua, também, conversão ou reinvenção em bens de entretenimento-turismo. (Farias, 2004, p. 148)

Este fenômeno pode ser percebido não só nos pequenos municípios do interior. Nas grandes metrópoles, o lugar privilegiado para realização de eventos culturais é o *centro histórico* e o *bairro antigo*. Em entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, no ano de 2007, Henri-Pierre Jeudy, o filósofo crítico aos modelos de revitalização de áreas urbanas antigas, afirma que a homogeneização dos centros históricos torna enfadonha para o "olhar turístico" a mesmice dos modelos de patrimonialização que tende a transformar todos os bairros antigos em "museus a céu aberto". Com suas palavras:

> [...] isso pode causar uma fadiga no turista porque ele viaja e vê sempre a mesma coisa. O que hoje se faz para evitar essa fadiga é colocar o tempo todo animações artísticas no centro, com festivais de músicas, festas, artistas de rua. Mas é uma vida artística artificial, porque vem de uma vontade política muito forte e, no momento em que o governo parar de estimular que elas fiquem ali, o centro fica vazio. Não há uma vida própria, o centro se transformou num cenário de teatro. (apud Lage, 2007)

Como foi dito anteriormente, os bairros antigos das cidades brasileiras, desde suas origens colonizadoras, sempre foram e tendem a ser ocupados heterogeneamente, com a presença de diversos segmentos sociais e profissionais. Entretanto, com as políticas de planejamento urbano para revitalização/requalificação/reabilitação desses espaços, corre-se o sério risco de vermos, cada vez mais, nas nossas cidades, uma padronização dos modelos de abordagem das áreas históricas e uma imposição "de cima para baixo", dos poderes públicos municipal, estadual e federal, de quais grupos sociais devem frequentar estes lugares e quais não devem.

Após a criação, em diversas nações, de órgãos públicos específicos para "promover a cultura" e também após a apropriação do senso comum do con-

ceito antropológico de *cultura* como algo que se justifica em si mesmo, as políticas públicas para essa área tiveram tendência a isolar suas gestões políticas, entendendo a realidade em que trabalham como um "objeto autônomo". Isso vale para os diferentes aspectos que o Ministério e as Secretarias estaduais e municipais de cultura, no caso do Brasil, abordam: arte, teatro, patrimônio, cinema, museu etc. Na formulação de políticas de preservação de bairros antigos, esse isolamento torna muito evidente a deficiência desse recorte puramente *histórico, artístico e cultural* da realidade. Como foi observado por Azevedo quanto ao trabalho nas décadas de 1970 e 1980 da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em relação às políticas de melhoria do Pelourinho, em Salvador:

> [...] a Fundação, como órgão da Secretaria de Educação e Cultura, dispunha de verbas muito pequenas e a problemática do centro histórico, com a complexidade de todo fenômeno urbano – habitação, circulação, trabalho, lazer, etc. – escapa muito da visão simplista do centro histórico como obra de arte. (1984, p. 228).

Quando se forja o conceito de *cultura* com conceito e prática do *turismo*, dá-se início a um processo de valorização imobiliária e comercial em antigas áreas de fundação urbana por grupos economicamente fortalecidos. Nesses espaços, produz-se um *capital cultural* de tal ordem que tende a trazer de volta, ou trazer pela primeira vez, determinados estratos de classes médias e abastadas e, consequentemente, remover os moradores pobres que costumam habitar os bairros antigos quando estes são abandonados pelas chamadas "famílias tradicionais".

Uma situação contemporânea que ocorre, de certo modo, na contramão dos rotineiros processos de gentrificação e patrimonialização de espaços urbanos é a de algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro. O arquiteto francês Le Corbusier, num sobrevoo feito no Rio de Janeiro em 1929, ficou fascinado pela arquitetura fluminense, pela acomodação das favelas na geografia montanhosa e pelo modo privilegiado de morar no alto do morro. Segundo Harris, "essa utilização compacta e eficaz do espaço" no que Le Corbusier chamou de "ninhos de pássaro planador" chamou a atenção do arquiteto, que "se maravilhou, sobretudo, com a visão [que de lá se tinha] do mar" (1987, p. 28). Nas palavras de Le Corbusier,

> [...] o limite que [os moradores das favelas] sabem impor às necessidades pessoais, a capacidade íntima de sonhar e sua candura fazem com que suas casas estejam sempre admiravelmente plantadas no chão, janelas abertas de par em par à exuberância do panorama, o espaço reduzido muito bem-aproveitado [...]; o negro ergue sua casa quase sempre no alto, sobre pilotis na frente [...]; lá de cima o mar é sempre visível. (apud Harris, 1968, p. 29).

Embora as favelas venham sendo encaradas no Brasil e em outros países, desde sua gênese, como um "problema social", devido à falta de infraestrutura presente nesses lugares, o poder público, em certos contextos, lançou mão de ferramentas de gestão e planejamento urbano para sua legitimação social. Atualmente, muitas favelas fluminenses já são identificadas pela municipalidade como bairros constituídos, dotados de infraestrutura e serviços essenciais, como coleta de lixo. Na capital carioca, o *turismo cultural* também chegou a esses espaços e agora favela é também "lugar para turista ver". Visitantes de todo o Brasil e de outros países visitam as favelas do Rio e se hospedam em casas de moradores das comunidades. O que é interessante observar neste caso é que as favelas são *agentes* e *produtos* do turismo cultural da maneira como se apresentam, como *favelas*, o que nos leva a crer que em outros casos semelhantes espalhados pelo país, as populações podem ser contempladas e integradas a uma ação de planejamento urbano e regional, sem necessariamente serem retiradas de seu contexto e de sua vitalidade urbana.

Porto do Capim: patrimônio cultural e relações de poder

Em João Pessoa, o *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*, que originalmente fazia parte do já referido Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, previu a inserção e a assistência à população residente nas proximidades das áreas tomadas como objeto de intervenção, embora a proposta de realocação não pareça atender aos anseios e necessidades de uma parte dos moradores, tendo em vista que afeta de maneira importante a relação de convivência e, em alguns casos, desvincula economicamente alguns profissionais de sua relação com o rio Sanhauá e com o Varadouro. Além disso, após o atraso na execução dos recursos captados junto à Caixa Econômica Federal, o projeto passou a prever a construção de unidades mínimas (42m²) de habitação de interesse social em local afastado do Porto do Capim, modificando sobremaneira o modo de morar dos ribeirinhos, alguns dos quais já realizaram

benfeitorias em seus imóveis e residem em habitações relativamente confortáveis atualmente. A real situação é retrato da propaganda dos interventores e promotores de grandes operações de *city marketing* que, segundo Vainer (2000), disseminam a venda de uma imagem não correspondente à realidade, intentando mascarar os reais problemas da cidade.

> A venda da imagem de cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática. [...] A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo [...] quando o diagnóstico aponta como um dos problemas a "*forte visibilidade da população de rua*" (Plano Estratégico do Rio de Janeiro, p. 50): a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental). (2000, p. 82).

Como em outras cidades que investiram na revitalização de áreas de interesse histórico, João Pessoa também privilegia, nas ações de planejamento, o atendimento às necessidades da política de turismo em detrimento dos problemas socioespaciais decorrentes da reorganização espacial do qual a cidade fora objeto durante todo o século xx. As medidas de intervenção, resultantes do Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, se configuraram claramente como práticas de gentrificação e patrimonialização: alteração da paisagem urbana; tentativa de converter uma área de valor histórico-cultural em segmento de mercado – um espaço de visibilidade pública; e relocalização estética do passado, transformando os sobrados ecléticos em relíquias coloniais do patrimônio e da memória da cidade[3].

Edifícios de uso residencial e comercial, predominantes no centro histórico, alguns em avançado processo de degradação, foram adaptados para novos usos, como bares e casas de shows que se instalaram na Praça Anthenor Na-

3 Diante dos usos e abusos que as Universidades e as instituições públicas e privadas vêm, desde a "redescoberta cultural" do Varadouro, produzindo diante da comunidade Porto do Capim, o conceito de táticas do cotidiano (CERTEAU, 1994), que "se escondem atrás da máscara da conformidade", parece mais uma *ideia fora de lugar* (SCHWARZ, 1992), que tenta encaixar a todo custo uma interpretação do iluminismo crítico e liberal sobre a realidade de certos contextos europeus na interpretação de autores brasileiros que lançam olhar sobre a realidade de certos contextos locais. Parece-me bem o caso da aplicação do conceito de *táticas* de sobrevivência, de guerrilha, de cotidiano, ou o que quer que desejemos, para os processos de gentrificação e patrimonialização no Brasil. É uma "ideia fora de lugar", sem cabimento. Os casos de Salvador, de Fortaleza, de Cuiabá e de João Pessoa demonstram que todo o processo de produção de capital cultural nos bairros antigos das citadas cidades é feito "de cima pra baixo", por políticos, empresários, produtores culturais, intelectuais e ambientalistas.

varro, que foi "revitalizada" em 1998, e no Largo São Frei Pedro Gonçalves[4], após a intervenção de 2001. Antigos armazéns e hotéis também foram direcionados para outras atividades, alguns abrigando departamentos da Prefeitura, como a Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope), e em dois dos mais significativos prédios, a antiga Fábrica de Vinhos Tito Silva e Cia. e o antigo Hotel Globo, passaram a funcionar respectivamente a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural e a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (Cpdch-JP), órgão fundado em 1987, responsável pela salvaguarda do perímetro urbano tombado.

Apesar desta tentativa de revitalizar o centro histórico, foi muito curto o tempo de vida dos espaços culturais implantados na área de intervenção. Após alguns anos de uso efetivo, os bares, casas de espetáculos e demais espaços culturais implantados nos anos 1990 não resistiram e muitos deles fecharam as portas, deixando os prédios com outras apropriações consideradas pelo planejamento público das políticas de preservação como "indesejadas".

Com o fim do Convênio de Cooperação Brasil/Espanha, no final dos anos 2000, a Comissão do Centro Histórico e a Oficina-Escola tiveram seu funcionamento prejudicado, tendo sua atuação e capacidade operacional reduzida de maneira significativa, por terem sofrido seguidos cortes de orçamento e de pessoal.

O caso da comunidade do Porto do Capim, bairro Varadouro, em João Pessoa, pincelado em parágrafos anteriores do presente texto, é exemplar ao mostrar a dinâmica de produção do capital cultural, quando a *cultura* vira sinônimo de *mercadoria* para o turismo e para segmentos intelectuais e artísticos.

No intuito de *produzir cultura*, intelectuais se reuniram na década de 1990 e formaram a já mencionada Comissão do Centro Histórico. Buscavam, a todo custo, legitimar perante os poderes públicos a ideia da necessidade de uma "revitalização" do Rio Sanhauá. Alega-se ainda hoje que o Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim devolveria à "sociedade pessoense e paraibana" a *histórica* relação com rio, ao recuperar a paisagem

4 Os referidos locais fazem parte do primeiro recorte espacial de intervenção do projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que está inserido num grande projeto a ser realizado numa extensão de 11 km do rio Sanhauá, denominado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa como "PAC Sanhauá", sendo R$ 1.194.750,00 destinados às etapas iniciais de planejamento de projetos de engenharia, regularização fundiária e o que a Secretaria Municipal de Habitação Social chamou de "trabalho social".

cultural portuária de tempos de outrora, como explicitado no discurso da Comissão do Centro Histórico:

> [...] esta intervenção condensa ações que integram e potencializam as linhas estratégicas estabelecidas pelo projeto de Revitalização, que é entender o Centro Histórico como turístico e cultural, um Centro de oportunidade e referência em qualidade de vida.
> Na perspectiva do cumprimento desse papel estratégico, a intervenção implantada resultará numa requalificação urbana do Antigo Porto do Capim, que deixará de ser área de armazenamento para transformar-se em importante polo de lazer e diversão da cidade, a partir da utilização de seus espaços públicos para eventos, concentrações e contemplação.
> De forma associada teremos a requalificação de sua função econômica que, **a partir do resgate do vínculo rio/cidade**, transformará o rio e o antigo porto em importante núcleo turístico da cidade, com a infraestrutura necessária ao aproveitamento do turismo histórico-cultural e do eco-turismo, este associado ao estuário do Rio Paraíba.
> [...] **esse processo deverá ainda promover o desenvolvimento social da comunidade do Porto do Capim, que passará a habitar um novo núcleo habitacional**. (CPDCH-JP, 2007, p. 11-12, grifos nossos)

A comunidade do Porto do Capim não faria parte da sociedade, seria uma espécie de entrave, uma barreira de acesso ao rio. A "sociedade", nesse caso, pode ser entendida como as populações de classe média e rica, habitantes de João Pessoa e os visitantes oriundos de outras localidades. Enquanto esses grupos não frequentassem o centro histórico, este estaria sempre fadado ao abandono, mesmo que o espaço fosse ocupado por estratos sociais marginalizados ou por moradores, a exemplo daqueles presentes no Porto do Capim.

Os poderes públicos, nos níveis municipal, estadual e federal, ainda agregam ao discurso em prol do tripé cultura/história/turismo a moda preservacionista do *meio ambiente*, pelo fato de a comunidade estar localizada às margens do Rio Sanhauá. Com efeito, João Pessoa representa um dos únicos casos brasileiros em que um bairro de fundação da cidade convive com uma grandiosa área de vegetação nativa que margeia os rios Sanhauá e Jaguaribe.

Entretanto, tal discurso ambientalista cai completamente por terra devido a dois fatores:

1. Alega-se que a comunidade agride bastante o rio, jogando lixo e depositando suas necessidades fisiológicas diretamente nas ruas e nas águas fluviais.

Ora, como a comunidade pode estruturar uma prática de higiene pública por conta dela mesma? Deixaram, ao longo de mais de sessenta anos, a comunidade do Porto do Capim sem nenhum tipo de saneamento básico sob o argumento de que aquela área é da União e foi invadida pela "favela", não sendo passível de políticas públicas. Além disso, grupos de "voluntários" vindos de bairros estruturados de João Pessoa vêm à comunidade com projetos de educação ambiental que duram uma semana e saem com seus egos de "ambientalistas ativos" bem alimentados, sem, contudo, garantir nenhuma aplicação de políticas de tratamento de esgoto naquele espaço.

2. Alega-se que o Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim[5], na verdade, faz parte de um plano maior de "recuperação" e "revitalização" dos rios da cidade de João Pessoa[6], especialmente Sanhauá e Jaguaribe.

Ora, o projeto que está exposto aos olhos de todos os visitantes no antigo Hotel Globo, sede da Comissão do Centro Histórico, aproveita exatamente a mesma área que a comunidade avançou sobre as margens do Sanhauá, agredindo da mesma forma todo espaço original de mata ciliar. Só que em vez de aterros comunitários, teremos um "concretão" com a presença de vários postes de luz e quiosques planejados por um pequeno grupo de arquitetos (Figuras 2 e 4), assim como foi feito com o Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa, que foi paulatinamente transformado em uma praça árida para realização de *showmícios* no centro da cidade. Como diria oportunamente a antropóloga Mary Douglas, "as leis da natureza são introduzidas para sancionar o código moral" (1991, p. 13).

5 Em reunião com a Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, realizada em maio de 2010, onde participamos como representantes do Iphan, observamos que o projeto habitacional estava bastante modificado por conta de contingenciamentos financeiros originados do grande atraso na aplicação dos recursos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. As famílias do Porto do Capim, caso sejam mesmo remanejadas, ficarão em área mais afastada que a prevista no "projeto original" de 1999 e também habitarão espaços mais limitados, nas chamadas "unidades mínimas familiares" (42 m²).

6 Conforme reunião realizada em 14 de junho de 2010, no centro comunitário Porto do Capim, que contou com a presença do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Rio Sanhauá e Rio Jaguaribe, da Secretaria de Habitação, e da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Universidade Federal da Paraíba e de líderes comunitários.



FIGURA 2 Planta baixa do Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim. Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.



FIGURA 3 Vista do Porto do Capim a partir do rio Sanhauá (1968). Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

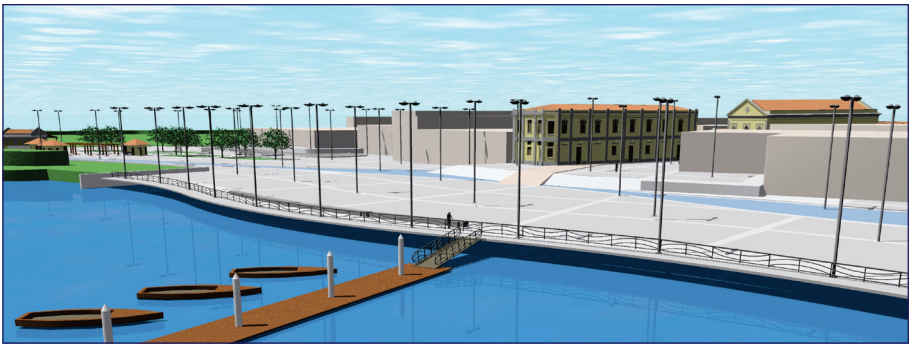


FIGURA 4 Perspectiva do Projeto de Requalificação do Varadouro e do Porto do Capim. Fonte: Acervo digital da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Jovanka Scocuglia também registrou a situação da comunidade Porto do Capim, que está na expectativa há mais de dez anos por alguma intervenção urbana pelos poderes públicos naquela área:

> Assentada em área de patrimônio da União, a favela Porto do Capim é caracterizada como uma invasão, ou seja, ocupação ilegal e irregular. Apesar desta situação, todos os entrevistados em nossas pesquisas reclamaram o direito de propriedade de seus imóveis, segundo eles, construídos à custa de muitos sacrifícios. São, na maioria, imóveis próprios inseridos na área próxima ao mangue, alguns ocupando um trecho já parcialmente urbanizado com arruamento e coleta de lixo, construídos em alvenaria, com água encanada e energia elétrica, alguns com linha telefônica, porém sem esgotamento sanitário. Entretanto, os imóveis localizados por trás desta rua principal foram construídos diretamente sobre o mangue, mediante aterros sucessivos, e são mais precários, constituídos por materiais diversos, como restos de madeiras, papelão, taipa, cobertos com palha, entre outros improvisos. (2010, p. 80).

Com o superatraso na efetivação do Projeto de Requalificação do Varadouro e Porto do Capim, motivo de uma série de disputas politiqueiras entre o Governo do Estado e a Prefeitura, acirradas ainda mais com a recente disputa eleitoral pelo cargo de representante máximo do poder público estadual entre José Maranhão (ex-governador) e Ricardo Coutinho (ex-prefeito de João Pessoa e atual governador), a comunidade do Porto Capim encontra-se em situação extremamente precária. Com as promessas de "recuperação" daquela área, várias famílias moradoras de outras favelas pessoenses, em situação socioeconômica ainda pior que a situação das primeiras famílias (descendentes de pescadores, que há cerca de setenta anos ocupam os espaços do antigo atracadouro), resolveram ocupar desordenadamente o Porto do Capim, em galpões, construções em papelão e madeira, trazendo novos problemas de violência, circulação de drogas e sujeira para aquele setor do Varadouro.

Outro fator que contribui para a precariedade e piora da situação da comunidade Porto do Capim é que o superatraso na efetivação do Projeto de Requalificação é responsável por uma adaptação do projeto original no âmbito da proposta habitacional (que previa área maior e mais próxima e instalação de comércios), que desfavorece o remanejamento da população mais antiga. Essa adaptação não foi divulgada em assembleia popular, contrariamente ao

que foi feito com o projeto original coordenado pela Comissão do Centro Histórico e que contou com a participação de diversas instituições presentes na Paraíba. O primeiro projeto (1999), apesar das deficiências estéticas, ambientais, e sociais, almejava minimamente contemplar a promoção do desenvolvimento social da comunidade local e previa uma série de itens que a nova proposta de remanejamento habitacional relegou para o esquecimento.

O processo iniciado nos anos 1980 e intensificado nos anos 1990 teve como principal escopo a instituição de um espaço para a *cultura* do estado da Paraíba, num discurso que propunha a identificação direta entre "cultura popular", "tradição" e "monumentos históricos". Nesta experiência, talentos musicais, traçado urbano e arquitetura são alguns dos *símbolos do local*. João Pessoa, em busca de uma "nova" identidade, apropriou-se dos significados de que foi conferida em seu processo de revitalização. Onde estava sua centralidade? Nos seus slogans propagandísticos, "*a segunda cidade mais verde do mundo*" e "*terceira cidade mais antiga do Brasil*".

A negação da "cidade antiga" (colonial) e adoção da imagem da cidade remodelada, cujos sobrados assumem fachadas ecléticas (emblemas de modernidade na primeira metade do século xx) é a grande "cartada" da estratégia de marketing urbano em João Pessoa – *a reinvenção do lugar*. Este discurso foi assimilado pelos poderes públicos e se reflete nos perímetros de proteção do centro histórico de João Pessoa[7].

O Porto do Capim se situa, dentro do perímetro do centro histórico protegido pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937[8], na chamada área de entorno do sítio. Um sítio histórico, respaldado pela legislação federal, se divide, de pra-

7 O Decreto estadual nº. 8.639, de 26 de agosto de 1980, instituiu a proteção a diversos bens culturais, artísticos e históricos do Estado da Paraíba, entre os quais, alguns monumentos de João Pessoa. No entanto, o tombamento estadual e delimitação do perímetro correspondente ao *Centro Histórico Inicial de João Pessoa* foram estabelecidos somente através do Decreto nº. 9.484, de 13 de maio de 1982. O Centro Histórico obteve reconhecimento como área sujeita a tratamento especial – ZEP (Zona Especial de Preservação) e ZER (Zona Especial de Revitalização) e também figurou, posteriormente, no texto do Plano Diretor da cidade. O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado pelo Iphan como patrimônio cultural brasileiro em 2007, através do Processo n.º 1.501-T-02, nos termos do Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, e inscrito sob o nº. 590 no Livro do Tombo Histórico e sob o nº. 146 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

8 O Decreto-Lei 25/1937 é a lei que trata do tombamento do patrimônio histórico e artístico nacional. Em seu art. 18, assegura a preservação da ambiência e visibilidade do bem tombado: "Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto".

xe, em área de tombamento propriamente dito e área de entorno. A área de tombamento refere-se a um conjunto de coisas delimitado de forma clara e precisa, sobre o qual incidem os efeitos legais determinados no Decreto-Lei nº. 25/1937, sendo o principal deles a permanência – conservação – da coisa tombada. Como esclarece Rabello, "ao se tombar o núcleo histórico de uma cidade, estarão sob a tutela do poder público os prédios, ruas, a vegetação que adere ao solo, os adereços fixados nos prédios, enfim, a paisagem urbana constituída de imóveis" (2009, p. 79). Já a área de entorno funciona como uma zona de transição e amortecimento de impactos típicos de crescimento das cidades sobre a poligonal do tombamento propriamente dito, de proteção rigorosa. Segundo Marcia Chuva e Helena Santos, citadas na obra *Entorno de bens tombados*, de autoria de Lia Motta e Analucia Thompson:

> Área de entorno como consequência da leitura do documento [monumento], contribuindo ou interferindo, pela conexão que mantém com a constituição do núcleo, mesmo que abrigue unidades arquitetônicas diferentes das incluídas no Centro na área de tombamento. (Chuva; Santos, 1987 apud Motta; Thompson, 2010, p. 79).

Embora seja notória a anterioridade e indiscutível a ocupação urbana seiscentista do Porto do Capim, o trecho de ocupação da população ribeirinha foi excluído, estrategicamente, do perímetro da *área de tombamento*, situando-se apenas como *área de entorno* (Figura 5).

A discricionariedade na delimitação do perímetro de proteção do *Centro Histórico de João Pessoa* pelo Iphan da Paraíba, em sintonia com os parâmetros técnicos da Cpdch-JP, parece refletir uma astúcia política, não condizente com as atuais recomendações internacionais[9] voltadas para as políticas de patrimônio, excluindo do perímetro de proteção rigorosa relevantes setores

9 Referimo-nos, dentre outras Cartas Patrimoniais, à *Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural*, onde lemos, a título de exemplo, no seu item 1: "o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica". Nos itens 10 e 11, da mesma carta, ainda podemos ler: "deve-se gerir a mudança do entorno das edificações, dos sítios e das áreas de valor patrimonial de modo que seu significado cultural e seu caráter peculiar sejam mantidos" e "a gestão deve definir as formas e as ações necessárias para avaliar, medir, evitar ou remediar a degradação, a perda de significado, ou a banalização e propor melhorias para a conservação, a gestão e as atividades de interpretação".



FIGURA 5 Poligonal de tombamento federal do Sítio Histórico de João Pessoa, vendo-se que o Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá, situa-se apenas no entorno, enquanto o rio Sanhauá sequer figura na poligonal de proteção. Fonte: Intervenção nossa sobre base cartográfica da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

do sítio histórico, entre eles, o mais importante espaço de *fundação da cidade* (dentro da narrativa do "encontro dos povos"). Conforme chamou atenção a arquiteta Ana Luiza Costa:

> Qual a justificativa para manter fora da Poligonal de Tombamento Nacional espaços urbanos como: **Porto do Capim**, Praça Álvaro Machado, Praça Pedro Américo e Aristides Lobo, rua da República, rua Odon Bezerra e

> rua das Trincheiras? Espaços consolidados, que representam importantes ligações históricas e locais de simbologia social e significativa. (2009, p. 143, grifo nosso).

O tombamento do centro histórico de João Pessoa foi solicitado por uma Ong que atua no Centro Histórico de João Pessoa: a Associação Centro Histórico Vivo (Acehrvo), que em seu Ofício de solicitação do tombamento, discorreu acerca dos valores primordiais a serem considerados na instrução processual:

> [...] tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um polo tão antigo quanto à própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. **O rio invade a urbs e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade**, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal[10]. (Iphan, 2002, sem número de página, grifo nosso).

A relação *cidade-rio*, o mangue e a ocupação histórica do Porto do Capim não foram levados em consideração na delimitação do perímetro de proteção, que compõe a instrução do processo de tombamento. A poligonal de tombamento é um reflexo material desta posição do Iphan, uma vez que o rio Sanhauá foi excluído da definição do perímetro, enquanto o mangue e o Porto do Capim figuram apenas no entorno do sítio tombado, embora seja perfeitamente plausível e legal a inclusão de elementos da natureza nas poligonais de proteção, havendo exemplos vários na história da instituição.

> A lei não deixa dúvida de que não só as coisas criadas pelo homem podem ser objeto de tombamento, como também os chamados "monumentos", "sítios" e "paisagens naturais". Nessas denominações podem ser incluídas quaisquer espécies de elementos da natureza, isto é, poderá ser uma rocha, ou poderá ser todo um sítio florestal, ou mesmo uma paisagem litorânea. [...] Assim, podemos deduzir que, em princípio, não é juridicamente inadequado o tombamento de bens naturais, especialmente daqueles que

10 Trecho do Ofício ACEHRVO nº. 081/2002 – Solicitação do tombamento do "Conjunto Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico" do Centro Histórico do município de João Pessoa. Pasta 10 – Centro Histórico de João Pessoa, que compõe o Processo de tombamento nº. 1.501-T-02, volume 1.

> possam ter características básicas de permanência, a fim de atender o objetivo da lei, que é sua conservação natural. (Rabello, 2009, p. 83-84).

No transcorrer da tramitação do processo do Iphan, em vários momentos se valora a relação construída historicamente entre o rio e a urbe:

> Vínculo Rio/Cidade – **a cidade de João Pessoa originou-se na foz do rio Sanhauá** pela posição e condições estratégicas que o estuário representava em relação à defesa da capitania hereditária de Itamaracá. O motivo determinante do surgimento da Paraíba foi político-militar. A necessidade de defesa e controle da região, somada às condições geográficas favoráveis, levaram os colonizadores a estabelecerem um vínculo mais forte na cidade, **construindo um porto fluvial** que posteriormente serviu para o escoamento da produção açucareira.
> Na fixação dos colonizadores o relevo definiu os espaços urbanos: a cidade alta, concentrando as atividades administrativas, culturais e religiosas; **e a cidade baixa, voltada para o comércio, desenvolvida a partir do Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá. O ancoradouro do rio Sanhauá constituiu um elemento forte no crescimento da cidade, sendo durante muito tempo o ponto de escoamento da produção local destinada à exportação. A criação da alfândega e a construção de armazéns contribuíram para o desenvolvimento do comércio atacadista no Varadouro.**
> Com o crescimento da cidade, a partir do desenvolvimento econômico intenso em todo o país (início do século XX), o processo de ocupação do solo urbano de João Pessoa se expandiu em direção ao mar (sentido oeste-leste), permanecendo na cidade baixa o comércio local. As exportações passaram a ser feitas pelo Porto de Cabedelo; foi construída a ferrovia para escoamento da produção, **ficando Porto do Capim como documento histórico marcante de uma época**. (Iphan, 2002, p. 101, grifos nossos).

Se a relação *cidade-rio* é um dos motes da solicitação de tombamento e o fio condutor de toda a argumentação do processo de instrução pelo Iphan, como explicar a exclusão do Porto na delimitação espacial adotada? Diante dessa seleção patrimonial, fragiliza-se uma discussão técnica para defesa da permanência da dinâmica urbana da população ribeirinha diante do projeto de "*revitalização*" do Porto do Capim, pois o *entorno* é apenas um espaço de transição e amortecimento entre o sítio tombado e os setores protegidos rigorosamente pela lei. Desta forma, o antigo Porto, um dos setores mais relevantes da cidade, do ponto de vista patrimonial, é destituído de seu valor em

nome de um projeto urbano turístico-ambiental, deixando a proteção legal do espaço definido sob os critérios e normas relativas à preservação de entornos (ver Iphan, 1986).

Para contrapor o processo de justificativa que excluiu o Porto do Capim e o rio Sanhauá do perímetro de proteção rigorosa, torna-se imperativa a revisão do tombamento, por meio do dispositivo jurídico da rerratificação da poligonal de tombamento federal, onde estaria garantida a vitalidade daquele importante espaço habitado pela população ribeirinha.

Enquanto *cultura* e *patrimônio* forem pensados como elementos isolados de uma conjuntura política maior que os remetam ao protagonismo do habitante da cidade, do *cidadão*, não haverá mais cidades belas e agradáveis. Ora, aqueles que vivenciam os lugares é que devem dizer o que gostam neles e como gostariam que eles fossem! Não se pode exigir de um morador que nunca teve acesso a um espaço de lazer de qualidade, a um tratamento de esgoto, a um transporte público de qualidade, a uma saúde de qualidade, enfim, a um bem estar dentro de seu próprio bairro, não se pode exigir que ele construa amor àquele lugar. O que dirá exigir que preserve aquele bairro! Ao mesmo tempo, contraditoriamente, esse mesmo morador é "culpado" e "perdoado" por todo o seu silêncio, por ter aceitado tudo o que o planejamento urbano e tecnicista lhe impôs de cima para baixo. Os mesmos cuidados e preocupações que, normalmente, temos com nossas propriedades privadas deveríamos também ter com nossos espaços públicos. O bairro e a cidade também são nossos lares. Se não há mais interesses coletivos, como garante o apocalipse pós-moderno, que pelo menos os interesses individuais de viver e conviver da melhor maneira possível possam um dia alavancar políticas nascidas na relação cotidiana dos cidadãos com os lugares.

No passado remoto e no presente sofrido, poucas áreas de João Pessoa concentram em um mesmo espaço tanta vida, história e diversidade cultural como o Porto do Capim. Com sua convivência diária junto do rio, suas lorotas de pescador, seus pastores evangélicos de voz forte e Bíblia na mão, seu artesanato de *biscuit*, seu comércio miúdo, de dose de cachaça, de quilo de arroz, de saco de pão, o cotidiano desses moradores oferece, sem exigir nada em troca, mais beleza à paisagem do centro histórico da capital paraibana, tombado em 2007 como Patrimônio Cultural do Brasil.

Referências

Authier, Jean-Yves. A gentrificação do bairro Saint-Georges em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (Org.). *De volta à cidade:* dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

Azevedo, Paulo Ormindo de. O caso Pelourinho. In: Arantes, Antonio Augusto. *Produzindo o passado:* estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Canclini, Néstor García. *Culturas híbridas:* estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 1997.

Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano:* artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.

Costa, Ana Luiza Schuster da. *Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa:* três décadas de história. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

Cpdch-JP (Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa). *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. João Pessoa, 2007.

Douglas, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

Farias, Edson. (Re)tradicionalização ou (re)significações de tradições? In: Teixeira, João Gabriel L. C.; Garcia, Marcus Vinícius C.; Gusmão, Rita (Orgs.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS; UnB, 2004.

Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Glass, Ruth. *London:* aspects of change. London: Centre for Urban Studies and MacGibbon and Kee, 1964.

Gnerre, Maurizzio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Texto e Linguagem).

Gondim, Linda M. P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna:* cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

Harris, Elizabeth D. *Le Corbusier:* riscos brasileiros. São Paulo: Nobel, 1987.

Iphan. *Processo de instrução de Tombamento nº 1501-T-02:* Centro Histórico do Município de João Pessoa Estado da Paraíba. v. 1. João Pessoa, 2002.

_____. *Portaria nº. 10*, de 10 de setembro de 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_10_de_10_de_setembro_de_1986.pdf>.

Jeudy, Henri- Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa das Palavra, 2005.

Lage, Amarílis. A revitalização petrifica cidades. Entrevista com Henri-Pierre Jeudy. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0606200509.htm>.

Lenoir, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne, Patrick; Lenoir, Remi; Merllié, Dominique; Pinto, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Motta, Lia; Thompson, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: MinC; Iphan; Copedoc, 2010. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4).

Prata, Antonio. Bar ruim é legal, bicho. In: Santos, Joaquim Ferreira dos (Org.). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Rabello, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais:* o tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

Schwarz, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas:* forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

Scocuglia, Jovanka B. Cavalcanti. *Imagens da cidade:* patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa: Editora Universitária da Ufpb, 2010.

_____. *Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

Tinem, Nelci; Carvalho, Juliano Loureiro C. M. de; Martins, Carla Gisele M. S. Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB). In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Anpur, 11., 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: Anpur, 2005.

Tomaz, Wisley. Prostituição, violência e tráfico de drogas invadem Centro Histórico. *A Gazeta*, Cuiabá, 2008.

Vainer, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

Parque Histórico Nacional dos Guararapes, caso perdido ou bem a preservar?

Carmen Lucia Muraro



Resumo

A comunicação pretende divulgar resumo dos estudos, proposições e iniciativas da Superintendência do Iphan em Pernambuco nos últimos seis anos, para desenvolver uma política pública interinstitucional, entendida como a ferramenta possível e indispensável à preservação do bem tombado.

A diversidade de problemas identificados no sítio – que ali permanecem sem solução ao longo dos últimos cinquenta anos – sinaliza para o que poderá ser a última alternativa de requalificação do lugar, cujas abordagens de preservação se apoiam nos valores histórico e paisagístico.

Carmen Lucia Muraro é arquiteta e urbanista, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e mestre pelo Cecre da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Imagem da página anterior
Registro parcial da visada a ser preservada do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

> Guararapes significa no idioma [tupi] dos nossos Índios *estrondo* e o ruído que as águas das chuvas fazem quando se despenham para esses montes, assemelhando-se ao estrondo que faz uma catarata quando as águas se precipitam, induziu os Índios a dar-lhes este nome. (Luna, 1866)

Embora esteja falando de tema novo para os mais recentes integrantes do Iphan, vindos de diversos estados brasileiros, para aqueles que vivem a preservação do patrimônio nacional há mais tempo, este assunto (Phng/Montes Guararapes) é antigo, difícil e, muitas vezes, penoso de tratar! Estes são sentimentos percebidos nas interlocuções com outros técnicos da Casa em várias ocasiões, desde que assumi o encargo, em abril de 2005.

Decorridos os últimos seis anos, a oportunidade de "fechar" minha permanência à frente da preservação desse bem – por meio da divulgação da questão, primeiramente, aos colegas do Iphan – não poderia ser mais conveniente do que esta: a *Oficina de Pesquisa*, fórum de reflexão, cuja característica principal tem sido a construção coletiva de possibilidades novas para o enfrentamento dos diversos desafios que se apresentam ao longo da trajetória institucional.

Como se trata de "ato de saída", não posso deixar de me referir ao apoio que, constante ou não, recebi, em especial dos colegas de Pernambuco. Entre eles: Fabio Cavalcanti – companheiro incansável no tema "Guararapes", no período 2006/2007; Frederico Almeida – Superintendente de Pernambuco e interlocutor institucional; Mabel Baptista, Elizabete Carvalho, Estela Leleu e Raquel Florêncio – tão dedicadas na pesquisa por documentos.

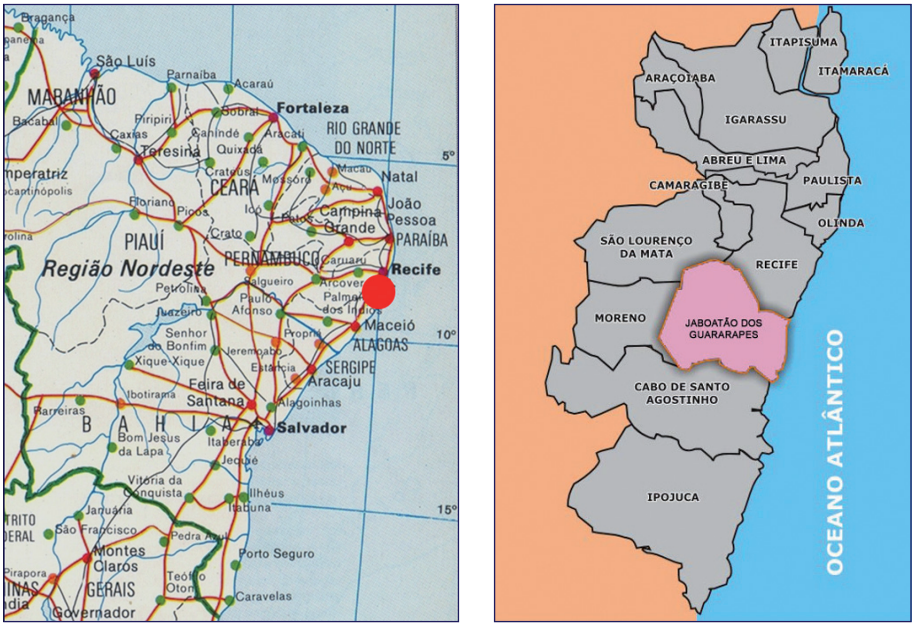
Fora dos quadros do Iphan, agradeço a Ulisses Pernambucano de Melo Neto, interlocutor constante de tudo o que se refere ao patrimônio cultural brasileiro, e cujos questionamentos, informações e análise crítica me permitiram compreender de forma mais abrangente o objeto de estudo.

Esta comunicação pretende divulgar resumo de análises, proposições e iniciativas da Superintendência do Iphan em Pernambuco nos últimos seis anos, na direção de desenvolver política pública interinstitucional, entendida como ferramenta viável e indispensável na preservação do bem tombado.

A diversidade de problemas identificados no sítio – que ali permanecem sem solução nos últimos cinquenta anos – sinaliza para a urgência da requalificação do lugar, cujas abordagens de preservação se apoiam nos valores histórico e paisagístico.

O Lugar PHNG/Guararapes

Situado no município de Jaboatão dos Guararapes, ao sul da capital pernambucana, o PHNG/Montes Guararapes engloba 990 hectares, considerando-se a área do núcleo de preservação, acrescida daquelas hoje indicadas pelo IPHAN como de entorno.



FIGURAS 1 E 2 Mapas da localização do território de interesse de preservação: PHNG/Montes Guararapes. À esquerda: Contexto de Pernambuco, estado do Nordeste do Brasil. No realce, Jaboatão dos Guararapes. À direita: Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife e, no realce em vermelho, o território do PHNG/Montes Guararapes.

Apresentação

O Campo das Batalhas dos Montes Guararapes foi tombado em nível federal em 1961. Dez anos depois, o Parque Histórico Nacional dos Guararapes foi criado pelo Decreto Federal nº. 68.527, de 19 de abril de 1971, com perímetro coincidente com a área desapropriada da antiga propriedade da Ordem Beneditina. Teve por objetivo instalar um parque público e promover a preservação histórico-cultural das áreas onde ocorreram as lutas que culminaram por expulsar as tropas da Companhia das Índias Ocidentais do Nordeste do Brasil, no século XVII.

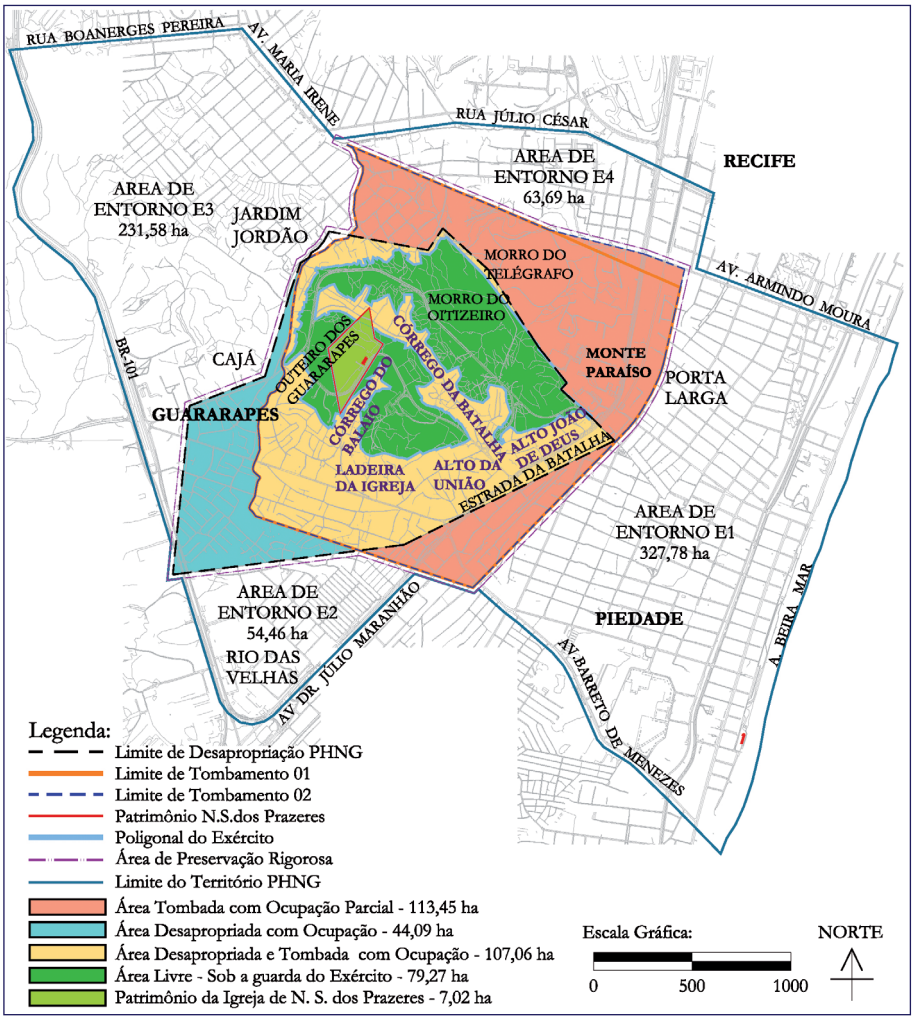


FIGURA 3 Distribuição dos territórios que, juntos, constituem a extensa área sobre a qual atua o IPHAN. No centro da imagem, o conjunto de poligonais que definem a área de preservação, com destaque dado pelas cores. São definidores os polígonos de tombamento, de desapropriação, da área sob guarda do Exército Brasileiro e o remanescente da propriedade da Ordem Beneditina no lugar. Fonte: Projeto Revisão de polígonos e Parâmetros de Tombamento e de Entorno do PHNG. 2007/2011. Superintendência do IPHAN/PE, 2007.

O território caracteriza-se pela multiplicidade morfológica – morros, vales, áreas planas, trama de pequenos cursos d´água e resíduos de mangues e alagados – que, até o século XIX, se espraiavam pelos baixios. As interpretações históricas e definições administrativas, tomadas a partir da segunda metade do século XX, resultaram em configuração diversificada do ponto de

vista legal, com trecho desapropriado, outro tombado, e, uma terceira porção, desapropriada e tombada.

Cabe ainda registrar que, por estratégia administrativa, parte deste perímetro a preservar (79 hectares) foi entregue, em 1998, ao Exército Brasileiro, por se tratar da única área livre remanescente, a partir da qual se pretendia então implantar definitivamente o parque público pensado trinta anos antes. Todo o restante da poligonal de desapropriação caracteriza-se por ocupações irregulares, com diferentes condições de ocupação e uso.

Breve histórico do lugar

Situada em região dedicada, desde os primeiros tempos da colonização, ao cultivo da cana de açúcar, a área onde estão os Montes Guararapes, o Morro do Oitizeiro e aquele depois nomeado Morro do Telégrafo, pertencia ao antigo Engenho Guararapes, já conhecido durante a presença holandesa em Pernambuco (1630-1654), cuja sede estava ao poente daquelas colinas, conforme se vê dos mapas holandeses divulgados no livro de Gaspar Barlaeus (1647).

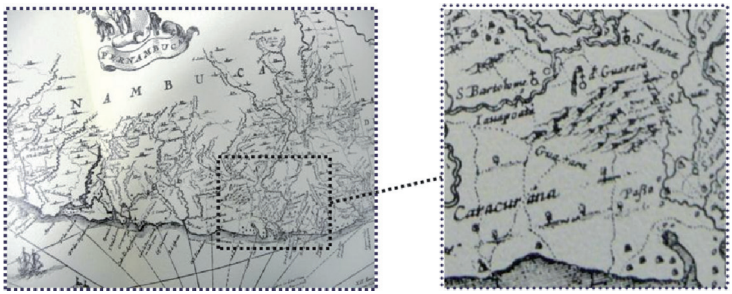


FIGURA 4 Mapa de Pernambuco, conjunto cartográfico George Marcgrave (1643) com desenho de Frans Post. No detalhe ampliado a indicação do engenho Guararapes com a respectiva capela, a oeste dos Montes Guararapes. Fonte: BARLEUS, Gaspar. *A história dos feitos praticados durante oito anos no Brasil*. Leiden/Países Baixos, 1647.

A luta pelo domínio dos oceanos, exercida pelos europeus que então controlavam o mundo ocidental, acirrou-se no século XVII, motivada pelo confisco de embarcações e proibição de circulação e atracamento de navios batavos em águas do então Reino de Espanha.

No Brasil dos seiscentos, os neerlandeses instalaram seu controle em Pernambuco, a partir de 1631. Após vinte e quatro anos de domínio batavo e muitas batalhas de reação, o território foi retomado pelos portugueses, com a

assinatura do acordo de rendição em 1654, consequência dos decisivos conflitos em Guararapes, ocorridos entre 1648 e 1649.

Essas batalhas representaram a última consequência, no Brasil colônia, do conflito de interesses entre Portugal e Holanda, surgido ainda no século XVI, em função do controle espanhol sobre o reino português, no período entre 1580 a 1640.

As colinas, os estreitos vales e o terreno chão alagado até o mar, que deixava única passagem estreita de terra seca ao pé dos morros, fizeram parte da estratégia de defesa do lugar, de onde era possível se ter o controle visual da costa, desde Olinda, ao norte, até o Cabo de Santo Agostinho, ao sul.



FIGURA 5 Registro de parte da visada a ser preservada, o "panorama", o descortínio, parte essencial da estratégia militar do século XVII, que entendera este, e não outro, o lugar ideal para a vigilância do território conquistado.



FIGURA 6 Mapeamento das áreas históricas. Base cadastral: Unibase Agência Condepe / Fidem, 1998. Sobreposição com mapa que compõe o parecer de tombamento.

Neste ponto, vale citar Pedro Calmon, relator do processo de tombamento, ao mencionar que demarcar o sítio entre "paisagens, monumentos e locais", confirmava que, "é exatamente de paisagem e monumento natural que se trata [...]" (Iphan. Processo de Tombamento nº. 523-T-54).

Esses espaços estão naturalmente articulados, cada um deles reconhecido tanto pelas características geomorfológicas, quanto pelo papel ativo que o lugar representou no fato histórico dos conflitos de Guararapes no século xvii.

Não se pode falar de um sítio preservado sem identificar seus ícones, os símbolos que ali estão conectados. Embora com abordagem pontual – função das características deste trabalho – faz-se necessário registrar a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, templo cuja origem remonta à capela votiva instalada no Outeiro dos Guararapes, em 1656, para reverenciar a vitória dos católicos luso-brasileiros sobre os neerlandeses, de religião reformada (Iphan. Processo nº. 0005-T-38).

Providência de vocação religiosa e agregadora, a ação pode ser considerada como o início do reconhecimento do conteúdo imaterial que daria, dois séculos mais tarde, subsídios para o reconhecimento do lugar como responsável pela formação e consolidação da "nação brasileira".

O conjunto arquitetônico que hoje lá está é o resultado de sucessivas reformas estruturadoras ocorridas até o século xviii e adaptações executadas na continuidade até os dias que correm (Figura 7).

Ao adro da igreja chega todos os anos, no mês de abril, uma romaria para celebrar as glórias alcançadas no século xvii e manter a significação religiosa ao tempo em que, paralelamente, a população participa de festa profana, conhecida nos últimos quarenta anos como "Festa da Pitomba".

Não longe dali, na faixa litorânea do entorno imediato do Phng/Montes Guararapes, está a Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Figuras 10 e 11), antiga construção de pedra, que conserva ainda o convento erguido no século xviii (Iphan. Processo nº. 0463-T-52). Observa-se que a referência mais antiga está inscrita sobre o jazigo de Francisco Gomes Salgueiro, que a construiu e doou à Ordem Carmelita.

Até meados do século xx, as condições locais permaneceram basicamente as mesmas. A partir da década de 1940, começa o processo de ocupação irregular do solo. A permanência do conflito de interesses e a dinâmica crescente das invasões motivaram amplas discussões e debates, que tiveram como consequência medidas protetivas determinantes.

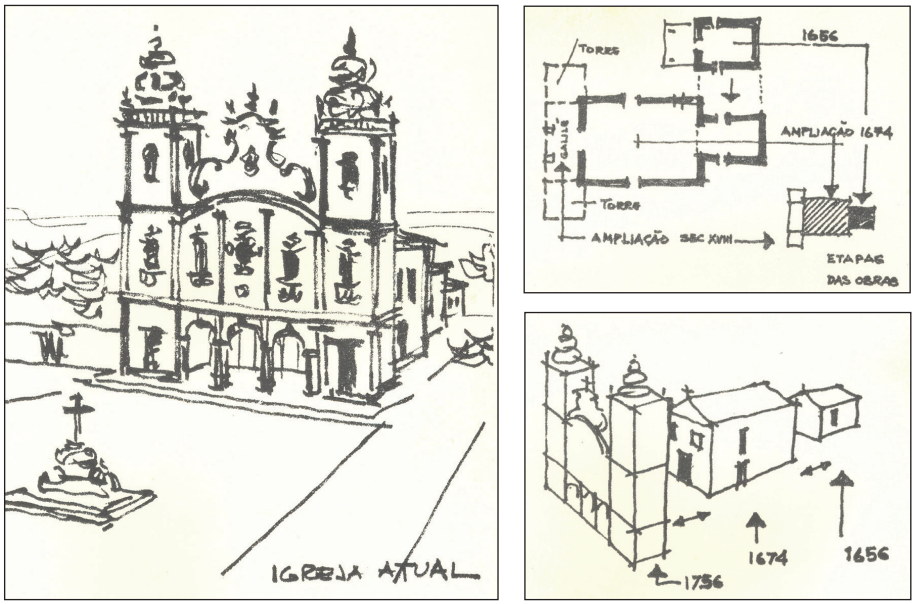


FIGURA 7 Desenhos apresentados no estudo *Notas sobre a evolução da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes*. Nos esquemas estão claramente representadas as alterações estruturadoras pelas quais o edifício religioso teria passado até final do século XVIII, analisadas pelo autor José Luiz Mota Menezes, a partir da interpretação da documentação estudada (MENEZES, 1977).





FIGURAS 8 E 9 Visada da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, a partir do adro. À direita, exemplar do acervo azulejar que recobre as paredes internas da nave e capela-mor, de meados do século XVII.





FIGURAS 10 E 11 Visada da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, construída com convento anexo, na orla marinha de Piedade. No detalhe à esquerda, painel do acervo azulejar – frontal do altar e silhares laterais, do século XVII. Maneirismo tardio de figuras exóticas, influência dos "descobrimentos" portugueses do XVI.

Após o tombamento em 1961 – cujo fundamento histórico e delimitação foram definidos em estudo técnico pelo historiador pernambucano José Antonio Gonsalves de Mello e parecer final da Comissão especialmente constituída pelo Iphan para tal fim – foi promovida a desapropriação da propriedade remanescente da Ordem Beneditina, com área de 225 hectares, não coincidente com aquela do tombamento federal, pelo Decreto nº. 57.273/1965, com a finalidade de ali implantar um parque público[1].

Cabe observar que estas incidências sobre territórios coincidem somente em parte, e levaram a equipe técnica de Pernambuco, a partir do ano de 2006, a adotar o nome "Phng/Montes Guararapes" para o objeto de estudo.

1 Campo das Batalhas dos Guararapes. Parque Histórico Nacional dos Guararapes (denominação que substituiu a denominação inicial do tombamento, quando da criação do PHNG). Vale registrar que o bem tombado em nível federal, embora com perímetro diferente daquele definido para o tombamento, foi objeto do Decreto de desapropriação nº. 57.273, de 16/11/1965 e, em seguida, do Decreto nº. 68.527, de 19/04/1971, que criou o PHNG.



FIGURA 12 Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e as ocupações do Córrego do Balaio seccionando o território livre do parque histórico. Fonte: IPHAN.

Ocupações irregulares

A partir de 1945 começam a ser noticiadas as primeiras ocupações no "Córrego da Batalha", um dos vales que formam o lugar. Durante a década seguinte, o processo dinâmico foi ganhando força, o que motivou a proprietária (a Ordem Beneditina) a apresentar projeto de loteamento, em 1953.

Apesar de todas as providências de proteção tomadas nos dez anos seguintes, em 1962, foram trazidas para o mesmo Córrego mais 850 famílias que habitavam nas imediações do Aeroporto dos Guararapes, deslocadas por necessidades operacionais do projeto de ampliação daquele equipamento.

Em 1981, foram remanejadas 1.800 residências das áreas mais altas para as mais baixas. Nesse momento, na tentativa de conter o processo desordenado de ocupação das áreas livres, foram privilegiados os vales situados entre os morros, o que fez perder em definitivo o boqueirão – lugar cujas características geográficas foram fundamentais para a ocorrência do fato histórico.

No ano 2000, eram estimados cerca de 7.500 benfeitorias/30.000 habitantes, dados compilados na minuta do Plano Diretor/PHNG, providenciado pelo IPHAN em Pernambuco.

Desde a efetivação do tombamento, quando o IPHAN passou a ser um dos responsáveis pelo lugar, foram constantes:

- o aumento da pressão social;
- as precárias condições de fiscalização e monitoramento;
- o adensamento das ocupações, tanto horizontal quanto vertical.

Mecanismos de Preservação

Conforme já referido, os polígonos de tombamento e de desapropriação que, a princípio, reconhecem o território onde ocorreram as batalhas dos anos seiscentos, não são coincidentes.

A sobreposição deles levou à determinação de uma figura geométrica resultante, nomeada ainda na década de 1990, como "*poligonal de preservação*".

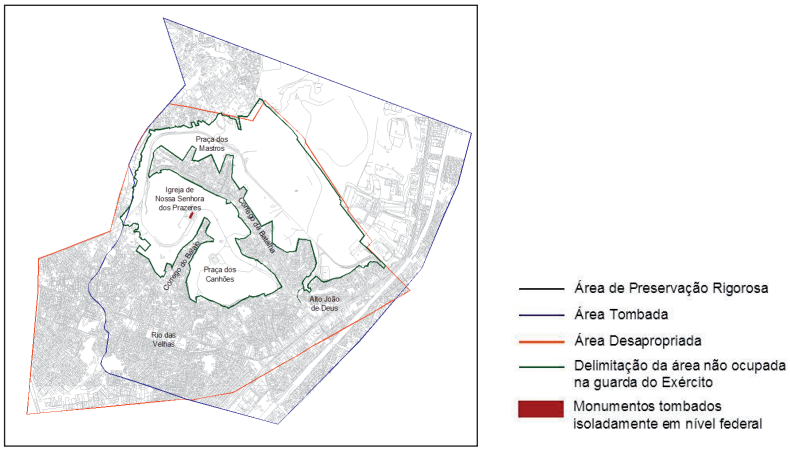


FIGURA 13 Polígono da "área de preservação rigorosa" formado pelo somatório dos limites das áreas de tombamento e de desapropriação

Nos estudos iniciados em 2006, o território do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (Phng/Montes Guararapes) foi dividido em cinco áreas: uma de preservação rigorosa e quatro outras de entorno, então identificadas como E1, E2, E3 e E4.

A área de entorno E1, a leste da área do polígono de tombamento, é a área definida como de proteção à visibilidade do Phng. As outras são: E2, a sudoeste; E3, a oeste; E4, que engloba parte do morro conhecido como "do Telégrafo", ao norte do polígono. O mapa apresentado na Figura 3 indica a distribuição espacial desses polígonos.

Instrumentos Legais

O **Decreto Lei nº. 25**, de 30 de novembro de 1937, que pretendeu preservar os bens tombados e a visibilidade destes, é o instrumento que legitima o Iphan a desempenhar todas as suas atividades de controle.

Já a definição de áreas de entorno foi a resposta física encontrada para manter e preservar a visibilidade do bem. Nesta direção, dispõem-se da **Portaria nº. 34/1997**, que define a área de preservação conhecida como "cone de visibilidade" (E1) e, também, da **Informação nº. 11/1999**, embora ainda sem suporte legal, que define parâmetros de preservação para os outros entornos do PHNG/Montes Guararapes.

Faz, ainda, parte desses mecanismos, o *controle físico* exercido pela Instituição em todo o perímetro envolvido, cujo processo, no que se refere à preservação cultural, ao longo do tempo, é mantido pela rotina:

1. vistoria local realizada por técnico do IPHAN;
2. relatório do técnico em atendimento à Portaria IPHAN 187/2010;
3. expedição de LC (laudo de constatação) quando verificada uma irregularidade. Na possibilidade de reparar a mesma, é expedida a NAD (notificação para apresentação de documentos). O TE (termo de embargo) também é lavrado quando há obras em andamento. Já quando se constata dano, aplica-se o AI (auto de infração);
4. aguardo do comparecimento do interessado no prazo estabelecido;
5. arquivamento, se solucionado, ou encaminhamento do processo para execução judicial.

A respeito dos processos judiciais, após quarenta anos de atuação, os técnicos/fiscais constataram que as ações demolitórias pontuais, julgadas a favor da União, vêm demonstrando ineficácia, uma vez que não impedem o crescimento das ocupações.

Em abril de 2005, a minuta do "Termo de Referência do Plano de Preservação do PHNG/Montes Guararapes" – planejamento interinstitucional executado pelo IPHAN, sob a coordenação da arquiteta Gisela Montenegro – fazia o seguinte diagnóstico:

> O parque apresenta problemas de natureza e dimensões diversas, dentre os quais se destacam: a falta de articulação entre as instituições responsáveis e as ações realizadas, a falta de identidade do parque, condições de segurança, degradação ambiental, ocupação irregular e desordenada, depredação de imóveis, carência de infraestrutura, inexistência de equipamentos de apoio aos visitantes e ao funcionamento do parque, expondo a área a alto risco de descaracterização, degradação e ocupação geral. (IPHAN, 2005)

Premissas

Dentro do contexto demonstrado acima, foi necessário estudar e estabelecer premissas norteadoras que dessem ao tratamento do caso condições de aplicabilidade de futuras propostas.

A partir dos horizontes construídos até 2010 e das redefinições da preservação em nível nacional, então adotadas, ficou entendido pela Superintendência de Pernambuco que:

- O Parque Histórico Nacional dos Guararapes deve ser viabilizado como parque público e preservado como bem cultural de valor histórico e paisagístico reconhecido pelo tombamento federal;
- O Parque deve manter o território íntegro e estar percebido pela cidade;
- A visada histórica, parte da estratégia militar do século XVII, integra o tombamento e será preservada.
- Será implantado o parque possível.

Projetos Estruturadores

1) Revisão e Definição dos Polígonos e Parâmetros do Phng (2006, em andamento)

Tem por objetivo definir os procedimentos legais que o Iphan entende como necessários ao resgate da preservação do bem tombado, de forma a compatibilizar o tombamento com a situação existente hoje (Figura 14). A legislação resultante servirá de subsídio fundamental para dirimir as questões judiciais em andamento e as já julgadas, em diversas instâncias do Poder Judiciário.

2) Projeto paisagístico do PHNG (2007/2010)

Concluído quanto ao tratamento ambiental que a área livre do Phng/Montes Guararapes receberá, esse instrumento tem por objetivos :

- requalificar a área livre remanescente, com 106 hectares, incluído o Morro do Telégrafo (Figura 15);
- resgatar a qualidade ambiental natural, relacionada às características existentes até o século XX;
- valorizar o patrimônio construído (edifícios do projeto paisagístico da década de 1970) e implantar os projetos arquitetônicos de equipamentos integrados ao Parque.

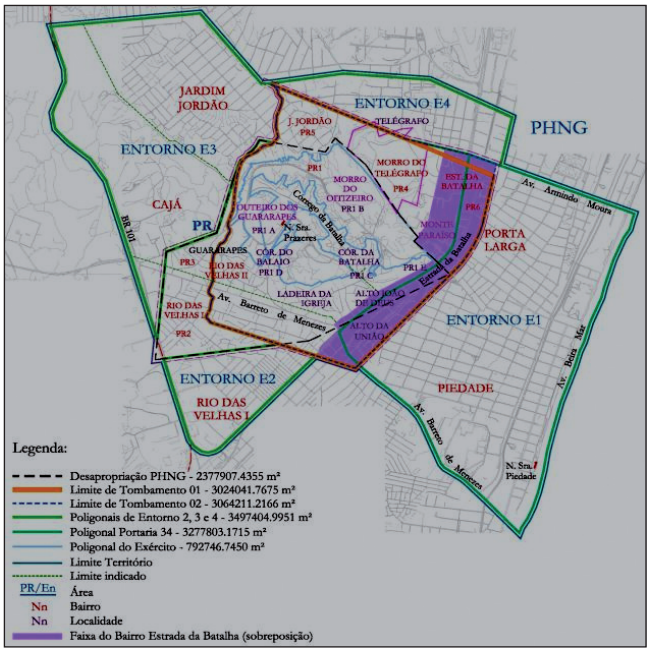


FIGURA 14 Mapa do zoneamento proposto no projeto iniciado em 2006 pelo IPHAN em Pernambuco.

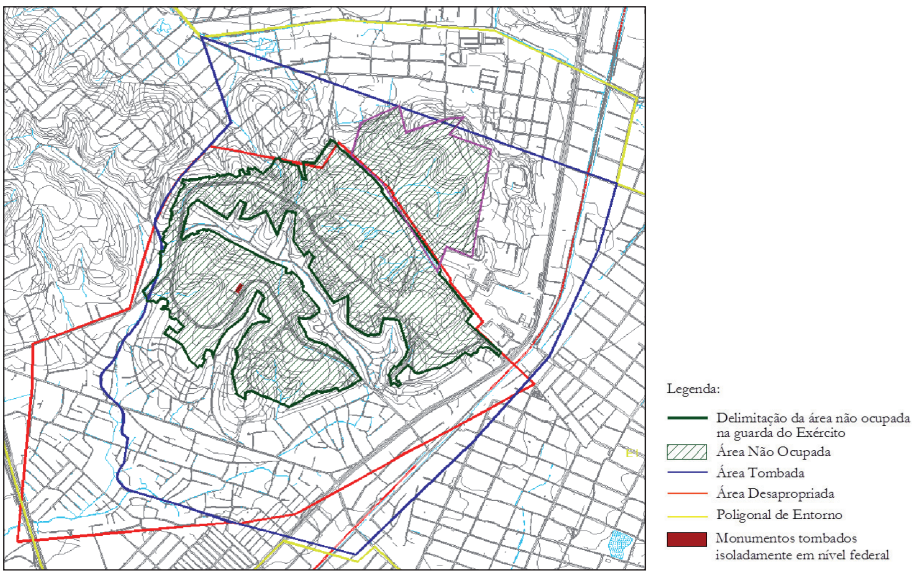
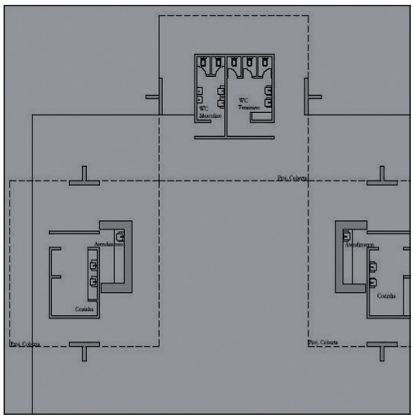


FIGURA 15 Mapa indicativo da área objeto do projeto paisagístico, correspondente à área livre de ocupações irregulares e parte do Morro do Telégrafo.

3) Fábrica de Doces – proposta

Instalada em edifício implantado na década de 1980, nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e no limite da ocupação conhecida como "Córrego do Balaio", a atividade, hoje desativada, foi uma das ações de caráter social bem-sucedidas, promovidas pelo Iphan até 1990 (Ver Figuras 16 e 17). Desnecessário dizer do potencial social da retomada deste empreendimento[2].





FIGURAS 16 E 17 Planta baixa do módulo inicial da antiga lanchonete, utilizado na implantação do Parque., década de 1980, para fabricar doces caseiros pela comunidade local. À direita mapa com a localização do equipamento comunitário hoje abandonado.

4) Remanejamento de população – em planejamento

O deslocamento dos ocupantes irregulares deverá ser feito considerados os seguintes aspectos (Ver Figura 18):

- O contingente a ser retirado será remanejado para área plana, no baixio, dentro do perímetro de propriedade da União;
- Será efetuado por providência da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, dentro de programa habitacional federal e/ou estadual;
- Serão identificadas as áreas de risco caracterizadas, principalmente, pelo relevo com declividade acima de 30%, cujos ocupantes receberão o mesmo tratamento de remanejamento;
- A área de recepção será objeto de projeto de reestruturação urbana com

2 Cabe observar que o projeto paisagístico do PHNG, concluído em 1975, coordenado pelo arquiteto Armando de Hollanda Cavalcanti, é referência de qualidade e fonte de dados, embora não tenha sido implantado.

proposta de adensamento, dentro das condições adequadas de preservação do bem tombado (plano de urbanização integrada);

• A área liberada será reintegrada ao futuro parque público;

• Será definida a forma legalmente viável de atribuição de título de posse da terra nos termos da legislação em vigor.

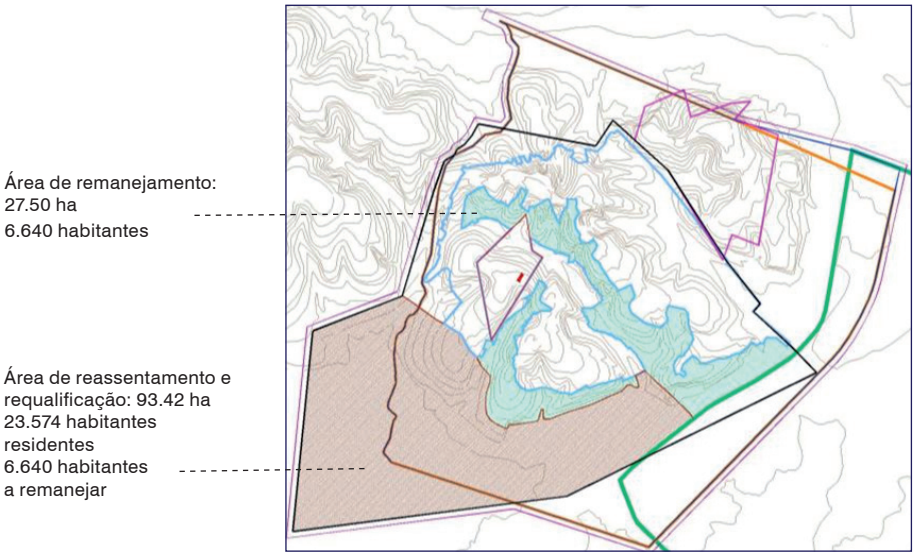


FIGURA 18 Áreas – mapas georreferenciados, 2008. População estimada a partir dos dados disponíveis. PDPHNG/SIG Córrego da Batalha, Censo 2000, PP-PHNG. Planejamento a ser definido com cadastramento físico-social, considerada a população em áreas de risco.

5) Projeto: Memorial Brasil-Holanda – em planejamento

Identificada a autenticidade histórica do lugar, o Iphan propôs, em 2009, uma ação integrada de caráter cultural com a Holanda. Fez parte desta ação a implantação dos *Projetos: Museu-Restaurante e Anfiteatro*, iniciativas do Exército Brasileiro. Já concluídos e com aprovação no Sistema Nacional de Cultura/Pronac, são considerados intervenções arquitetônicas estruturadoras para a implantação do parque público, como espaços adequados ao tratamento e divulgação da história do lugar.

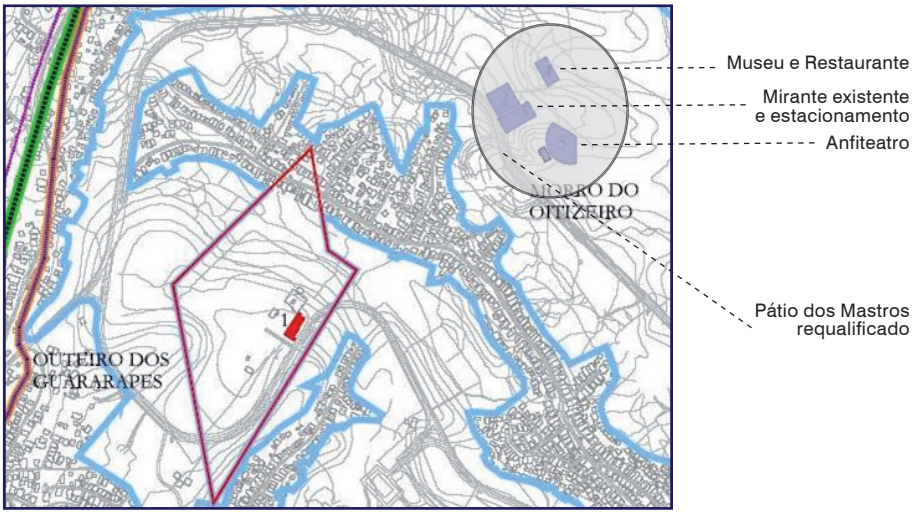


FIGURA 19 Mapa da área de Interesse.

6) Plano de Ação Cidades Históricas (PACH) – para implantação

Com as perspectivas ampliadas a partir de 2009, foi reiterado o recente entendimento de que, no Phng/Montes Guararapes, em prol do sucesso das medidas integradas, será necessário reassentar parte das ocupações dos vales e ravinas (áreas que interceptam a continuidade espacial do parque público) nas áreas baixas das fraldas dos montes, mesmo com o sacrifício da redução de área livre.

A solução privilegiará a requalificação e regularização das moradias, abrindo mão em nome disto, da importância histórica do território a ser adensado – o Boqueirão.

O plano estratégico, já definido, aguarda a assinatura do acordo interinstitucional que estabelecerá os compromissos entre todos os parceiros, a saber: o Governo Federal, em particular o MinC e o Ministério das Cidades; o Iphan; o Exército Brasileiro; o Governo de Pernambuco; e a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

A experiência de gestão pública e a estratégia que o Iphan propôs a partir de 2009, considerados os princípios estabelecidos pelo planejamento que a Instituição abraçou a partir do ano seguinte – cultura como elemento de novo modelo de desenvolvimento do país – mostram que somente por meio da integração e implantação de ações interinstitucionais pode-se continuar a preservar, de fato, o Phng/Montes Guararapes.

Outra ferramenta presente nos discursos, mas ainda incipiente nos Guararapes – a socialização do conhecimento para a comunidade – é entendida como estruturadora para implantação e sobrevivência do Parque Histórico, bem cultural nacional.

Finalmente, partindo do princípio que o Iphan reconhece e atribui valor ao PHNG/Montes Guararapes, enquanto integrante do patrimônio cultural brasileiro, empresto do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto algumas palavras proferidas sobre o tema em 1980, que ilustram o sentimento de quem viveu este desafio nos últimos anos e sai dele sem perder a esperança:

> ... Relembremos esses fatos [as batalhas], neste dia, neste lugar, como quem vai rezar a céu aberto: não numa igreja, e muito menos, num cemitério.
> Pois Guararapes não é um cemitério. É um Parque Nacional, aberto aos alísios e ao terral. E todos sabemos que a preferência dos ventos é mais a de abrir do que a de fechar janelas.
> Sabemos, sabemos... de muitas coisas, hoje, sabemos.
> Pois que tudo isso sabemos, devemos relembrar tudo isso neste dia, não como quem bota flores ao pé de um monumento, mas como quem se formula um projeto renovado de vida: em voz baixa e recolhida, repetindo as coisas sabidas como se tivesse acabado de aprendê-las, com a sempre desconfiança de que esse projeto possa não dar certo, mas com a disposição de fazer com que ele dê certo, quaisquer que sejam as dificuldades a que tenha de fazer frente[3].

3 Discurso pronunciado pelo poeta e Embaixador João Cabral de Melo Neto, no Monte dos Guararapes, em Pernambuco, no dia 19 de abril de 1980.

Referências

Barlaeus, Gaspar. *Rerum per octenium in Brasilia et álibi nuper gestarum*. Amsterdã: Ioannes Blaeu, 1647.

Barléu, Gaspar. *A história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [...]*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Processo de Tombamento nº. 523-T-54*. Livro de Tombo Histórico, v. I, fl. 55. Inscrição: 334, de 30/10/1961, sob a denominação de "Campo das Batalhas de Guararapes".

_____. *Processo nº. 0005-T-38*. Livro de Tombo das Belas Artes. Inscrição: 002, de 16/03/1938. Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, com registro dos nomes: Igreja dos Montes Guararapes e Santuário dos Guararapes.

_____. *Processo nº. 0463-T-52*. Livro de Tombo das Belas Artes. Inscrição: 406 de 04/08/1952. Igreja de Nossa Senhora da Piedade, com registro dos nomes: Igreja do Hospício do Carmo e Igrejinha de Piedade.

_____. *Plano de Preservação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes*. Coordenação por Gisela Montenegro, desenvolvido entre 2004 e 2005. Jaboatão dos Guararapes; Brasília: Iphan, 2005.

Luna, Lino do Monte Carmello. Memória sobre os Montes Guararapes e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, edificada em um delles, de que faz menção a acta supra. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife: Typographia do Jornal do Recife, n. 13, p. 253-289, 1866.

Menezes, José Luiz Mota. Notas sobre a evolução da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 49, 1977. Separata.

Projeto: Revisão de polígonos e Parâmetros de Tombamento e de Entorno do Phng. 2007/2011. Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2007.

Empoderamento e preservação do patrimônio cultural: o caso do Projeto Piloto Olinda/PE*

Fernanda Maria Buarque de Gusmão



Resumo

Encontrar formas de legar às gerações futuras o patrimônio cultural da nação tem sido motivo de preocupação em vários países, inclusive do Brasil. Numa visão da cultura enquanto catalisadora do desenvolvimento social são examinadas as contribuições de ações de empoderamento na preservação de núcleos históricos.

O Projeto Piloto Olinda/PE se apresenta para o diagnóstico das possibilidades de empoderamento das agentes sociais atuantes no campo do patrimônio cultural.

A sociologia de Bourdieu conduz a análise, articulada com o entendimento de empoderamento, como expansão de capacidades, e o acesso a decisões que afetam o futuro dos indivíduos e que visam embasar sugestões de formas de atuação de programas públicos voltados para a preservação de núcleos históricos.

Fernanda Maria Buarque de Gusmão é arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Desenvolvimento Urbano e Rural e mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, também pela UFPE. Técnica do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

*Este artigo compila partes da dissertação *Empoderamento e Preservação do Patrimônio Cultural:* o caso do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos – Projeto Piloto Olinda/PE, 1981-1989, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da UFPE.

Imagem da página anterior
Vista aérea de Olinda. Acervo IPHAN.

Introdução

Encontrar formas de legar às gerações futuras o patrimônio cultural da nação tem sido motivo de preocupação em vários países, inclusive no Brasil. Numa visão da cultura enquanto catalisadora do desenvolvimento social, este artigo examina as contribuições de ações de empoderamento, de iniciativa do governo federal, na preservação e valorização dos conjuntos urbanos, com seu casario, igrejas, ruas, becos, largos, que consubstanciam modos de viver.

O patrimônio cultural brasileiro, amparado no artigo 216 da Constituição de 1988, é constituído pelos "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira." (Moraes, 2008, p. 223).

Esclarece a jurista Sônia Rabello, que o tombamento é "o instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que os bens culturais serão objeto de proteção, dizendo inclusive, de que forma se dará essa proteção" (Iphan, 1994, p. ix). Assim, "o tombamento pertence ao mundo do Direito Público, é instituto do Direito Administrativo porque se relaciona com a possibilidade e o dever do Estado de realizar um fim público." (Souza Filho, 1997, p. 62).

As políticas de preservação do patrimônio cultural tradicionalmente têm sido implementadas pelos estados nacionais, com a finalidade de construir uma "identidade nacional". Tarefa que mobiliza agentes públicos e outros atores sociais, com a atribuição de valores que vão além dos referentes à nacionalidade. O interesse público legitima o ônus da preservação pelo Estado e o interesse individual do proprietário, em face da dimensão universal contida nos bens culturais, e do direito à memória.

Os núcleos históricos entendidos como espaços de produção da riqueza social, frutos do investimento coletivo de gerações, representam e reúnem diferentes modos de viver e assim contam a história da nação. Considerados nestes termos, a sua proteção não se restringe aos aspectos materiais com valores da história e da arte; incorporam também os saberes e fazeres, a diversidade de identidades, em que importa o simples e o monumental, por isso também se constitui no local onde se manifestam de modo mais explícito as diferenças de oportunidade, os interesses divergentes, os conflitos.

A grande quantidade de bens culturais dos sítios urbanos exige uma atuação em escala, o que demanda a formulação de programas e a necessida-

de de descentralização das práticas de preservação. Dos programas públicos implementados pelo ente federal, o Programa de Revitalização de Núcleos Históricos com a experiência concreta do Projeto Piloto Olinda/PE, por se utilizar de metodologia participativa, se apresenta como estudo de caso para o diagnóstico das possibilidades de empoderamento dos agentes sociais e sua relação com a fruição e a preservação do patrimônio cultural.

O Programa tinha por objetivo preservar os núcleos históricos e, para isto, compreendia ser primordial manter a população residente, por entender que ela é que mantém viva a memória local. Para tal, foi proposto, entre outras ações, o financiamento subsidiado para a recuperação dos imóveis particulares que se encontravam em precário estado de conservação.

Esta investigação procura desvendar se o modo como o Projeto Piloto Olinda foi estruturado e a maneira como eram estabelecidas as relações entre os diversos agentes sociais podem favorecer a preservação do patrimônio.

As práticas e critérios técnicos de intervenção em bens culturais para sua preservação, ou o aspecto político propriamente dito, das forças dos partidos políticos e de suas agendas sobre o patrimônio, ou seja, as ações diretas com o poder legislativo fogem ao âmbito deste trabalho.

A pesquisa indica que o diálogo com a sociedade deve amparar a política de preservação do patrimônio cultural e a política de desenvolvimento urbano, considerando que a cidade deve responder às necessidades dos habitantes e usuários no que concerne à qualidade de vida e como local de práticas culturais de interesse coletivo.

O conhecimento da teoria de Pierre Bourdieu permitiu a compreensão da formação do campo do patrimônio cultural, os atores envolvidos, e as forças que atuam na sua conformação. Considerando essa lógica, no Projeto Piloto Olinda, as relações interpessoais se evidenciaram entre os seguintes agentes sociais: técnicos e moradores de Olinda, técnicos da mesma instituição e técnicos de diferentes organizações.

Nesta investigação, o processo de empoderamento se vincula à noção de desenvolvimento no sentido adotado por Amartya Sen, ou seja, como liberdade, como expansão das capacidades, como o direito dos indivíduos escolherem seus destinos (Sen, 2000). A análise de mecanismos de empoderamento dos agentes sociais no exercício da preservação do patrimônio foi compreendida a partir de dimensões da vida social em três níveis: individual, grupal e o estrutural (Kleba; Wendausen, 2009).

O estudo de caso propicia mergulhar nas especificidades do objeto, e assim entender o modo como foi executado o Projeto Piloto Olinda/PRNH. A coleta de dados foi proveniente das seguintes fontes de evidências: documentos de arquivos, entrevista semiestruturada, e pesquisa de campo. Os procedimentos para a coleta de cada uma dessas fontes foram desenvolvidos de modo independente, de forma a garantir a sua utilização adequada. O uso de fontes diversas possibilitou o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação (YIN, 2001).

A entrevista, fonte de dados para a análise qualitativa dessa investigação, foi essencial para permitir desvelar os processos de participação e de empoderamento de agentes sociais envolvidos no campo do patrimônio e na experiência do Projeto Piloto Olinda.

Para a concretização deste estudo foram realizadas 42 entrevistas semiestruturadas compostas por: quatorze técnicos das diversas instituições participantes, três representantes da comunidade e vinte e dois moradores de Olinda (Apêndice A) que usufruíram do Serviço de Reparos, um financiamento subsidiado para a melhoria dos imóveis.

Foram processadas 437 Fichas de Inscrição e examinados 175 contratos referentes a 104 imóveis, incluindo todo o período de atividade do Projeto Piloto Olinda[1]. Para delimitação da amostra válida, o parâmetro utilizado foi o do quantitativo dos contratos/imóveis beneficiados pelos serviços de reparos.

Na pesquisa de campo foram visitados 74 imóveis, o que corresponde a 71,15% do total. Os imóveis visitados corresponderam a um total de 116 contratos firmados, que por sua vez perfazem 66,28% do total de contratos do Projeto. Foi respeitada a proporcionalidade: i – entre financiamento para imóveis com valor patrimonial[2] e para sub-habitações; ii – quantidade de contratos por imóveis; iii – localização dos imóveis nos setores da legislação federal; iv – entre financiamento para pessoa física e pessoa jurídica.

Este artigo está estruturado em três partes. A primeira apresenta o município de Olinda/PE com seus bens culturais e, de modo resumido, a experiência do Projeto Piloto Olinda/PRNH, enfocando seu processo de estruturação e implementação.

---

1 Em nível federal, o Programa extinguiu-se em 1986, mas a Fundação Centro de Preservação de Olinda – FCPSHO continuou com as atividades do Projeto Piloto Olinda até abril de 1989.

2 Imóveis com valor arquitetônico, com características do período colonial ou do ecletismo.

Na segunda procurou-se analisar o processo de empoderamento articulado com as práticas do Projeto Piloto Olinda. Portanto, refere-se aos resultados das ações de empoderamento na preservação dos núcleos históricos.

As considerações finais contemplam reflexões sobre os processos de empoderamento e sua relação com a preservação de núcleos históricos e sugere a formalização de uma parceria entre poder público, moradores e usuários de núcleos históricos com linhas de ação voltadas para a preservação e salvaguarda dos valores culturais existentes nos núcleos históricos.

Patrimonialização de Olinda e a experiência do Projeto Piloto/PRNH

"Olinda é um encanto!" Sem dúvida, procede a admiração de Frei Bonifácio Mueller (1945, p. 11), historiador franciscano que produziu importante obra sobre o patrimônio arquitetônico religioso de Olinda.

O município de Olinda situa-se no nordeste do Brasil, a 6 km de Recife/PE, com "vastos horizontes, apenas limitados pela amplidão do mar e pelas chãs das colinas..." com o rio Beberibe ao sul (Rocha, 1967, p. 118). Paisagem com "coqueiros, igrejas antigas, cajueiros, casas velhas, mangueiras vindas das Índias e jangadas" e "que o próprio homem completa" (Freyre, 1944, p. 23 e 22). São figuras tão necessárias à paisagem, que se completam para formar "uma paisagem ao mesmo tempo cristã e brasileira" (Freyre, 1944, p. 24).

A Vila de Olinda foi fundada em 1536, pelo donatário Duarte Coelho, e em 12 de março de 1537, ao conceder o Foral, já havia terras ocupadas e estavam erguidos o Paço do Governador e a ermida do Monte (Silva, 2002). As construções das casas deram forma ao arruamento, adaptando-se à topografia, e organizando-se como ligações entre os principais pontos de atividades: religiosas, políticas e comerciais (Carrazzoni, 1980).

Em Olinda, "A sábia beleza criada pelo trabalho, soma-se a do mar sobre o qual a cidade se debruça" (Ocbpm, 2007, p. 37), que forma um vínculo indissociável entre ambos. É ainda reconhecida a sua riqueza em manifestações culturais: "A população profundamente enraizada à terra, não só mantém vivo o rico patrimônio arquitetônico como também antigas tradições, como festas religiosas, o carnaval e o artesanato" (Ocbpm, 2007, p. 42).

À proteção federal inicial do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Olinda[3] (ver Figura 3), com área de 1,2 km², pela Notificação nº. 1.155, de

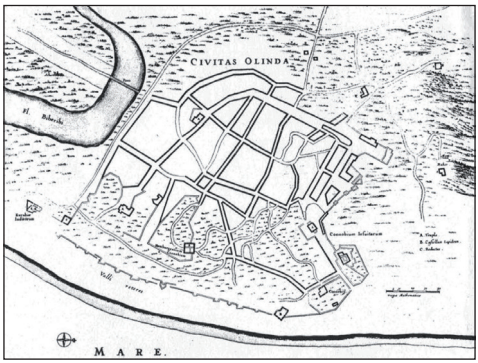


FIGURA 1 Mapa 'Civitas Olinda', publicado por Gaspar Barlaeus em 1647.

FIGURA 2 Vista aérea de Olinda. Acervo IPHAN.



04.06.1979[4], somam-se o Acervo Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico, e o polígono tombado passa a ter 10,4 km² (ver Figura 4).

Em 1985, foi revisada a legislação federal, a partir da Rerratificação nº. 1.155/79 do polígono de tombamento (hoje em vigor), impulsionada pelo Projeto Piloto Olinda, para possibilitar adaptações nos imóveis necessárias à vida moderna (áreas novas para banheiro e cozinha) (Ver Figuras 5 e 6).

3 Notificação nº. 1.004/1968 do Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, ao Prefeito de Olinda, Benjamin de Aguiar Machado.

4 Comunicação do Diretor-Geral do IPHAN, Aloísio Magalhães, ao Prefeito de Olinda, Germano Coelho.

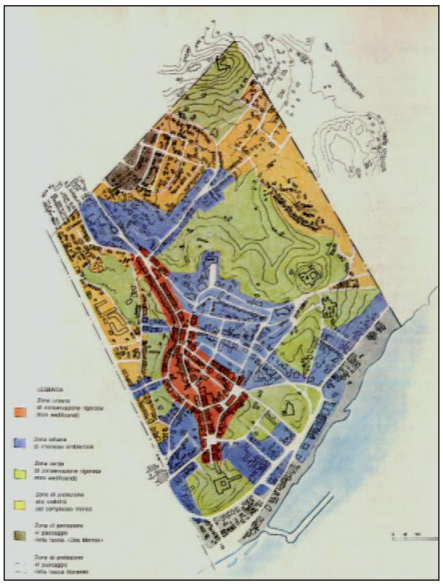


FIGURA 3 Notificação nº. 1004/1968. Acervo IPHAN.

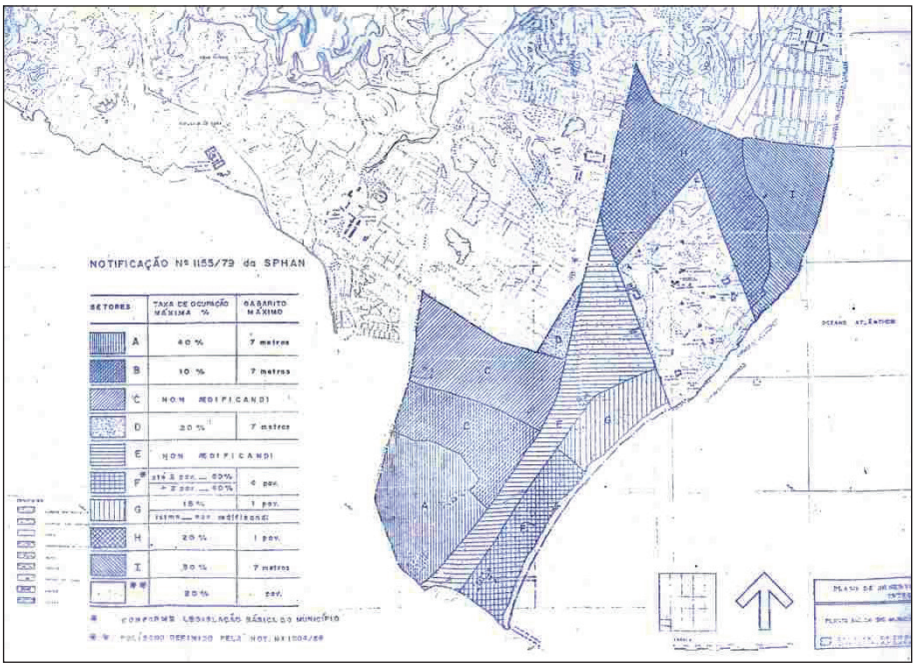


FIGURA 4 Notificação nº. 1155/1979. Acervo IPHAN.

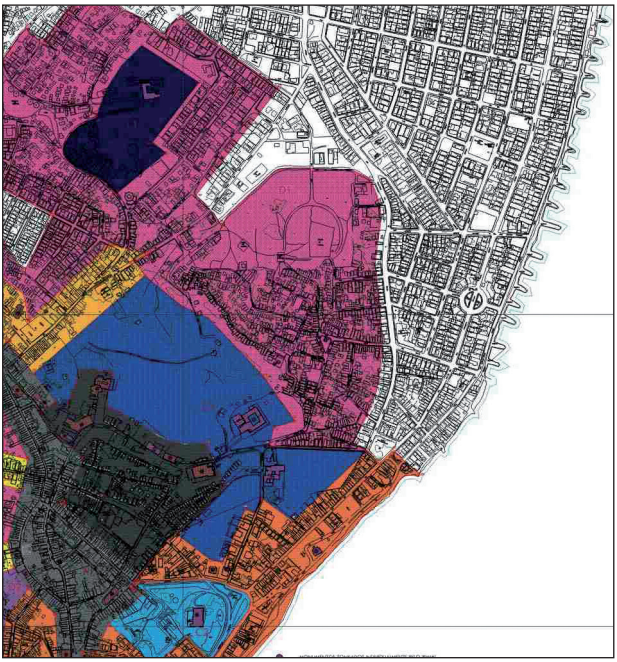


FIGURA 5 Rerratificação nº. 1151/1979. Polígono de tombamento de 1985. Acervo IPHAN.

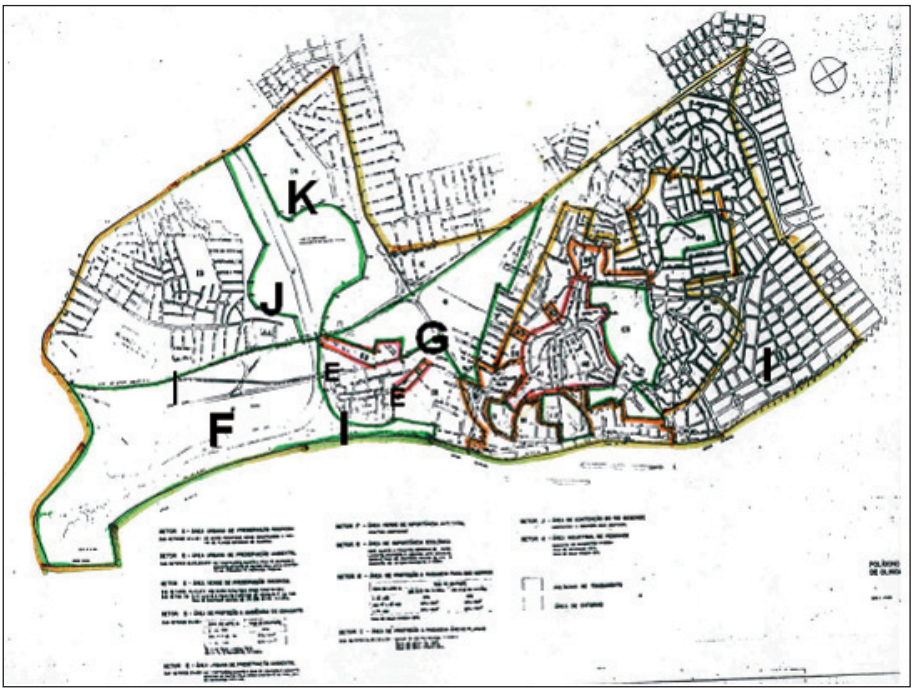


FIGURA 6 Rerratificação nº.1151/1979. Polígono de entorno de 1985. Acervo IPHAN.

A preocupação em preservar Olinda, com seus bens culturais materiais e imateriais relacionados no Quadro 1, não é só dos poderes públicos, com seus instrumentos legais e investimentos, mas também da comunidade, que de forma tácita ou explícita, acata os valores preconizados que justificam não apenas a inscrição dos bens culturais como, principalmente, a sobrevivência dos bens culturais e sua fruição pelos moradores da cidade.

QUADRO 1 Patrimonialização de Olinda

GOVERNO	MATERIAL	IMATERIAL	TÍTULOS
FEDERAL	14 bens individuais[5]	Frevo (Carnaval de Olinda)	Cidade Monumento (1980)
	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico (1968); 10,4 km² (1975)		
ESTADUAL	—	O Homem da Meia Noite (2006) Selma do Coco (2008)	—
MUNICIPAL	13 bens individuais[6]	Confraria do Rosário dos Pretos (2005) Tapioca (2006) Quilombo Urbano da Nação Xambá (2007)	Cidade Ecológica (1982) 1ª Capital Brasileira da Cultura (2006)
INTERNACIONAL	—	—	Patrimônio da Humanidade (1982) Foral - Memória do Mundo (2006)[7]

5 Entre 1938 e 1939: Convento de São Francisco; Palácio Episcopal; Igreja da Misericórdia; Seminário de Olinda e Igreja da Graça; Igreja de Santa Teresa; Casa nº. 07 da Praça João Alfredo; Casa nº. 28 da Rua do Amparo; Igreja e Convento do Carmo, Igreja do Monte; Igreja e Mosteiro de São Bento. Em 1966: Casa do Antigo Aljube e Capela de São Pedro Advíncula. Em 1984: Forte de São Francisco. Em 2000, as Ruínas do Forte do Buraco (IPHAN, 1994).

6 Igreja de São Sebastião, Forte do Buraco, Casa da Pólvora, Bica de São Pedro, Bica dos Quatro Cantos, Bica do Rosário, Passo da Ribeira, Passo dos Quatro Cantos, Passo da Rua 27 de Janeiro, Passo da Sé, Fábrica de Doces Amorim Costa (Mercado Eufrásio Barbosa), Igreja de N. S. do Amparo, Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de Olinda (FUNDARPE, 2009).

7 Foral – Livros Foreiros, composto por 54 volumes, com mais de 18 mil páginas manuscritas correspondendo ao período de 1710 a 1986. Disponível em: <http://www.ceci-br.org>. Acesso em: 20 maio 2011.



FIGURA 7 Homem da Meia Noite.
Acervo Fundarpe.



FIGURA 8 Frevo.
Acervo Fundarpe.



FIGURA 9 Igreja da Graça e Seminário.
Acervo IPHAN.



FIGURA 10 Igreja Nossa Senhora do Carmo.
Acervo IPHAN.

Portanto, olhar Olinda, viver Olinda, é desfrutar de uma exuberante paisagem, mergulhada em um traçado de ruas, becos e largos de cunho seiscentista, adornado por um casario, às vezes simples, às vezes imponente, coexistindo o colonial, o eclético, o moderno, em uma composição arquitetônica harmônica. Edifícios que funcionam como uma caixa de ressonância sustentando um modo de vida. Modo de vida de moradores, com seu jeito simples, calmo, contemplativo, com suas tradições, artísticas, festas, celebrações, rituais, música e dança. Um verdadeiro acervo humanístico a ser protegido.

Após o Compromisso de Brasília (1970) e Compromisso de Salvador (1971), estados e municípios criaram seus órgãos de preservação, com interesses políticos nem sempre convergentes ao do poder público federal[8]. Com novos bens protegidos é ampliado o campo do patrimônio[9], que passa a ser palco

8 As Prefeituras, de parceiras ideais do IPHAN (caso aplicassem as normas edilícias favoráveis à preservação) se transformam na prática em adversárias, a serem submetidas à duras e até autoritárias fiscalizações (SANT'ANNA, 2007).

9 Segundo Bourdieu (1983) um campo é um espaço onde são expressas as relações de poder, estruturadas pela distribuição desigual de capital social que os agentes sociais possuem e que determinam a posição que ocupam nele.

de uma luta, nem sempre acirrada, ou mesmo aparente, ao se debruçarem diferentes poderes incidentes sobre o mesmo objeto, os bens patrimoniais.

Numa visão estratégica e atendendo a diretrizes internacionais e nacionais, o Prefeito Germano Coelho, em 1979, criou o Sistema Municipal de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda[10], conferindo autonomia ao ente local (Barreto, 2009). Inovação institucional, estruturada no tripé: executivo, deliberativo e econômico, representados respectivamente pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda – Fcpsho, o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda e o Fundo de Preservação de Olinda.

Por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (Sphan/pró-Memória) e do Ministério do Interior (Cndu e Bnh), em 1981, foi instituído o Programa de Preservação de Núcleos Históricos, com a ação experimental do Projeto Piloto Olinda (Ppo), estruturado em metodologia participativa. Os moradores tomaram parte em todas as etapas da recuperação do patrimônio construído, que se encontrava bastante degradado (Barreto, 2009), além de suprir uma lacuna dos órgãos de proteção na conservação do casario, de propriedade privada.

A premissa do Programa era de que a preservação do patrimônio cultural somente teria êxito através do respeito e da cooperação com as comunidades residentes nos sítios históricos. O financiamento pelo Banco Nacional de Habitação (Bnh) para a recuperação de habitações, incluindo as de baixa renda, constituiu-se na prioridade, como forma de fixar a comunidade residente em sítios históricos (Bosi; Braga Netto, 1986), pois isto significava manter a prática cultural que identificava o núcleo histórico. Segundo Ivan Maurício dos Santos[11] trata-se de "preservar o mais importante patrimônio de uma cidade, os seus moradores" (Fcpsho, 1986, p. 19). A problemática social passa a ser incorporada, e preservar inclui o homem – patrimônio social – e o edificado. Por isso, deveria oferecer condições especiais de financiamento aos moradores pela responsabilidade de preservar o patrimônio (Sphan/FNpM, 1982).

O Programa compreendeu duas fases: 1) a *estruturação*, com a escolha das cidades para o Projeto Piloto; 2) a *implementação*, com as etapas de: Plano Preliminar; Proposta de Execução – 1ª fase; Painel de Debates; Prática do

10 O Sistema Municipal de Preservação foi criado pela Lei nº. 4.119/79.

11 Ivan Maurício Monteiro dos Santos, jornalista, 2º Diretor da FCPSHO (entrevistado em 31.03.2011).

Projeto Piloto Olinda com a atuação do Serviço de Reparos, e as propostas: Projeto Olinda – Etapa I e a aplicação do PRNH nos estados.

Da visita às cidades pré-selecionadas (Salvador, São Luís e Recife), após os encontros com técnicos locais, houve a opção por Olinda[12] (e não Recife), por oferecer melhores condições administrativas e pelo trabalho da FCPSHO: utilização dos velhos mestres artífices; formação de recursos humanos em obra-escola; reciclagem de sobras de demolições e reformas, recuperando métodos tradicionais e desenvolvendo novas metodologias de trabalho; início do Inventário de Bens Imóveis; grupo de obras de reparos, além do "grande envolvimento emocional da equipe... atestada competência técnica, refletida pela eficiência da administração financeira e do controle de qualidade das obras" (SPHAN/FNpM, 1983, p. 8). Influenciou na decisão: i – ser Olinda monumento nacional e Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade; ii – a forte tradição associativa, com associações de moradores, de artesãos, recreativas, culturais e carnavalescas – condição para a participação dos agentes sociais (SPHAN/FNpM, 1983).

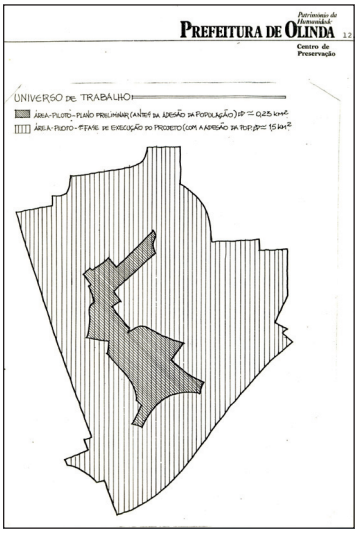


FIGURA 11 Área Piloto inicial (escuro) e Área Abrangência do projeto (claro). Acervo FCPSHO/PMO.

No Plano Preliminar a FCPSHO expunha 36 linhas de atuação e os objetivos do Projeto Piloto Olinda, entre eles: revitalizar o sítio histórico promovendo seu caráter residencial; complementar e atualizar o aparato legal de suporte ao programa e assegurar coerência de planejamento e atuação em longo prazo; expandir a área piloto do Termo de Referência (Amparo, Bonsucesso, Bonfim e São Pedro) a inclusão dos assentamentos subnormais que necessitavam de urgente intervenção etc. (FCPSHO, 1984a)

12 Para a Coordenadora Vera Bosi, Olinda reunia as melhores condições para a experiência Piloto do PRNH. Tal assertiva se concretiza, pois Salvador e São Luís não conseguem dar continuidade à experiência piloto (SPHAN/FNpM, 1983).

Após reuniões com a comunidade, por bairros, foi montada a Proposta de Execução – 1ª fase[13], que serviu como instrumento para negociar com os órgãos e as entidades (Fcpsho, 1984b).

No Painel de Debates, a comunidade e técnicos decidiram: i – ações prioritárias sob os aspectos jurídico/legal, participação da população, técnico e financeiro-administrativo; ii – basear as relações técnico-comunidade numa troca de saberes: "o técnico não poderá impor sua proposta, assim como a opinião dos moradores não será canonizada" (Fcpsho, 1985a, p. 1). Para a moradora Sílvia Coimbra:

> [...] o Projeto é uma possibilidade de se criar e fortalecer espaços de expressão, onde a população se sinta considerada. [...], mas existe um enorme descrédito às iniciativas governamentais (SFH), que precisa ser rompido. Senão, nada será feito. (Sphan/FNpM, 1985, p. 11).

Realizadas reuniões por ruas, duas prioridades aparecem: habitação para a população de menor renda (casas com risco de ruir) e saneamento (as de maior renda) (Fcpsho, 1985c).

No desenho operacional do Programa, para evitar a centralização pelos órgãos federais, foi criada a Comissão Inter-Órgãos[14] (Fcpsho, 1985b). A comunidade atuou ativamente em todas as etapas, decidindo sobre as condições do Programa, adequando-as à realidade físico-territorial da área e socioeconômica da população usuária (Fcpsho, 1985e, p. 5-7). Esta proximidade propiciou a revisão do papel do técnico, ao encontrar coletivamente alternativas a serem negociadas com órgãos passa a ser "articulador e tradutor das necessidades da comunidade, baseado no conhecimento das especificidades da realidade na qual atua." (Fcpsho, 1985d, p. 2).

Foi montado o Serviço de Atendimento ao Morador, vinculado ao Serviço de Reparo, que consistiu na prestação de orientação técnica, de assistência

13 Com recursos no valor de 11.470 UPC's (FCPSHO, 1984b) e fruto do Seminário com representantes do BHN, da COHAB e de outras entidades em que foram analisadas a problemática da habitação e a busca de novas alternativas de intervenção.

14 A Comissão Inter-Órgãos local criada para acompanhar, fiscalizar e promover a ação integrada entre os órgãos. Era composta por técnicos: BNH, SPHAN, FUNDARPE, FIDEM, Secretaria de Planejamento– SEPLANO e da FCPSHO (FCPSHO, 1985b).

Para descentralizar o IPHAN instala Escritórios Técnicos, sendo um deles em Olinda (SPHAN/FNpM/CNDU, 1984).

O Serviço de Reparos do Ppo (Apêndice B), financiamento para a recuperação de imóveis, foi estabelecido sob as condições: a. Vínculo do morador não ser com o Bnh[15] (para o imóvel não ser a garantia, e solucionar o problema legal da precariedade de titularidade); b. Empréstimo de curto prazo[16] (a prática do Bnh era de longo prazo); c. Subsídio aos moradores pelo ônus da preservação (de 5% a 50%); d. Ampliação da Área Piloto[17]. Possuía três tipos de contrato: de material de construção, de material e mão de obra e de elaboração de projeto.



FIGURA 12 Assinatura do 1º Contrato, em 28.05.1985. Foto de Sidney Passarinho. Acervo Arquivo Antonino Guimarães/PMO.

jurídica para legalização do imóvel, acompanhada da proposta de financiamento para execução dos serviços (Fcpsho, 1985d).

O Projeto Olinda – Etapa I propôs projetos para atender as áreas de interesse social. Foram adotadas providências para a replicação do Prnh nos estados. Entretanto, alterações ministeriais[18] e a extinção do Bnh resultaram na desmobilização do Programa, "pois a Caixa Econômica Federal não deu continuidade às ações iniciadas", relata Pedro Braga (entrevista em 26.04.2011). A Prefeitura Municipal de Olinda sustentou o Programa até abril de 1989, contudo, sem atender as inscrições efetuadas.

A experiência do Projeto Piloto Olinda deixou lições em assuntos polêmicos e atuais: desenhos eficientes de descentralização político-administrativa

15 Com recursos no valor de 11.470 UPC's (FCPSHO, 1984b) e fruto do Seminário com representantes do BHN, da COHAB e de outras entidades em que foram analisadas a problemática da habitação e a busca de novas alternativas de intervenção.

16 O prazo era de seis parcelas, mas houve contratos com nove. O pagamento habilitava o morador a outro financiamento. Relata Ivan Maurício dos Santos (entrevista em 31.03.2011): "...a inadimplência não alcançava 5%, considerada baixa...".

17 Verificou-se que a maior demanda extrapolava os limites da Área Piloto definida no Plano Preliminar, atingindo as áreas mais periféricas, com o padrão construtivo de subhabitações, e sob o aspecto financeiro alcançava níveis de pobreza.

18 Foram criados o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDUMA e o Ministério da Cultura – MinC (BRAGA NETTO, 1986).

(Prefeitura foi protagonista de ações no campo do patrimônio); capacitação técnica local e responsabilização dos entes locais; a transmissão de técnicas tradicionais, e a inserção da comunidade na gestão do patrimônio.

Estratégias de Empoderamento e Preservação

É importante compreender o modo de trabalho do Projeto Piloto Olinda, com as diferentes estratégias utilizadas, de forma a possibilitar perceber seus efeitos sobre a vida das pessoas e das instituições envolvidas. Para isso, os depoimentos dos agentes sociais, moradores e técnicos, além dos documentos produzidos à época do programa, foram de grande valor.

A pesquisa de campo propiciou conhecer a atual situação de ocupação dos imóveis que executaram obras pelo Projeto Piloto Olinda, bem como realizar as entrevistas com os moradores (Apêndice C) signatários dos financiamentos, conforme resultados apresentado no Quadro 2. As entrevistas com os técnicos (Apêndice D) complementam as informações necessárias ao entendimento das ações de empoderamento e as consequências sobre a preservação do núcleo histórico de Olinda.

QUADRO 2 Situação atual dos imóveis visitados

Tipo de situação encontrada em campo	Imóveis	%	Beneficiário permanece/não
Entrevistado proprietário	19	25,68	74,32% Imóvel pertence à família que efetuou o financiamento
Entrevistado pessoa da família	3	4,05	
Proprietário não lembrou pela idade avançada/filho não lembra	6	8,11	
Proprietário faleceu e a pessoa da família não sabe informar	13	17,57	
Proprietário sem interesse em responder	2	2,70	
Imóveis alugados ou fechados, mas permanecem com a família	12	16,21	
Imóveis vendidos	19	25,68	25,68% imóvel não pertence
Total	74	100	

Dos 74 imóveis visitados (de um total de 104 imóveis beneficiados), 55 residências (74% do total da amostra válida) pertencem à mesma família que efetuou o financiamento, o que permite concluir que após 26 anos de realização do Projeto, o seu objetivo continua atendido.

Neste estudo o empoderamento é usado no sentido emancipatório, refere-se ao processo pelo qual grupos e indivíduos podem alcançar recursos de forma a terem voz, visibilidade, influenciar decisões, ter capacidade de ação. Desta forma, a participação[19] é requisito e meio para se alcançar o empoderamento. Esta postura se coaduna com a definição de Lubambo e Coelho (2005, p. 25) em que o empoderamento:

> [...] é entendido como o processo de fortalecimento dos recursos e capacidades das comunidades pobres e excluídas, de forma a dotá-las de condições de participar da implementação de políticas públicas e ativamente do processo deliberativo, e de responsabilizar as instituições e atores envolvidos por tais deliberações, tornando-as mais transparentes e efetivas.

É a dimensão decisória da participação que manifesta os anseios democráticos, com o envolvimento direto e permanente dos atores sociais. Nesta acepção, empoderar refere-se às liberdades substantivas, expressas pelas possibilidades dos indivíduos de determinarem seus destinos, mediante escolhas, ao participar de modo ativo na vida social, na qualidade de agentes e não de pacientes. (Sen, 2000).

Entretanto, pelo *habitus*, esquemas de percepção são interiorizados e alterá-los significa ter que abandonar velhos padrões seculares de dominação e refazer relações (Bourdieu, 2004b), agora baseadas na igualdade dos agentes, calcados na cooperação, na parceria em busca de objetivos comuns.

O processo de empoderamento pode ser compreendido a partir de dimensões da vida social em três níveis: individual ou psicológico; grupal ou organizacional; e estrutural ou político (Kleba; Wendausen, 2009, p. 733), que foram rebatidos no Projeto Piloto Olinda para possibilitar examinar o empoderamento, conforme Quadro 3. Esses níveis não são estanques, mas funcionam de modo concomitante e interdependente, e a divisão apresentada funciona como recurso para sistematização de dados e apresentação de resultados desta pesquisa.

---

19 Participar "é "fazer parte", "ser parte", de uma ação ou processo de uma atividade pública" (TEIXEIRA, 2001, p. 20).

QUADRO 3 Dimensões do empoderamento

Dimensões da Vida Social	Definições Kleba e Wendausen (2009)	Rebatimento no Projeto Piloto Olinda
Dimensão Pessoal	Os resultados das ações recaem sobre o indivíduo e que aumentam a auto-estima, a autoconfiança, o poder pessoal.	O que o Programa trouxe de benefícios para a vida das pessoas nele envolvidas, e que produziram aumento na valorização de si mesmo.
Dimensão Grupal	Possibilita o respeito recíproco e apoio mútuo entre os integrantes do grupo, com sentimento de pertencimento e reciprocidade, favorecendo a criação de práticas solidárias.	Ações que resultaram nos agentes sociais uma maior vinculação à Olinda, com seus valores patrimoniais.
Dimensão Estrutural	O acesso de indivíduos aos processos de tomada de decisões que afetam o seu futuro, e visa favorecer e viabilizar a corresponsabilização, a participação na perspectiva da cidadania. Análise de mecanismos de transformação das estruturas de oportunidade na sociedade que resultam em redistribuição de poder.	No processo de construção das diretrizes e normas, e nas tomadas de decisões interpessoais entre diversos técnicos e a comunidade. Decisões que implicaram na melhoria da qualidade de vida.

As relações entre os diversos agentes sociais participantes do Programa não foram isentas de conflitos. As divergências e pontos de vista diferenciados ocorreram em todos os níveis, e entre os diversos atores, mas, o foco é apreender as condições que favoreceram ações de empoderamento e o exame de sua contribuição à preservação do patrimônio cultural.

A dimensão pessoal do empoderamento tem seu pilar na *autonomia*, que se refere à capacidade dos indivíduos de realizarem escolhas livres, com responsabilidade e conhecimento de causa (Chauí, 1997). Nesse sentido, os Programas Públicos podem ter somente um caráter assistencialista ou contribuir para ampliar capacidades dos indivíduos ao suprir necessidades.

Para isso, o Projeto Piloto Olinda se utilizou dos meios: valorizar os que participaram do trabalho; atender necessidades reais da comunidade; construir coletivamente soluções – reuniões com moradores e técnicos. Considerando ser a moradia necessidade fundamental do homem, ter a moradia

em condição segura para abrigar a família favoreceu o poder pessoal e social (autoestima). Na pesquisa: 90,91% dos moradores entrevistados vinculam a permanência em Olinda à realização dos serviços pelo PPO, e que quanto mais grave era a situação do imóvel (para ruir, problema estrutural), e menor a condição financeira do morador, maior a importância do PPO.

Os técnicos envolvidos com o Programa informaram ter sido a experiência mais relevante em sua vida profissional. De modo geral, todos relataram alto índice de motivação e de entusiasmo. O fato de o técnico ter a sua opinião levada em consideração se reflete no grau de reconhecimento dos indivíduos nas práticas cotidianas, fortalecendo o seu poder pessoal. No campo dos técnicos municipais, durante o Projeto Piloto Olinda a autonomia pode ser compreendida no depoimento de Patrícia Pedrosa:

> Havia certa autonomia do técnico em decidir os encaminhamentos, as soluções dos problemas, até as prioridades de atendimento pela urgência dos casos. As decisões técnicas eram acatadas pelos níveis superiores, era um momento diferente, eram políticos que ouviam a opinião dos técnicos... as pessoas (moradores) não reclamavam (da Prefeitura), elas tinham um retorno concreto nos imóveis delas. [...]. (entrevista em 01.03.2011).

No discurso dos técnicos se evidenciaram algumas qualidades que os tornam motivados: 1 – ver o trabalho acontecer, não ficando apenas no papel; 2 – a utilidade do serviço para a comunidade; 3 – a noção de estar realizando um trabalho de qualidade; 4 – a convergência de objetivos, em prol da preservação; 5 – a gratidão demonstrada pelos moradores de Olinda beneficiados pelo projeto.

O processo de declarar patrimônios culturais diz respeito à ação institucional de selecionar, tendo por base documentos técnicos. Portanto, na constituição do campo do patrimônio, de modo análogo, como explica Bourdieu (1999), há a desapropriação objetiva dos que são excluídos. Eleger significa distinguir categorias, a parcela que passa ou continua a pertencer a um determinado campo, e os que dele são excluídos. O próprio ato de escolha, dos que têm o direito a emitir juízo de valor e a decidir colocam os agentes sociais em campos distintos. Com o Projeto, a população pôde adquirir capital cultural e passou a ocupar um lugar no campo do patrimônio que possibilitava discutir questões com os técnicos, estando, portanto, mais aptos a enfrentar a hegemonia do campo técnico da gestão do patrimônio cultural.

O núcleo histórico de Olinda desde a sua origem teve a vocação residencial, característica que permanece até os dias atuais[20]. Pode-se perceber o quanto é precioso para a adequada preservação desse bem cultural, manter a moradia em Olinda, uso principal desde o século XVI.

Como expressa a arquiteta Vera Milet (entrevista em 09.05.2011): "Mas considero que a existência de intensa mobilização dos moradores em associações e em defesa da qualidade de vida significa um reconhecimento dos valores presentes no Sho". Ressalta Patrícia Pedrosa (01.03.2011) o empoderamento dos moradores do sítio histórico de Olinda, ao afirmar que:

> Você estava recuperando o patrimônio fisicamente, mas estava recuperando a autoestima da população, recuperando os valores perante essa população que aquele patrimônio tinha, se o patrimônio está caindo, se eu não tenho onde morar, se eu não tenho o mínimo de condições de morar, por que o patrimônio vai ser importante para mim? Então o PPO conseguiu, as pessoas passaram a ver a área histórica como algo que lhe dava orgulho de estar ali.

O empoderamento grupal promovido no Projeto pode ser percebido: 1. Ampliação da Área Piloto; 2. Inclusão da recuperação de sub-habitações em um Projeto patrimonial, igualando estes imóveis em importância aos com características coloniais (Atendidos: **74%** Sub-habitações e **26%** Valor Patrimonial); 3. Mudanças na legislação federal para atender necessidades vida cotidiana; 4. Solidariedade entre moradores e técnicos – ajuda mútua nas construções.

As instituições, e principalmente o Estado, têm um papel fundamental na reprodução das relações de dominação. São instâncias de poder com o papel de instituir a realidade, explica Bourdieu (Bonnewitz, 2003), de oficializar as relações sociais e consolidá-las. O Estado, com suas práticas, instaura e impõe as formas e categorias de percepção e de pensamento, ou seja, a difusão das crenças se opera por meio de instituições. Mas, ao desvelar processos de dominação, a sociologia bourdesiana possibilita a ação política e serve como instrumento de libertação que permite aos dominados "tomar o seu destino nas próprias mãos" (Bonnewitz, 2003, p. 46).

20 O uso residencial se mantém em 88% dos imóveis, e destes, 76% pertencem à população residente (MOREIRA, 2006).

A dimensão estrutural do empoderamento implica na análise de mecanismos de transformação das estruturas de oportunidade da sociedade que resultam em redistribuição de poder (Kleba; Wendausen, 2009). Neste sentido, a participação se coloca como recurso e meio para se alcançar o empoderamento. Ela exige o estabelecimento de contatos, interações entre os diversos agentes sociais. Sobre a relação entre técnicos e comunidade expressa Ivan Maurício dos Santos (entrevista em 31.03.2011):

> Acho que foi bom para os dois, sabe. Porque também havia uma rigidez muito grande por parte dos técnicos. Aí na hora que ele conviveu com a população, sentiu a necessidade do povo. E as pessoas não consideravam o casario igual a uma Igreja [...] o povo pode entender o direito da coletividade.

Em relação ao financiamento, os moradores de Olinda não aceitaram as condições então praticadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (Sfh/Bnh). Isto acarretou os proprietários a não aceitarem: 1. Vínculo direto com o Bnh (contratos firmados com a Fcpsho); 2. Hipoteca dos imóveis para garantia do financiamento (emitidas notas promissórias); 3. Necessidade de apresentação de escrituras de imóveis para comprovação de propriedade (comprovado o uso do imóvel); 4. Longos prazos para pagamento dos empréstimos, sem segurança no valor unitário das prestações (empréstimo em seis parcelas).

A interferência concreta no desenho do Programa, advinda tanto da participação da comunidade quanto do empenho dos técnicos em colaborar na resolução deste conflito, geraram benefícios financeiros para os moradores e propiciaram a inclusão de pessoas, recursos esperados no empoderamento, que pode ser definido "como aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social", (Kleba; Wendausen, 2009, p. 736).

Ensina Bourdieu (2004a, p. 9), "o poder simbólico é um poder de construção da realidade" e o capital simbólico acumulado em cada instituição se apresenta nas disputas de poder no espaço social. A luta entre os diferentes níveis de governo no campo do patrimônio cultural se evidencia na legislação incidente sobre o sítio histórico. A alteração na legislação federal foi reivindicação do Painel de Debates (etapa inicial do Ppo). Na estrutura do órgão federal coube ao ET-Olinda e não à Diretoria Regional (atual Superintendência

do Iphan/PE) realizar os estudos. Relembra a arquiteta Cremilda Albuquerque (entrevista em 29.04.2011), à época no ET-Olinda que todos participaram "não foi uma coisa de cima para baixo".

A categorização das dimensões do empoderamento é um recurso metodológico para a apreensão de uma realidade. Porém, em um estudo de caso que analisa um "contexto da vida real" (Yin, 2001, p. 32), são identificadas situações que escapam à categorização, e que devem ser examinadas conjuntamente. A partir das falas dos moradores e técnicos entrevistados, foi identificado um discurso convergente a respeito do Ppo/Prnh, que denota sua aceitação, na época de execução, e sua pertinência para os dias atuais.

Ao serem perguntados se gostariam de falar mais alguma coisa sobre o Projeto Piloto Olinda, 72,73% dos moradores expressou o desejo que o projeto voltasse. A importância do Programa pode ser percebida no relato da arquiteta Vera Milet (entrevista em 09.05.2011): "posso confirmar que o Ppo foi um Programa que teve intensa repercussão entre os moradores, tanto é que mesmo no ano de 1992, ocorria de moradores procurarem a Prefeitura interessados em fazerem obras em seus imóveis com recursos nos moldes do Ppo", fato confirmado pelos técnicos: André Renato Pina, Patrícia Pedrosa e Deana Pontual (entrevistas em 06.04.2011, 01.03.2011 e 22.03.2011).

O Projeto Piloto Olinda propiciou a inserção de moradores na estrutura formal do Estado, conforme relata Sônia Calheiros (entrevista em 22.03.2011): "A pessoa regularizava Iptu, aprovava projeto e nisso você tornava o imóvel regular. Encontrar-se em situação de regularidade na vida social é sinal de cidadania". Reforça esta ideia Ivan Maurício dos Santos:

> Eu acho até que esse é o modelo para se manter as cidades históricas. É a Prefeitura dar um suporte técnico e um suporte financeiro através de programas para que as reformas sejam feitas de acordo, sem descaracterizar e mantendo um padrão de qualidade técnica. Eu acho que esse modelo é absolutamente atual. Dar suporte técnico, dar uma linha de financiamento e o morador participar da reforma da sua casa [...]. (entrevista em 31.03.2011).

O modo como foi construído o Projeto Piloto Olinda, descreve Virgínia Mendonça que:

> Esse processo de aprendizagem aberto, surgente, ... e deste processo de conhecimento do Centro Histórico de Olinda, três coisas fundamentais

> se afirmaram, desfazendo o que até então parecia incongruente: a participação popular; a necessidade de definição do novo papel do interlocutor, o IPHAN (ou outro?); a necessidade de um novo modelo do gestor municipal; e a necessidade da oferta de recursos adequados aos usuários/moradores do CH. (entrevista em 10.05.2011).

Marcelo Brito evidencia o caráter do Projeto Piloto Olinda/Programa de Revitalização e Recuperação de Núcleos Históricos:

> [...] o principal mérito do PPO deveu-se ao êxito dos princípios defendidos para o seu desenvolvimento: participação, transparência e inovação. Participação, por advogar pelo *processo interativo com os detentores do patrimônio*. Num período em que o país iniciava seu processo de redemocratização, essa abordagem vinha ao encontro dos anseios de todos e permitiu demonstrar que as ações seriam mais eficientes, eficazes e efetivas – hoje abordadas dentro do conceito de sustentabilidade – se resultassem de uma maior articulação e participação com todos os envolvidos, seja no plano comunitário, seja no plano institucional. Transparência, por *assumir e praticar uma ação de comunicação permanente com todos os envolvidos, facilitando e buscando acessar as informações que pudessem auxiliar o processo*, evitando assim reiterar posturas viciadas no campo da administração pública que pudessem comprometer a seriedade e pragmatismo do Projeto. Inovação, por ter no seu nascedouro, o *compromisso com o estabelecimento de novos processos, conceitos, procedimentos e visão quanto à abordagem a ser dada ao Patrimônio.* [grifos nossos] (entrevista em 27.03.2011).

Nesse sentido, Virgínia Mendonça (entrevista em 10.05.2011) lembra que:

> a elaboração das diretrizes foi decorrente do processo estabelecido no sentido do conhecimento do que se preservava em Olinda - por assim dizer, qual a sua alma, o que caracterizava o Centro Histórico – sua gente, seus hábitos e seus processos, que o tornava vivo naquele momento.

Sobre o que se preservar, e o que fazem as instituições públicas, opina Antenor Vieira:

> Outro erro é dar valor somente ao imóvel, saem milhões de reais para os monumentos. E os acervos das pessoas? Os documentos estão nas casas das pessoas com as informações que precisamos, o leque de D. Laura Nigro, a grande dama do carnaval, a polia tá comendo... e a obra de Lídio, ...

> não se estuda os estandartes de Olinda, nem as roupas do Bispo do século XX em Olinda se não conhecer D. Monte[21]. O acervo de Julião das máscaras ... o acervo de Bajado [...]. (entrevista em 16.03.2011).

Os recursos estruturais visam favorecer a melhoria da qualidade de vida. Com o Programa, a comunidade de Olinda, entre outras ações, foi beneficiada com a implantação de saneamento, e em nível individual, tiveram a oportunidade de ter suas casas em condições dignas e seguras, com um nível razoável de habitabilidade, que refletem a melhoria da qualidade de vida.

Da análise efetuada depreende-se que durante o processo de concepção ao de execução do Projeto Piloto Olinda/Prnh houve um clima de colaboração e cooperação entre as entidades públicas, agentes públicos e moradores. Pontos de vista divergentes e até mesmo dificuldades políticas foram superadas por meio de trocas de experiências realizadas entre os agentes sociais, resultando em crescimento e mudanças, ou seja, empoderamentos foram realizados. Nem tudo se processou de modo pacífico, mas as lutas estabelecidas no campo foram necessárias para a sua reconfiguração. O patrimônio cultural pôde ser preservado, posto que o Programa contribuiu para a manutenção do casario de Olinda com suas famílias tradicionais.

Considerações Finais

Os avanços significativos no campo conceitual do patrimônio (com as dimensões material e imaterial) apontam um novo enfoque, exigindo para sua preservação a utilização de novas práticas e estratégias flexíveis de atuação. Mas, no cotidiano das instituições, com estruturas administrativas "rígidas" e normas procedimentais, os programas e projetos não contemplam essa amplitude. Os agentes públicos, movidos pelo *habitus* – estruturas interiorizadas, comuns a membros de uma mesma classe social ou grupo, que orientam e conformam a ação desses grupos (Bonnewitz, 2003), repetem procedimentos e perpetuam mecanismos de dominação no campo do patrimônio.

Os entes federativos atuam de forma desintegrada, expressa em ações fragmentadas, desarticuladas e superpostas de instituições com responsabilidade

21 Segundo Antenor Vieira, Lídio era um negro de 1,90m, um marceneiro de piano (diz-se de quem conhece sua arte, é capaz de fazer tudo com perfeição), um artesão fantástico, elegantíssimo, tanto é que o apelido era Conde de Guadalupe, e compositor de frevo, e, D. Monte era uma bordadeira em fio de ouro (entrevista em 16.03.2011).

direta ou indireta na área. Tal situação é agravada por conflitos de concepções, interesses e práticas, e, até de interpretações, inclusive sobre a competência jurídico-institucional, contexto que revela a trajetória caótica do Estado em sua função de promover a preservação do estoque patrimonial brasileiro.

No Projeto Piloto Olinda/Prnh foi observado que havia a articulação entre os sujeitos de setores sociais diversos, e, portanto, com diferentes saberes, poderes e interesses interagindo para enfrentar problemas complexos. Isto não significou a isenção de conflitos, contradições e problemas de ordem pessoal ou profissional. Mas os resultados obtidos demonstram a necessidade de se criar espaços de compartilhamento de saber e de poder. Portanto, se faz necessário desenvolver a capacidade de escuta e de negociação entre os agentes envolvidos, para que as partes estejam contempladas nas resoluções.

Também foi possível reconhecer que nenhuma instituição sozinha tem poder suficiente para resolver os problemas da cidade, incluindo-se os relativos à preservação do patrimônio cultural. A ação compartilhada com os diversos agentes sociais envolvidos pode possibilitar uma ação mais potente e com resultados mais satisfatórios.

Na pesquisa observou-se que algumas qualidades foram sistematicamente evidenciadas e podem ter contribuído para o sucesso da experiência do Projeto Piloto Olinda:

1) O envolvimento e comprometimento de todos com o Projeto;

2) A presença de espírito de colaboração e cooperação;

3) A constante interação entre agentes sociais, possibilitada pela metodologia participativa, promoveu a consolidação da cidadania, o aumento de conhecimento sobre as questões do patrimônio e o aumento na autoestima de moradores e técnicos;

4) A interlocução entre os agentes sociais e entre instituições, com a adoção de flexibilizações, em um processo de constante adaptação às novas situações (ampliação da Área-Piloto, 3º tipo de contrato: elaboração de projeto etc.);

5) Os diversos agentes sociais envolvidos com o problema terem suas opiniões levadas em consideração, o que promoveu o empoderamento no nível pessoal, além de serem obtidas soluções mais satisfatórias;

6) A adoção de uma nova postura dos técnicos: a de estimular a comunidade a encontrar soluções de problemas. O papel dos técnicos "... passou a ser de articulador e tradutor das necessidades da comunidade, baseado no conhecimento das especificidades da realidade na qual atua." (Fcpsho, 1985d, p. 21).

A investigação realizada enfatiza que o comprometimento dos vários agentes envolvidos com o Projeto coloca-se como crucial para a sustentabilidade da política pública voltada para a preservação do patrimônio cultural. Constitui novo desafio que os investimentos do setor público se voltem para a implementação de ações consistentes e estruturadas em políticas públicas envolvendo os diversos níveis de governo e agentes sociais, e menos em ações esporádicas e fortuitas no âmbito restrito das várias instituições. Contudo, não se pode perder de vista a necessidade de atualização na estrutura do Programa, considerando as mudanças ocorridas no mundo social e as facilidades tecnológicas da contemporaneidade, promovidas, por exemplo, pela comunicação eletrônica. Sob esse aspecto, torna-se essencial a formação de redes colaborativas e de mecanismos de gestão compartilhada, como instrumentos de socialização do conhecimento, transparência e democratização.

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e dos instrumentos de preservação, ressalta-se a necessidade das políticas e instituições públicas incorporarem abordagens transdisciplinares que contemplem e extrapolem a articulação de áreas de conhecimento habitualmente adscritas ao campo do patrimônio material. Isso requer mudanças dos órgãos, que atuam com a divisão de acordo com a natureza dos bens culturais (material/ imaterial/ arqueologia/ documentação/ educação patrimonial) para operar por programas transdisciplinares.

O reconhecimento dos saberes, dos fazeres e dos modos de vida das comunidades instaladas em núcleos históricos, além de ser fundamental para a gestão do patrimônio cultural de tais espaços urbanos, facilitará e tornará a preservação mais contextualizada, e, portanto, condizente com os interesses, os anseios e com o *modus vivendi* das populações. Pode-se adotar a realização de pesquisas de referências culturais – onde os marcos de construção da identidade cultural das comunidades são evidenciados –, como também a utilização das diretrizes e recomendações da política de salvaguarda do patrimônio cultural[22].

22 Pode-se adotar a pesquisa sobre as referências culturais das comunidades, utilizando-se a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, instrumento disponibilizados pelo Iphan, por meio do Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI, o qual também leva a efeito a política de Salvaguarda, seguindo o estabelecido pelo Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, instituído pelo Decreto Federal nº 3.551/2000.

O acesso a informações e a possibilidade de expor opiniões nas reuniões para a tomada de decisões estruturais, mesmo que não formalizadas em Conselhos, propiciou o resgate da cidadania, gerou um processo em cadeia de valorização pessoal e estimulou, nos serviços de reparos nos imóveis, a solidariedade entre os moradores. As decisões sobre aspectos da vida que afetam o futuro dos indivíduos, com consequências na melhoria da qualidade de vida, foram alcançadas pela promoção do empoderamento estrutural. Como resultado, no plano governamental, houve um realinhamento de forças no campo do patrimônio percebidas no âmbito interno das instituições, e entre instituições.

Espelhando-se na área da saúde, com seus Agentes de Saúde, propõe-se a criação de um projeto que articule "Agentes Patrimoniais", o qual faria interface entre as instituições e os cidadãos, realizando visitas periódicas aos imóveis, ouvindo as necessidades dos moradores/usuários, verificando problemas e oferecendo orientações e encaminhamentos necessários à resolução dos problemas encontrados.

Para atender as necessidades reais dos agentes sociais inseridos nos núcleos históricos (saber os problemas e então, conjuntamente, propor Programas), será preciso realizar pesquisas junto à comunidade local. Baseando-se nas etapas e nos resultados do Projeto Piloto Olinda, pode-se considerar que tais pesquisas deverão respaldar a proposição da institucionalização de serviços que se agrupam em três linhas principais, para preferencialmente atender uma população com até cinco salários mínimos, com a criação de:

- **Banco de Projetos Técnicos**, para elaborar projetos nas mais diversas áreas, os arquitetônicos, e os complementares (estrutural, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias), e em outras especialidades, tais como bens móveis e integrados, acervo documental, e projetos para captação de recursos para fomento de atividades culturais;
- **Banco de Materiais** de utilização mais frequente em bens culturais e que não são comuns às atuais construções ou outros aspectos referentes à conservação de bens culturais, como telhas, tijolos, tijoleiras de fabricação artesanal, madeiras em bitolas especiais, produtos químicos, papéis especiais, entre outros;
- **Banco de Serviços** com o credenciamento de profissionais das mais diversas especialidades que envolvem os trabalhos no campo do patrimônio.

A pesquisa sinaliza que os espaços de decisões coletivas, em que a população, técnicos, agentes políticos e instituições se colocam em posição de cooperação e de colaboração em todas as etapas da implementação dos programas públicos, geram resultados mais satisfatórios à preservação do patrimônio cultural.

A partir do estudo do Projeto Piloto Olinda, novas questões acerca do patrimônio cultural foram evidenciadas, e devido à imprescindível participação do Estado no campo do patrimônio cultural, a área de gestão pública ainda tem muito a contribuir com estudos e pesquisas de modo que se possa atingir o desejo humano de ter suas criações e modos de vida adequadamente preservados.

Referências

Barreto, Juliana Cunha. *De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo:* o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Bonnewitz, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bosi, Vera; Braga Netto, Pedro; Fcpsho. Núcleos Históricos: recuperação e revitalização; a experiência de Olinda. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Sphan, n. 21, p. 134-145, 1986.

Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

Braga Netto, Pedro. *Análise crítica de programas de planejamento municipal, política tecnológica e revitalização cultural* – uma abordagem holística. 1986. 245 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – FAU/UnB, Brasília, 1986.

Carrazzoni, Maria Elisa (Coord.). *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

Chauí, Marilena. *Cultura e democracia:* o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

Fcpsho. *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos:* Plano Preliminar – Resumo. Acordo MINTER/MEC. Olinda, nov. 1984a.

_____. *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos/Projeto Piloto*

Olinda: Painel de Debates. Acordo MINTER/MEC. Olinda, 18-22 mar. 1985a.

_____. *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos/Projeto Piloto Olinda:* Relatório 01 - Janeiro 1985. Acordo MINTER/MEC. Olinda, jan. 1985b.

_____. *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos/Projeto Piloto Olinda:* Relatório 03 – Abril, Maio e Junho 1985. Acordo MINTER/MEC. Olinda, jun. 1985c.

_____. P*rograma de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos/Projeto Piloto Olinda:* Relatório 04 – Julho a Novembro. Acordo MDU-MA/MinC. Olinda, [1985d].

_____. *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos*. Relatório nº. 04 – parcial. Olinda, jul.-ago. 1985e.

_____. *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos:* Proposta de Execução do Projeto-Piloto – 1ª Fase. Acordo MINTER/MEC. Olinda, jul. 1984b.

_____. *Um levantamento das atividades do Centro de Preservação na cidade histórica*. Olinda: Fcpsho, abr. 1986.

Freyre, Gilberto. *2º Guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. Ilustrações Luis Jardim. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 44).

Fundarpe. *Patrimônios de Pernambuco:* materiais e imateriais. Recife: Fundarpe, 2009.

Iphan. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Iphan, 1994.

Kleba, Maria Elisabeth; Wendausen, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde soc.* [online]. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000400016&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 mai. 2011.

Lubambo, Cátia Wanderley; Coelho, Denilson Bandeira. *Atores sociais e estratégias de participação no Programa Governo nos Municípios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Moraes, Alexandre de (Org.). *Constituição da República Federativa do Brasil:* de 5 de outubro de 1988. Manuais de Legislação Atlas, 29. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

Moreira, André Renato Pina. *Estudos das transformações dos espaços de habitação do Sítio Histórico de Olinda*. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Ufpe, Recife, 2006.

Mueller, Frei Bonifácio (Ofm). *Olinda e suas Igrejas:* esboço histórico. Recife: [s.n.], 1945.

Ocbpm (Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial). *Guia das cidades brasileiras:* patrimônio mundial. Organizado por José Antonio Viana Lopes. Brasília; São Luís: Ocbpm; Prefeitura de São Luís; Unesco, 2007.

Rabello, Sônia. *O Estado na preservação de bens culturais:* o tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

Rocha, Tadeu. *Roteiros do Recife* (Olinda e Guararapes). 3. ed. Recife: Ed. Gráfica Ipanema, 1967.

Sant'Anna, Márcia. A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990). In: Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan – Pep. *Contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina Pep 2007 – Vassouras*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007. p. 17-24. (Cadernos de Estudos do Pep)

Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Silva, Leonardo Dantas. *Pernambuco preservado:* histórico dos bens tombados no estado de Pernambuco. Recife: L. Dantas Silva, 2002.

Souza Filho, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade editorial, 1997.

Sphan/FNpM. P*rograma de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos: análise das condições para indicação de projeto piloto*. Brasília, 1983.

_____. *Proposta para aplicação de recursos financeiros do Banco Nacional de Habitação na revitalização de núcleos históricos*. Brasília, 1982.

_____. Revitalização de núcleos históricos tem Olinda como projeto-piloto. *Boletim*, n. 35, Rio de Janeiro: SPHAN/FNpM, mar.-abr. 1985.

Sphan/FNpM/Cndu. *Relatório de Análise do Plano Preliminar do Prnh*. Brasília, 1984.

Teixeira, Elenaldo Celso. *O local e o global:* limites e desafios da participação cidadã. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: Ufba, 2001.

Yin, Robert K. *Estudo de caso:* planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

APÊNDICE A Quantitativo de Agentes Sociais Entrevistados – PPO/ PRNH

Entrevistados			Data entrevista	Quantidade
Agentes Públicos	Federal- Brasília	Vera Bosi Coordenadora Geral IPHAN	16/03/2011	5
		Pedro Braga Coordenador MDU	25.04.2011	
		Virgínia Mendonça - BNH Brasília e depois BNH Recife	10.05.2011	
	Federal- PE	Cremilda Martins IPHAN Olinda	29.04.2011	
		Silvia Katz - IPHAN Sede/PE	02.03.2011	
	Estadual	Jorge Tinoco - Fundarpe	16.03.2011	1
	Municipal- FCPSHO	Antenor Vieira 1º Diretor da FCPSHO	16.03.2011	11
		Ivan Maurício dos Santos jornalista, 2º Diretor da FCPSHO	31.03.2011	
		Sônia Calheiros Diretora FCPSHO	22.03.2011	
		André Renato Pina Moreira Gerente de Estudos e Projetos	06.04.2011	
		Marcelo Brito	27.03.2011	
		Dulcinéia Schunck	10.03.2011	
		Patrícia Pedrosa Coordenadora	01.03.2011	
		Deana Pontual Coordenadora	22.03.2011	
		Roque Samúdio - Inventário	02.03.2011	
		Marta Férrer - Socióloga	06.04.2011	
		Elaine Régis - Tesoureira	07.04.2011	
Moradores		Diversos	14.03. 2011 a 14.04. 2011	22
SODECA/moradores		Cláudia Nigro	23.03.2011	3
		Alexandre Moura	23.03.2011	
		Vera Milet	09.05.2011	
Total				**42**

APÊNDICE B Serviço de Reparos do Projeto Piloto Olinda

O Serviço de Reparos nos imóveis, para pessoas físicas ou jurídicas, se processou nas seguintes etapas (Fcpsho, 1985d):

1. Inicialmente a Fcpsho fazia a convocação dos moradores de uma rua para uma reunião. Os moradores apresentavam os problemas de sua rua e de suas casas;

2. No caso de sua residência necessitar de serviços, o morador comparecia à Fcpsho para preencher uma Ficha de Inscrição e Solicitação de Serviços contendo: Identificação do Morador e do Imóvel; Localização do imóvel; Característica do imóvel (valor patrimonial, ou sub-habitação); Uso do imóvel; Situação do morador (proprietário residente ou inquilino); Renda do morador; Tipo e caráter do serviço solicitado (Emergencial ou não; Estabilização, Restauração, Melhoria e/ou Reconstrução);

3. Era realizada uma triagem para o atendimento: por ordem de inscrição; por tipo de serviço e casos emergenciais, como perigo de desabamento ou arruinamento;

4. O técnico da Fundação efetuava um levantamento arquitetônico e fotográfico do imóvel, examinava preliminarmente as condições do edifício para detectar os problemas e elaborar um orçamento;

5. Caso se fizesse necessário, eram elaborados projetos de reforma com a participação do morador, que informava as suas necessidades, prioridades e planos (escritório de arquitetura);

6. O morador preenchia uma Ficha de Cadastramento Socioeconômico, com a apresentação de cópia dos documentos: Identificação (Cic, identidade ou carteira profissional), estado civil e escolaridade; Comprovação de renda e composição familiar. Era necessário o documento de propriedade do imóvel e o comprovante de Iptu quitado. Para os participantes do Programa, os débitos de Iptu eram dispensados de multa e de juros, e podiam ser parcelados;

7. Com esses dados era elaborado o orçamento, a partir dos elementos construtivos analisados e quantificados nas etapas anteriores. O orçamento era distribuído em módulos de modo a se adaptar às condições financeiras do morador, ou seja, para que as prestações pudessem ser pagas sem causar dificuldades;

8. Com isso era assinado um contrato, elaborado em dois modelos: o de

aquisição de material ou o de aquisição de material com mão de obra. Posteriormente, foi providenciado o contrato para elaboração de projeto. No contrato constavam as condições do financiamento e de parcelamento, sendo anexada a planilha orçamentária e as correspondentes notas promissórias;

9. O projeto elaborado era submetido à aprovação do morador, da Prefeitura e da SHAN/FNpM;

10. As obras eram efetuadas por administração direta, ou seja, a mão de obra era contratada pela FCPSHO;

11. Durante a obra o morador recebia orientação técnica da FCPSHO.

Os atendimentos resultavam em soluções caso a caso, pois dependiam do tipo de serviço necessário ao imóvel e dos recursos financeiros e possibilidade de endividamento do morador. Os serviços eram priorizados por ordem de necessidade e eram estabelecidos módulos de execução de serviço. Portanto, cada nova situação definia um novo quadro específico de serviços a ser efetuado no edifício, o tipo de contrato (material, mão de obra e elaboração de projeto), o valor a ser financiado, valor de subsídio, valor do sinal, número de prestações e valor unitário das prestações. Em geral, o financiamento não se processava em uma só etapa, pois a renda do morador não cobriria o montante total da despesa. A quitação do pagamento de um contrato habilitava o morador a fazer o seguinte e assim sucessivamente.

Firmado o contrato, um instrumento particular, eram assinadas as notas promissórias correspondentes ao número de parcelas do financiamento. Não havia garantia real no empréstimo. Caso não fosse realizado o pagamento do título de crédito, procedia-se ao protesto e à execução judicial. Ao efetuar o pagamento do sinal, o morador recebia o material. No caso de não haver pagamento de sinal, o contratante recebia o material após o pagamento da primeira parcela (FCPSHO, 1985d).

O Depósito de Material de construção estocava os materiais básicos mais utilizados tais como telhas, tijolo, cimento, areia, madeiras para coberturas, estroncas, portas, caixas d'água, material hidráulico, sanitário, elétrico e outros. A aquisição desses materiais em escala permitia a redução de custos, especialmente em tempos de grande inflação. Um ponto relevante era a qualidade do material adquirido, que passava por controle dos técnicos da FCPSHO, o que não aconteceria numa compra direta do morador com o armazém de construção.

APÊNDICE C Entrevista Semiestruturada para Moradores

ENTREVISTA-PROPRIETÁRIO	**DATA:**	**Contrato n.:**
NOME:		
ENDEREÇO:		
1. Você se lembra do Projeto Piloto Olinda?		
2. Como soube do Programa? Você participou de reuniões no Projeto Piloto Olinda? Como eram? Quem participava?		
3. Qual a sua impressão de Olinda na época? 1984-1987		
4. Como estava seu imóvel naquela ocasião?		
5. Você se recorda dos serviços realizados? Como se processou a escolha dos serviços? Houve orientação para a escolha?		
6. Como se processou o financiamento? Como foram os procedimentos, a documentação necessária, havia muita burocracia...?		
7. Houve acompanhamento na obra? Como se efetuou?		
8- A realização dos serviços foi importante para sua permanência no imóvel? Como você se sentiu após a realização dos serviços?		
9. Em sua opinião o Projeto Piloto Olinda teve importância para Olinda?		
10. Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o Projeto Piloto Olinda?		

APÊNDICE D Entrevista Semiestruturada para Técnicos

FICHA TIPO 1	AGENTES PÚBLICOS
IDENTIFICAÇÃO	Sítio Histórico Olinda, Projeto Piloto Olinda- PPO
01	Nome:
02	Profissão:
03	Data:
04	Atuação no PPO: Fases: Formulação Projeto Piloto Olinda ( ) Implementação PPO ( ) Implantação em PE ( )
05	Atividades e projetos desenvolvidos no PPO:
	ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA
06*	Como foram elaboradas as diretrizes do Projeto Piloto Olinda? Você poderia descrever o processo de construção dessa etapa do PPO?
07*	Como foram elaborados os objetivos do PPO?
08*	Por que o PPO foi estruturado desta maneira?
09	Qual a sua impressão sobre Olinda na época do PPO? Qual a situação do casario na época do PPO?
10	Como você percebia a formação de parceria com os níveis de governo?
11	Como você percebia o modelo proposto de participação no PPO?
	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
12	Quais suas atividades no PPO?
13	Na época, você tinha clareza dos objetivos do PPO?
14	Você percebia que a execução do PPO correspondia aos objetivos formulados?
15	Como eram as condições de trabalho no PPO - havia constantes capacitações, discussões? Sua opinião era levada em consideração?
16	No âmbito do PPO como você percebeu a participação nas decisões de âmbito técnico no PPO? O corpo funcional e a sociedade civil participaram de algum tipo de decisão?
	RESULTADOS DO PROGRAMA
17	Após o financiamento do PPO, como você percebia o nível de satisfação dos usuários/ comunidade?
18	No período do PPO, em sua opinião, houve maior esclarecimento acerca dos valores existentes em Olinda? As pessoas se reconheciam como parte desses valores? Houve melhoria na qualidade de vida da comunidade? E a responsabilidade com o patrimônio?
19	Houve mudança na forma de cuidado com os imóveis?
20	O PPO trouxe benefícios na sua vida profissional/ social? Quais? (Reconhecimento no meio profissional? Aumento de cargo? Participação em congressos etc.)
21	Autoriza divulgar entrevista? ( ) SIM ( ) NÃO

Situação de Emergência em São Luiz do Paraitinga – SP

Leonardo Falangola Martins e Liliane de Castro Vieira



Resumo

As inundações que atingiram São Luiz do Paraitinga em janeiro de 2010 trouxeram, além de danos diretos à população no que se refere às suas atividades cotidianas, danos ao patrimônio cultural, especialmente aquele edificado.

Desde então, no âmbito de suas competências, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan se propôs a atuar em frentes distintas, relacionadas entre si, com o objetivo de promover a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga. Estas ações podem ser identificadas como ações emergenciais, ações de proteção e ações estratégicas (estruturais e de planejamento). Passado um ano e meio do desastre natural, será feita uma análise em face daquela emergência.

Leonardo Falangola Martins é arquiteto e urbanista graduado pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gerenciamento de Projetos pelo Centro Universitário SENAC, e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Foi técnico do IPHAN, lotado na Superintendência do IPHAN em São Paulo. Atualmente é pesquisador em Propriedade Industrial, no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Liliane de Castro Vieira é arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, e doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Técnica do IPHAN, atualmente lotada na Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, Escritório Técnico de Diamantina.

Imagem da página anterior
Intervenção emergencial na casa Oswaldo Cruz.
Foto: Leonardo Falangola, 2010.

Catástrofe e questão social

Nos primeiros dias de janeiro de 2010, a cidade São Luiz do Paraitinga, localizada na região do Vale do Paraíba, em São Paulo, foi atingida por uma grande enchente do rio que a circunda. A elevação do nível das águas provocou graves danos aos seus edifícios históricos e principalmente à vida cotidiana da comunidade local. As duas principais igrejas da cidade e outros vinte imóveis ruíram por completo, enquanto outros oitenta edifícios sofreram danos parciais e um total de quatrocentos foram inundados e restaram imersos em lama. Todos os bens pessoais, incluindo mobiliário e vestimentas dos moradores destes imóveis, foram danificados pelas águas e, por isto, eles perderam quase tudo o que tinham. Ainda assim, nos depoimentos que se colhia pelas ruas nos dias seguintes à tragédia, o que se ouvia era o lamento pela perda da principal referência à vida daquelas pessoas: a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa.

Instâncias públicas e privadas movidas, em primeira instância, pela solidariedade, deslocaram suas equipes até a cidade, dispuseram-se a realizar ações emergenciais em apoio à população desabrigada e também a dar início imediato às obras de reconstrução. O Governo Municipal, completamente desestruturado em função da perda da sua documentação e das suas instalações e ainda sob o impacto da tragédia na vida pessoal da sua equipe, demorou em instituir um grupo de gerenciamento de crise, mesmo tendo decretado o Estado de Calamidade Pública. Este vácuo temporal, bastante justificável, deu espaço para que os apoiadores externos atuassem descoordenadamente no que entendiam ser as ações de socorro necessárias.

Enquanto o problema era único, as visões dos apoiadores variavam a partir de cada ponto de vista institucional. Vamos nos ater à análise das visões divergentes das diversas instâncias de proteção do patrimônio cultural. A instância local, um conselho temático municipal – o Comitê Gestor do Patrimônio Cultural de São Luiz do Paraitinga – montado provisoriamente para enfrentar o momento da crise e orientar a Prefeitura, por estar imerso diretamente na catástrofe, demandava e colocava em pauta questões que priorizavam a necessidade de apoio humanitário. As outras instâncias públicas, com o distanciamento que os encobria, focavam nas possíveis estratégias para a proteção dos edifícios arruinados e sua reedificação. O Iphan, em particular, fez parte deste Conselho e foi favorável ao apoio humanitário em paralelo às ações de

diagnóstico da situação do patrimônio cultural atingido, atuando em ambas as direções. As instituições de ensino, por sua vez, viam uma oportunidade de ajudar capacitando seu corpo discente e colocando em prática e em discussão teorias e estudos acadêmicos. Portanto, em função das diferentes vocações das instâncias envolvidas, as visões do problema eram sempre parciais.

Claramente, a divisão ou simplificação estratificada do problema foi o método de abordagem adotado pelos apoiadores como forma de alcançar, dentro de sua especificidade institucional, uma colaboração especializada de alto nível. A falta de uma instância de gestão da crise e da compatibilização do apoio disponibilizado gerou situações inesperadas. Por exemplo, enquanto tragédias semelhantes aconteciam em cidades vizinhas e no litoral do Rio de Janeiro, com necessidades de apoio bem parecidas, a cidade de São Luiz do Paraitinga já havia acumulado alimentos doados muito além da necessidade. As remessas continuadas mantinham a cidade abastecida de comida e gerava um obstáculo à retomada da economia local na medida em que o excedente de alimentos não gerava a necessidade de compra e venda no comércio da cidade.

O mesmo acontecia com o apoio para a reconstrução. Os que chegavam ofereciam-se a reconstruir a Igreja Matriz, cujo desabamento ficou marcado na retina de todo esse país pelas telas da televisão. Ficou marcada também, principalmente, na memória da comunidade que foi expulsa de suas casas pelas águas e, por cima dos morros, foi obrigada a assistir ao vivo o arruinamento da sua maior referência cultural, que dá nome à cidade em que moram. A reconstrução da Matriz, sem dúvida, seria o elemento que daria maior visibilidade à instituição que se dispusesse a enfrentar a sua obra, relegando a um segundo plano o apoio à reconstrução dos diversos imóveis particulares que sofreram pequenos danos ou mesmo aos imóveis públicos de menor visibilidade.

Conflitos políticos e negociações

Os conflitos políticos se deram de forma aberta e com declarações públicas conflitantes a respeito de como seriam conduzidos os trabalhos de reconstrução. A condução para uma solução que atendesse mais amplamente a demanda, que se colocava naquele momento, só se deu quando começaram a ficar claros os diferentes pontos de vista das instituições envolvidas e das "áreas de sombra", provocadas pela sobreposição de iniciativas. Apesar da atuação maciça das três instâncias públicas, municipal, estadual e federal, somada ao

grande apoio de outras instâncias públicas e privadas, além do povo solidário em todo o país, persistia uma enorme gama de necessidades não atendidas. Negociações multilaterais e não formais passaram a ser rotineiras e todos perceberam que se fazia necessário definir áreas distintas de atuação aos envolvido para que, a partir da soma, o problema se aproximasse das soluções necessárias. De alguma forma, o problema foi fragmentado em frentes de trabalho distintas e os caminhos passaram a se estruturar rumo a uma saída efetiva. As ações entendidas e enfrentadas como complementares umas às outras e não como concorrentes resultaram em efetivo apoio à cidade.

Passados dois anos da tragédia, a situação se mostra bem diferente: a Prefeitura Municipal conta com uma estruturação do seu serviço como nunca teve antes; as obras de reconstrução já vêm sendo inauguradas, restituindo o ar da normalidade à vida cotidiana da cidade; as instituições de ensino puseram-se como consultoras técnicas para o processo de gestão do município e da reconstrução; as instâncias do patrimônio cultural puderam focar no seu viés específico; e a população local vai reconstruindo suas vidas na medida em que as oportunidades vão sendo restituídas.

Grupos e comportamentos

A situação de calamidade pública estabeleceu, com alguma clareza, os conjuntos de atores envolvidos. O primeiro deles foi o da comunidade local, maior e principal vítima da tragédia. Este grupo dividiu-se em dois: o dos moradores do Centro Histórico, que tiveram seus imóveis inundados e perderam a maior parte dos seus bens materiais, em geral da classe mais abastada da sociedade local; e o dos moradores do entorno, pessoas mais pobres, que vivem nos morros ao redor da cidade e que não foram atingidos diretamente pelas águas, mas pelas consequências do isolamento provocado pela enchente, como a interrupção dos serviços básicos e abastecimento de alimentos.

A relação entre esses dois grupos de moradores pode ser caracterizada pelo que se observou no momento da tragédia, enquanto os moradores do Centro Histórico iam sendo expulsos progressivamente pelas águas que subiam rapidamente, os moradores dos morros os abrigavam e alimentavam. Isolados nas partes altas, todos conviveram por vários dias repartindo cobertores e comida, fazendo com que a distância social se dissolvesse a cada gesto de solidariedade entre eles.

Em retribuição, e compartilhando a situação que de uma forma ou de outra atingiu a todos, o excedente de doações em apoio aos desabrigados foi sendo distribuído por todos os envolvidos. Não só entre os que perderam as suas casas, mas também entre os que precisavam de doações simplesmente pela sua condição social desfavorecida.

Destacou-se também outro grupo: o do Poder Público. Localmente, as autoridades juntavam-se aos que tiveram suas vidas pessoais atingidas, mas tinham de conduzir o processo de salvamento emergencial e de recondução da cidade à normalidade. Já as instâncias de Governo Estadual e Federal podiam apoiar contando com o diferencial do olhar externo sem terem sido afetadas diretamente.

A Prefeitura estava desarticulada para enfrentar a tragédia no primeiro momento. Sem sede, com os seus funcionários envolvidos no salvamento de suas próprias vidas e no salvamento coletivo, mantinha-se no dever que lhe recaía sobre as costas e abriu suas portas às colaborações das mais diversas origens. Assim pode se concentrar no apoio aos desabrigados e à limpeza dos logradouros públicos.

O Estado buscou restabelecer o mais breve possível os serviços essenciais de água, luz e telefone e de promover obras emergenciais na infraestrutura urbana, além de fornecer apoio aos desabrigados. Já o Governo Federal apressou-se em disponibilizar verbas para as ações necessárias das mais diferentes naturezas e consolidou sua principal ação por meio da sua instância de proteção do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que estruturou intervenções nas edificações danificadas e no apoio à comunidade local.

Por questões legais, todo o apoio disponibilizado pelas instâncias públicas foi sempre destinado à coletividade buscando rebater nas necessidades dos indivíduos dentro daquele contexto. Residiu aí, o maior empecilho à efetividade do apoio humanitário que se fazia necessário. Podemos exemplificar com a negativa, obtida por instâncias públicas de desenvolvimento e patrimônio cultural, em aprovar projeto de contratação de apoio psicológico emergencial aos moradores da cidade. As verbas emergenciais disponibilizadas, justificam, deveriam ser aplicadas em ações pertinentes à natureza da atuação de cada instituição e não em contratações que, apesar de serem necessárias, eram de natureza distinta.

Também é possível citar o grupo de instituições de apoio, como as universidades, públicas ou privadas, bancos e Ongs, que estiveram por lá desde o primeiro momento para ajudar no que estivesse ao seu alcance.

Para que os moradores pudessem receber esse apoio, foram montados diversos postos móveis no acesso principal à cidade. Entre eles, diversos serviços públicos, como a produção de novas vias dos documentos pessoais e cadastramento para acesso ao apoio financeiro do Estado, além de acesso às contas nos bancos e contato com os que vinham de fora e suas contribuições.

Por fim, o grupo da sociedade solidária, no qual podemos incluir a sociedade civil organizada local e os cidadãos de todo o país que contribuíram com doações, ou mesmo com a disponibilização do seu tempo e esforço, indo até a cidade para efetivar sua ajuda *in loco*.

Deste grupo, podemos destacar a atuação dos praticantes de *rafting* da cidade. Assim que as águas mostraram que continuariam a subir para além dos níveis comumente enfrentados pelo Centro Histórico, eles colocaram seus botes nas ruas e foram retirando todos os moradores de suas casas para lugares mais altos e seguros. Pelas janelas dos sobrados, e até pelos telhados, foram sendo removidos crianças, idosos e todos os moradores ilhados. Tratados como heróis, aqueles foram louvados pela ausência de mortes durante a tragédia.

Pudemos verificar que todos os grupos que definimos agiram sob a égide da responsabilidade, visto que não se negaram a colocar em prática aquilo que lhes cabia, ou que estava ao seu alcance. Os conflitos de interesse relatados, ao invés de levarem a situações de omissão, levaram a ocorrência de sobreposição de ação das partes. Isto apenas reforçou o interesse e envolvimento delas, isolando as divergências no campo dos interesses políticos e das disputas por protagonismo.

Políticas públicas em prática

A principal ação que traduz o compromisso com a reconstrução do cotidiano daquela cidade foi a definição de uma diretriz para os serviços e as obras em andamento naquele momento emergencial. As empresas a serviço do Iphan assumiram o compromisso de contratar mão de obra local, transformando em ação a responsabilidade social que lhes cabia naquele momento. A disponibilização de emprego ajudou a suprir parte da necessidade de geração de renda em meio a uma economia estagnada. Esta iniciativa também continha o viés da capacitação dos operários para lidar com os edifícios históricos, que

compõem o patrimônio cultural local: a base da economia da cidade pautada pelo turismo.

A necessidade de higienizar o mais breve possível as ruas e imóveis enlameados, e evitar a proliferação de doenças, fez com que os poderes públicos se apressassem em permitir que tratores, escavadeiras e caminhões removessem todos os destroços encontrados na cidade. As casas e sobrados que ruíram eram habitadas e, portanto, todos os pertences das famílias estavam entre os destroços e foram sendo, misturados à lama e sujeira, lançados ao lixão que ia sendo construído para sepultar os restos da tragédia. O discurso que se ouvia em todos os cantos era o das famílias que diziam ter perdido tudo, dos documentos pessoais às fotos de família e objetos de valor.

Foi então que o Iphan solicitou a paralisação dos serviços e a revisão dos procedimentos, acatado tanto pelo Governo do Estado quanto pela Prefeitura Municipal. Pela experiência acumulada em situações semelhantes e pela própria prática institucional, foi possível promover a limpeza dos imóveis e das ruas adotando o procedimento de salvamento das peças de valor. Assim também foi feito com as duas igrejas que ruíram, no sentido de buscar todos os elementos arquitetônicos dos edifícios destroçados e imagens sacras, possibilitando sua posterior incorporação às novas construções no momento de reconstrução, respeitando o desejo da comunidade local.

No entanto, o impasse do uso de recursos públicos para a atuação em bens privados se mantém. Enquanto durante a ação emergencial foi possível limpar, escorar e salvar os bens dos imóveis privados, quando das obras de reconstrução, a regra geral adotada pelas instâncias públicas tem sido disponibilizar financiamento facilitado, direcionado principalmente para as famílias de baixa renda.

Ainda hoje, muitos dos imóveis atingidos continuam à espera da solução dessa equação. Por um lado, os recursos públicos não são aplicados no que for de interesse particular, com algumas exceções previstas legalmente, por outro, os proprietários que não se enquadram nos critérios que caracterizam as famílias de baixa renda, e que também não dispõem de orçamento para bancar a reconstrução, observam impotentes o vazio onde antes estavam os seus lares.

Quanto aos edifícios públicos, como dito, a reconstrução das duas igrejas que ruíram foi caracterizada como a principal demanda da sociedade local. O que se pôde comprovar com a organização imediata de uma equipe volun-

tária em mutirão para a limpeza e salvamento da Capela das Mercês. Então, as instâncias técnicas envolvidas apressaram-se em iniciar os debates sobre as técnicas e formas a serem adotadas nos seus projetos. O Condephaat, Conselho estadual de proteção do patrimônio cultural, definiu, de forma geral[1], que os projetos para as igrejas poderiam apresentar uma "arquitetura contemporânea", reproduzir as formas do edifício arruinado ou recuperar a "solução estilística original", com a manutenção dos remanescentes. O Iphan estabeleceu apenas que deveriam ser respeitadas as volumetrias dos edifícios, do momento do seu arruinamento, desde que observada a reinserção dos remanescentes salvos. Por demanda da comunidade local, expressa inclusive em Audiência Pública, foi exigida a reconstrução das igrejas exatamente como eram, não deixando espaço para decisões de gabinete ou entendimentos técnicos especializados que pretendessem sobrepor o entendimento dos que têm aqueles bens como referência cultural imediata.

A participação direta dos envolvidos favoreceu a transparência nos posicionamentos e procedimentos adotados por cada uma das diversas partes, caracterizando-se como uma forma bastante eficiente de comunicação e compartilhamento de responsabilidades. Tanto a solução para a reconstrução das igrejas, quanto o próprio tombamento da cidade pelo Iphan foram alvo de Audiências Públicas e acolhidos pelos luizenses.

Desde o primeiro momento após a enchente, o Iphan, no âmbito de suas competências, estabeleceu a sua atuação em frentes distintas, relacionadas entre si, com o objetivo de promover a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga, associado a participação da comunidade local. Estas ações foram identificadas como ações emergenciais, ações de proteção e ações estratégicas.

Ações Emergenciais

Imediatamente após a inundação, o acompanhamento emergencial teve início com o deslocamento da equipe do Iphan em Goiás para a cidade para dar os primeiros apoios e dimensionar o tamanho da ação que seria necessária. Nesse período, o Iphan promoveu a orientação quanto ao salvamento de bens materiais e atendeu a dúvidas das equipes da Prefeitura Municipal e da população em geral quanto às consequências dos danos. A equipe de técnicos da

1 Resolução Condephaat SC-3, de 23 de fevereiro de 2010.

Superintendência do Iphan em Goiás, que trouxe sua experiência em Goiás Velho – inundada em 2001 –, foi mantida na cidade até que as estruturas locais conseguissem suprir o apoio necessário. O Iphan buscou articular a colaboração entre profissionais especializados, Prefeitura Municipal, Estado e demais poderes locais para a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade. Parte deste trabalho foi realizada no âmbito do Comitê Gestor do Patrimônio Cultural de São Luiz do Paraitinga.

Ainda nesse primeiro momento, foi contratada uma empresa especializada para a realização de serviços de limpeza, seleção de escombros, escoramentos e proteção das ruínas da Igreja Matriz, Capela das Mercês e de 20 imóveis públicos e/ou privados.

Nesse processo, houve a separação dos materiais reutilizáveis e o salvamento, proteção e armazenamento de ornatos, peças de devoção, forro, materiais de construção, como tijolos, etc. Este trabalho enfatizou o resgate e a restauração dos bens móveis e todas as imagens encontradas nos escombros foram restauradas, com destaque para a imagem de Nossa Senhora das Mercês, em terracota, Nossa Senhora das Dores, em madeira e o padroeiro da cidade, São Luiz de Tolosa, também em madeira. Durante os trabalhos, também foi achada uma "Cápsula do Tempo" em meio a uma das paredes de taipa arruinadas, com um conjunto de documentos do começo do século passado. O material foi salvo e restaurado pelo Iphan sendo posteriormente devolvido à Diocese de Taubaté.

O serviço de salvamento emergencial foi finalizado em outubro de 2010, com a execução de estruturas de cobertura com o fechamento em tela na Igreja Matriz (Figura 1) e na Capela das Mercês. Com a mesma volumetria das edificações arruinadas, estas intervenções visavam à proteção dos remanescentes em taipa de pilão e a proteção das novas edificações durante o processo de construção, buscando minimizar o impacto da ausência daqueles edifícios monumentais na paisagem local a partir de sua recomposição volumétrica.

É importante destacar que no desenvolvimento da obra, além da contratação de mão de obra local comprometida com a geração de empregos para redinamização da economia da cidade, houve a participação colaborativa da comunidade. A localização precisa das peças sacras em meio aos escombros, por exemplo, foi indicada por populares que acompanhavam o desenvolvimento dos trabalhos no programa "Canteiro Aberto". O Programa foi resul-



FIGURA 1 Estrutura metálica concluída na Igreja Matriz. Foto: Liliane Vieira, 2010.

tado da experiência anterior do Iphan em Goiás e consistia na visita guiada, por questões de segurança, da população ao canteiro de obras, permitindo que acompanhassem passo a passo o que estava sendo feito e criando mecanismos de colaboração efetiva. A demanda de colaboração da comunidade foi tamanha que favoreceu a substituição progressiva dos tapumes da obra por alambrados, permitindo o acompanhamento dos trabalhos em tempo real pelos que ficavam de fora.

O Iphan ainda promoveu a articulação entre o Bndes e o Instituto Elpídio dos Santos para a realização de intervenções emergenciais em alguns imóveis. A saber: na Casa de Oswaldo Cruz (Figura 2), tombada pelo Iphan em 1956; na Igreja de Nossa Senhora do Rosário; e na sede do Instituto Elpídio dos Santos (Ies).



FIGURA 2 Intervenção emergencial na casa Oswaldo Cruz. Foto: Leonardo Falangola, 2010.

Ações de proteção

Desde a década de 1970, o Iphan vinha estudando a cidade de São Luiz do Paraitinga e seu patrimônio cultural. Os estudos feitos pelo Luís Saia com o arquiteto Antônio Gameiro e o historiador Jaelson Trindade, vinculados ao Iphan, foram a base para o tombamento estadual de parte daquele conjunto, em maio de 1982[2].

Em 2007, os estudos do Iphan foram retomados pelo historiador Jaelson Trindade que concluiu pela indicação ao tombamento federal, em dezembro de 2009, menos de um mês antes da enchente que destruiu parte daquele Centro Histórico. Após a catástrofe, já em 2010, o processo precisou ser revisto para adequação à nova realidade do conjunto, admitindo os impactos da enchente nos espaços da cidade e para que o evento fosse incluído no registro da história do lugar.

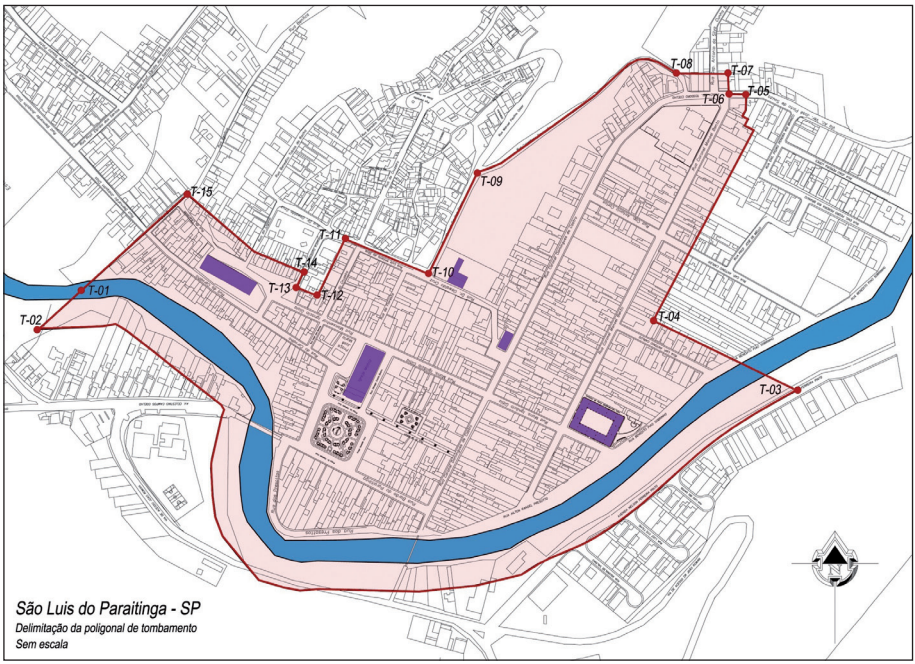
Ainda em 26 de março de 2010, o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga foi tombado provisoriamente pelo Iphan[3] e, no dia 10 de dezembro daquele mesmo ano, o Conselho Consultivo do Iphan aprovou a proposta de tombamento definitivo do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga como patrimônio cultural brasileiro. O processo de tombamento foi fundamentado no elevado valor histórico e paisagístico, e o conjunto tombado foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O conjunto urbano tombado engloba cerca de 400 imóveis (Mapa 1) e trecho do Rio Paraitinga, que cerca a cidade. Foi definido ainda um perímetro de entorno, que passa pela cumeada dos morros envoltórios, a fim de que sejam resguardados os valores paisagísticos identificados no sítio.

O tombamento do conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga gerou ações de natureza estrutural. A saber: o início do Inventário Nacional de Referências Culturais (Inrc), com prioridade para a Festa do Divino; o início da aplicação do Sistema de Conhecimento e Gestão (Sicg) para subsidiar a elaboração de normativa para o conjunto urbano tombado; o desenvolvimento de projetos de capacitação de recursos Pronac para restauro, conservação e reconstrução de imóveis situados no polígono de tombamento; e a realização de laboratórios e oficinas de restauração, oficinas de capacitação para conservação de edificações, ações de educação patrimonial.

2 Resolução Condephaat SC-55 de maio de 1982.

3 Diário Oficial da União, n.º58 – Seção 3, pág. 14, de 26 de março de 2010.



MAPA 1 Delimitação da poligonal de tombamento.

Ações estratégicas

Visando a consolidação da presença institucional no município e o apoio à estruturação e consolidação de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural local, o Iphan adotou como diretriz estratégica de atuação na cidade a aplicação da metodologia de planejamento vinculada ao Plano de Ação das Cidades Históricas (Pac-Ch) e a implantação de um Escritório Técnico no município para melhor articulação, execução e monitoramento das ações institucionais no local.

O Plano de Ação começou a ser implantado nacionalmente pelo Iphan ainda no ano de 2009, com o objetivo de atender aos municípios onde estão situados os bens tombados por este Instituto. O programa resultou da troca de experiências e trabalhos conjuntos com outras instituições e programas de planejamento e gestão, sempre com foco no patrimônio cultural. Aderiram ao Plano de Ação, em um primeiro momento, 173 cidades em todo o território nacional, no Estado de São Paulo foram 12 municípios. Várias ações de preservação e estratégias de desenvolvimento locais foram pensadas ao longo do primeiro ano de trabalho a partir de estudos dos municípios participantes.

São Luiz do Paraitinga se inseriu entre as cidades históricas beneficiadas pelo Pac – Cidades Históricas. A sua adesão ocorreu em janeiro de 2010, logo após a enchente. Com base nela, os técnicos do Iphan, em conjunto com representantes da Prefeitura, e em compatibilidade com o Plano Diretor da cidade, desenvolveram planos para melhoria das condições urbanas, tais como enterramento de fiação, obras de contenção de encostas e de prevenção de novas enchentes no Rio Paraitinga. As atividades foram planejadas para serem executadas de forma continuada, por um período de quatro anos, com estratégias de implantação e participação das três instâncias do poder público, além da participação de órgãos não governamentais e da sociedade civil em todo seu processo.

Como resultado do processo de planejamento, foi definido um conjunto de ações os quais destacamos aqueles sob responsabilidade do Iphan. A primeira e principal ação elencada foi a reconstrução da Capela das Mercês, que teve o projeto elaborado pelo próprio corpo técnico deste Instituto, seguindo a diretriz de devolução à comunidade em menor prazo, o que condicionou as escolhas técnicas adotadas. A construção se deu em nove meses, quando a expectativa era de entrega em doze meses. Em seguida, podemos citar o convênio firmado entre o Iphan e o Instituto Elpídio dos Santos (Ies) para o Restauro da Igreja do Rosário e da Casa de Oswaldo Cruz, com a implantação do Memorial da Reconstrução e instalação de bosque para uso público, além da reconstrução de dois imóveis privados de famílias de baixa renda. Ainda está acordado e aguardando novas definições institucionais a implantação do financiamento de imóveis privados pelo Iphan.

Outras ações relevantes são as que tratam de estudar e estruturar planos, projetos e obras que permitam salvaguardar a cidade de outras enchentes de grandes proporções como a de janeiro de 2010. Ações emergenciais das diferentes esferas de governo promoveram a contenção de encostas e estão trabalhando as margens e a calha do Rio Paraitinga. Estão sendo feitos o seu derrocamento e desassoreamento, e estudadas e discutidas as propostas de "polderização"[4] e construção de barragem que regule o fluxo do Rio.

A implantação de um Escritório Técnico provisório do Iphan na cidade teve, como objetivos específicos, oferecer esclarecimentos à população local

4 Construção de um muro separando a cidade do rio para protegê-la da elevação do seu nível.

quanto à salvaguarda do patrimônio cultural da cidade; exercer as atividades de licenciamento e fiscalização do conjunto urbano tombado; e supervisionar os trabalhos contratados. O Escritório se insere na proposta de gestão compartilhada do sítio histórico que vem sendo discutida, já aplicada no âmbito técnico em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado e as Secretarias Municipais. Estão em trâmite atualmente solicitações para a efetivação de Escritório Técnico definitivo da instituição para acompanhamento do sítio tombado.

O Iphan vem atuando na preservação, divulgação e fiscalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga a partir de diversas parcerias a fim de salvaguardá-lo de novas tragédias e garantir sua permanência para as gerações futuras.

O IPHAN em situação de emergência

Diante do exposto, caracterizamos como eficaz a ação institucional em São Luiz do Paraitinga. Esta experiência emergencial, no contexto e somada às demais vividas pelo Iphan em sua história, ajudou a compor o bojo do que entendemos ser um importante passo para a constituição de uma ação sistematizada e proativa voltada a outras emergências que envolvam o patrimônio cultural e que eventualmente serão enfrentadas por esta instituição no futuro.

Para isso, verificamos a necessidade de sistematização desta e de outras experiências do Iphan pelo país que permitam a construção de um Plano de Crises para situações de emergências. Não resta dúvida de que o Instituto conta com profissionais e experiências que constituem o arcabouço necessário para a montagem de um comitê que poderá pensar e propor tal Plano, inclusive compondo "brigadas" que se distribuam pelo território nacional. Necessária também será a previsão orçamentária anual para que haja a possibilidade de resposta rápida e eficaz em situações similares permitindo a atuação do Comitê e a execução do Plano de Crise aplicado às especificidades da situação vigente.

O Iphan conta com importantes parceiros que podem se tornar agentes financiadores dessa ação e parceiros técnicos locais, nos diversos municípios onde se localizam os bens tombados, que poderão construir redes de proteção do Patrimônio dentro do que prega o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (Snpc), vinculado ao Sistema Nacional de Cultura (Snc), do Ministério da Cultura, atualmente em implantação.

Área central histórica da cidade de Rio Branco: o desafio da proposição do tombamento em nível nacional a partir das políticas públicas locais

Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho



Resumo

Os estudos em desenvolvimento para o tombamento em nível nacional da área central histórica de Rio Branco se deparam com os desafios impostos a partir dos efeitos (e falta deles) das políticas públicas comumente empregadas na realidade local. A despeito dos avanços das ações governamentais sobre o patrimônio cultural, o atual cenário impõe grandes obstáculos. Seja numa dimensão político-administrativa; seja pelos instrumentos jurídicos de proteção, como as alterações drásticas de legislações que desfavorecem a salvaguarda do patrimônio cultural; seja pela ausência de estudos aprofundados sobre os valores patrimoniais; seja pelas ações gentrificadoras que resultaram num pastiche alheio à cultura local, entre tantos outros aspectos; o planejamento e a gestão ocorridos se apresentam como grandes desafios para o Iphan na construção de uma proposição de tombamento para o referido núcleo urbano.

Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho é arquiteto e urbanista formado pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda, especialista em Gestão e Política Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Técnico do IPHAN, já foi lotado nas Superintendências do IPHAN no Ceará e no Acre. Atualmente é Chefe do Escritório Técnico de Icó, Ceará.

Imagem da página anterior
Acre. Acervo Copedoc/ IPHAN.

Os estudos em desenvolvimento para o tombamento, em nível nacional, da área central histórica de Rio Branco se deparam com os desafios impostos a partir dos efeitos (e falta deles) das políticas públicas comumente empregadas na realidade local. A despeito dos avanços das ações governamentais no Acre sobre o patrimônio cultural, o atual cenário impõe grandes obstáculos. Seja numa dimensão político-administrativa, seja pelos instrumentos jurídicos de proteção – como as alterações drásticas de legislações que desfavorecem a salvaguarda do patrimônio cultural – seja pela ausência de estudos aprofundados sobre os valores patrimoniais, seja pelas ações gentrificadoras que resultaram num pastiche alheio à cultura local. Entre tantos outros aspectos, o planejamento e a gestão ocorridos se apresentam como grandes desafios para o Iphan na construção de uma proposição de Tombamento para o referido núcleo urbano.

Breve relato sobre o processo de estudos para a proteção da área central histórica de Rio Branco/AC

Os estudos de proteção da área central histórica de Rio Branco possuem marcos de diversas tentativas de sua efetivação. De cada ação surgiu, como uma necessidade sucessiva para superação e como solução alternativa, a não efetivação desses estudos, seja por problemas burocráticos, seja por costuras interinstitucionais e intergovernamentais que não vingaram.

De início, tem-se a ação mais antiga, datada de 2009, que nasceu paralela a própria Superintendência Estadual do Iphan no Acre. Essa ação foi iniciada através de uma licitação e de contratação de pessoa jurídica, realizada na então 16ª Superintendência Regional de Rondônia/Acre (16ª SR – RO/AC). Nessa ocasião, foi vencedor o Iel – Instituto Euvaldo Lodi, núcleo regional de Rondônia. Por questões burocráticas junto ao contrato, não foi possível a efetivação da ação através dessa empresa.

A segunda tentativa foi realizada a partir de setembro de 2010, na proposição do Iphan/AC de assinar um Termo de Cooperação Técnica com os governos municipal de Rio Branco e estadual do Acre, representados, respectivamente, pela Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – Fgb e Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – Fem, conforme dados do Processo nº. 01423.000157/20120-15. Por motivos de prioridades de agenda de cada fundação, tal proposição não foi celebrada e, consequentemente, não executada.

O terceiro momento desses estudos está ancorado na produção própria do Iphan/AC ao desenvolver, ainda que preliminarmente, versões de fichas próprias do Sicg – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, basicamente nas informações históricas locais de Rio Branco e na proposição de uma pré-setorização para esta mesma cidade histórica. A confecção dessas fichas se deu a partir da atuação da Técnica/Historiadora e do Técnico/Arquiteto, além da contribuição da consultora do Pach – Plano de Ação para Cidades Históricas, a qual tinha como produtos de seu contrato e de remuneração a confecção de informações a partir do Sicg para a cidade histórica de Rio Branco.

Tal versão preliminar perdurou durante todo o ano de 2011, com algumas revisões e amadurecimentos, pois a quarta proposição está alicerçada na contratação de pessoa jurídica para revisão do material produzido e complementação. Em junho desse ano, ocorreu a visitação do então Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Dalmo Vieira, ao Acre, o que ocasionou na inclusão da cidade histórica de Xapuri nesse processo licitatório e contratual de produtos. Apenas em novembro de 2011, foi realizada uma nova licitação, a qual teve como vitoriosa a empresa Cult Consultoria para o desenvolvimento dos referidos estudos, os quais se encontram em andamento desde dezembro desse ano.

Motivações dos estudos/eixos temáticos

De acordo com as novas concepções do Depam de apreensão do patrimônio cultural brasileiro, foram desenvolvidos diversos eixos temáticos que compõem o vasto repertório dos valores e da significância cultural existentes no território nacional. A partir dessa perspectiva, novos olhares foram lançados em busca do processo de identificação e de demais medidas de proteção dos bens a serem reconhecidos.

No que tange o estado do Acre, os eixos temáticos traçados pelo Iphan se comunicam diretamente a partir da Bacia do Rio Amazonas, seja pelos eventos históricos no que se refere à Batalha da Borracha, seja na Ocupação Territorial pelo próprio Rio Amazonas e seus afluentes. Tudo isso tem uma reverberação na constituição da paisagem cultural, da geografia natural, dos caminhos históricos (vias fluviais), no processo econômico da borracha e, por conseguinte, na constituição dos conjuntos urbanos e rurais edificados e no modo de vida de forma geral.

Associado à concepção própria do Depam, o Iphan/AC propôs o acréscimo temático para a apreensão sistêmica das ocorrências locais que dialogam, em nível nacional, com outros estados. Trata-se, portanto, das questões ligadas à expansão da fronteira agropecuária e de minérios do país a partir da Geopolítica Nacional. Tal condição levou ao atual estado do Acre, um dos Territórios Federais que existiam na fronteira terrestre brasileira. Desse modo, observam-se as novas abordagens que enveredam a pluralidade cultural e as manifestações do patrimônio brasileiro, no qual o Acre desponta como parte integrante e essencial.

Sobre a Metodologia aplicada aos estudos

Para o desenvolvimento dos estudos de proteção da área central histórica de Rio Branco, foi eleito o Sicg como metodologia e instrumento principal. Com isso, aspectos históricos e arquitetônicos urbanísticos foram utilizados, preliminarmente, para a construção de conteúdo parcial de dois de seus módulos: o de Conhecimento e o de Gestão. Com a contratação de Pessoa Jurídica para a continuidade desses estudos, serão aprimoradas as informações e complementadas, além de executado o terceiro módulo do Sistema, o de Cadastro.

Desse modo, além das questões associadas aos fatos, às temporalidades, às personagens e demais elementos de composição histórica, foram também observadas questões de ordem arquitetônica e urbanística, numa análise crono-morfo-tipológica. Associada a tais condições, o conceito e metodologia de análise urbana de Unidade de Paisagem (Silva, 2007) foi essencial para a leitura espacial do território abordado. Por fim, foram acrescentados aos estudos em desenvolvimento mapas temáticos resultantes das diversas possibilidades de análise de valores patrimoniais contidas no perímetro da área central histórica. A força do Rio Acre na constituição da paisagem, a existência de espaços públicos livres, vegetação urbana, mercados públicos, temas e categorias de identificação do patrimônio cultural edificado e do patrimônio urbanístico, entre tantos outros aspectos, foram identificados mapa a mapa e os resultados expõem a pluralidade e a multifacetada constituição do repertório cultural desse lugar.

O território inicial dos estudos partiu das ideias já lançadas por diplomas legais do Governo do estado do Acre e do município de Rio Branco, com perímetros definidos de sítios históricos e de zona de proteção histórico-cultural associados às porções territoriais da origem e formação da cidade.

Considerações sobre as políticas públicas locais

Neste capítulo, serão discorridas algumas constatações nas políticas públicas locais, seja pelo estado do Acre, seja pelo município de Rio Branco, em função da elaboração dos estudos de proteção da área histórica central em apreço desde o segundo semestre de 2010. Aspectos como as legislações criadas, seu conteúdo e a sua aplicabilidade, como o plano nacional de políticas públicas para o patrimônio cultural, como o discursos e práticas políticas em função das memórias e das identidades rio-branquenses, como os gestos participativos, entre outros temas, são abordado, caso a caso, no conteúdo a seguir.

Destaca-se que muitas das questões lançadas na sequência são comuns às práticas consolidadas em várias Superintendências pelo Brasil. No entanto, faz-se necessário a real compreensão das questões locais para a pontuação e destaque a cada constatação. Trata-se, portanto, de um panorama que mapeia onde o Iphan/AC se situa e a partir de quê as ações da Superintendência Estadual no Acre têm seu ponto de partida para a efetivação de suas práticas.

Sobre as áreas de proteção à luz das legislações locais

As práticas institucionalizadas sobre o patrimônio cultural no Acre são bastante recentes. Datam do início da década de 1980 as primeiras solicitações ao Iphan de tombamento de bens imóveis, bem como das declarações e aberturas de processos para tombamento pelo estado do Acre e pela prefeitura municipal de Rio Branco. Para além do edifício isolado, apenas em 1999 foram publicadas as Portarias do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico Cultural (Cephc) nº. 03 e nº. 04, de 04 de julho de 2000, referentes à criação dos Sítios Históricos do 1º e 2º Distritos, respectivamente. Isso significou o reconhecimento de uma expressiva porção territorial e a sua constituição física, a natural e a agenciada pelo homem, ligada diretamente à origem e à formação dessa cidade. Essas portarias perduraram por quase uma década e seu efeito preservacionista foi ratificado com as publicações dos Editais de Notificação em 10/02/2012 e em 25/02/2010, a respeito do processo de Tombamento dos sítios históricos do primeiro e do segundo distrito, respectivamente. Tal condição informava, aos proprietários privados e públicos dos imóveis contidos naquele perímetro, do interesse do governo estadual na proteção do patrimônio cultural que cada bem notificado compunha, tanto o uso como a posse.

Nesse mesmo ano, foi publicada a Resolução nº. 19, de 30 de junho de 2010, do Cephc, que revogou, em seu Art. 3º, as portarias que criaram os sítios

históricos do primeiro e segundo distritos e extinguiu os processos de tombamento dessas áreas, registrados nas notificações publicadas em fevereiro desse mesmo ano. Ela oficializou a abertura de processo para tombamento de bens contidos no perímetro extinto, o que resultou em dois conjuntos urbanos e treze imóveis individuais.

Em paralelo a esse processo, na instância local, foi publicado o Plano Diretor Participativo Municipal de Rio Branco, através da Lei nº. 1.611/2006. Esse instrumento de política urbana traz, pela primeira vez a capital acreana, a contribuição para a proteção do patrimônio cultural arquitetônico, urbanístico e paisagístico, criada a partir de duas dimensões. A primeira está no zoneamento urbano, em específico na Zona de Proteção Histórica e Cultural – ZPHC (ver Figura 1), correspondente ao núcleo inicial de formação da cidade. A segunda, está na identificação das áreas especiais, representadas pelas Áreas Especiais

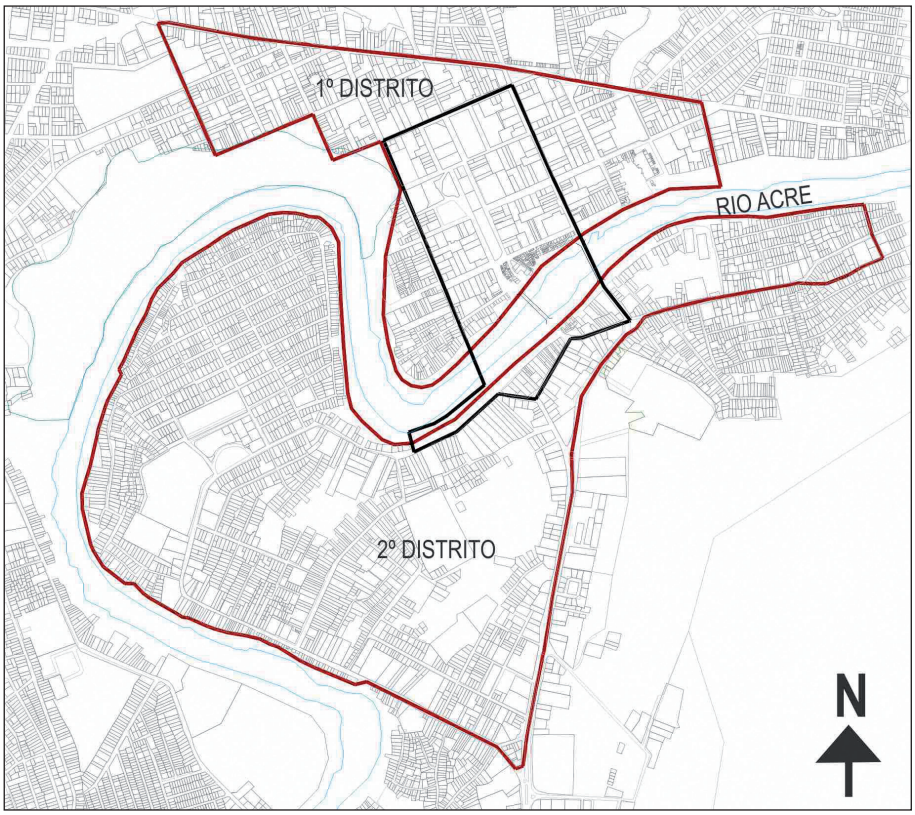


Figura 1 Limites dos perímetros dos Sítios Históricos (vermelho) e da ZPHC (preto), sem escala. Fonte: IPHAN/AC, 2011.

de Interesse Histórico-Cultural (AEIHC), pontuadas por sítios e equipamentos que não constituem necessariamente uma porção territorial adequável a uma zona urbana, como também ultrapassam o limite da área central histórica de Rio Branco e se encontram espalhado pelo território municipal.

Em 18 de dezembro de 2008, o referido Plano Diretor foi alterado pela Lei nº. 1.727, o que acarretou consequências drásticas e negativas para a ZPHC. Especificamente nessa Zona Urbana, os parâmetros urbanísticos contidos na versão do diploma legal de 2006 dialogavam mais respeitosamente com os critérios preservacionistas de uma porção territorial constituída por valores históricos e culturais. Na alteração de 2008, por exemplo, o gabarito que era de quatro em 2006, passou a ser de doze, como também o coeficiente de utilização de um passou a ser quatro. Desse modo, os parâmetros urbanísticos potencializados permitem a renovação urbana e a transformação (e supressão) dos aspectos morfológicos e tipológicos da constituição física que são os suportes dos valores históricos e culturais evidenciados pelo próprio Plano Diretor.

Diante dessas constatações, tanto das normas estaduais (e suas extinções), como das municipais, percebe-se a instabilidade da vigência de cada diploma legal referido. Parte deles foi extinta, sem quaisquer critérios claros e estruturação substitutiva, e parte foi alterada tendo como resultado uma proposição desconexa das políticas de patrimônio cultural. Além disso, o próprio Plano Diretor, instrumento maior de política urbana municipal, traz textualmente intenções plurais de funções sociais da propriedade e da cidade, do direito à cidade, do desenvolvimento sustentável, entre tantos outros princípios, que não se desdobram na prática da gestão, nem são materializados nas regulamentações de seu conteúdo em outros diplomas legais específicos. Por exemplo: os instrumentos políticos e jurídicos de política urbana nele contidos, são essenciais para o exercício do planejamento e de gestão urbanos em Rio Branco, como também para a salvaguarda do patrimônio cultural. É preciso, portanto, superar as vulnerabilidades de criações e supressões dessas normas e fortalecer as políticas públicas locais para que as leis, decretos, portarias, resoluções, entre outros, possam regrar tais políticas, bem como serem frutos coerentes desses esforços e não serem instrumentos submissos a ações unilaterais intempestivas, arbitrárias e desconhecidas. Condições que distanciam os seus efeitos positivos sobre a matéria a que se referem.

O Plano de Ação para Cidades Históricas – PACH

O Pach, programa federal de planejamento e gestão do patrimônio cultural lançado nacionalmente em 2009 envolvendo dezenas de cidades históricas brasileiras, contemplou a cidade histórica de Rio Branco, cujas atividades foram iniciadas a partir do primeiro semestre de 2010. Com uma nova linguagem que associa questões de planejamento urbano e regional e de gestão pública voltadas para o patrimônio cultural, interinstitucional e intergovernamental, além da participação social no intuito de se desenvolver ações integradas e compartilhadas, o Plano de Ação foi iniciado, porém não foi desenvolvido adequadamente no caso rio-branquense.

A falta de apreensão do Pach por parte dos órgãos públicos envolvidos, a ausência do Governo do estado do Acre e o afastamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco desse processo enfraqueceram a construção do que seria um produto inusitado e estruturador para as políticas do patrimônio cultural no Acre. Políticas, vale salientar, recentes e ainda a serem fortalecidas.

Entre julho e dezembro de 2010, o Iphan/AC protagonizou a "construção do Pach" através de consultoria local contratada para atuar no acompanhamento da elaboração do Plano, mas assumiu a estruturação da maior parte de seu conteúdo. Torna-se clara a inobservância aos preceitos de elaboração do plano, confeccionado unilateralmente, quando, na verdade, deveria ser fruto de forças e agentes múltiplos em prol do patrimônio cultural no Acre. E essa força seria protagonizada pelo papel da Prefeitura de Rio Branco, já que se tratava do plano para essa cidade histórica, e coordenada pelo Iphan/AC, como agente promotor. Em maio de 2011, a Prefeitura Municipal de Rio Branco – através de uma nova composição técnica dos gestores da Fundação Municipal de Cultural Garibaldi Brasil (Fgb) – retomou os contatos para a continuidade das atividades do Pach. Este último suspiro, porém, foi dado em função da má compreensão acerca da concepção do plano e, especialmente, em função de uma deturpação acerca do entendimento da origem das fontes de recursos financeiros para cada proposição elencada. O que seria uma grande e efetiva oportunidade de se pensar e agir conjuntamente nas questões do patrimônio cultural em Rio Branco, atualmente está arquivado e sem perspectivas de reinício, todavia à espera do despertar de uma reoxigenação dos ideais e das priorizações dos gestores públicos locais.

As obras de Revitalização

No início da década de 2000, uma série de obras aconteceu na área central histórica de Rio Branco protagonizadas pelo governo estadual. Das intervenções resultaram a requalificação dos espaços públicos livres, a exemplo de praças, ruas, calçadas e calçadões que margeiam o Rio Acre. Nesse processo, incluem-se as edificações de interesse histórico-cultural que existem nesse território. O Palácio do Governo, o Mercado Velho e as fachadas das Ruas Epaminondas Jácome e Eduardo Assmar, foram, por exemplo, alvo de intervenção. Essas ações vislumbraram, acima de um investimento na infraestrutura e na "estética" da paisagem urbana, o discurso político dos gestores daquela época, ancorado no resgate identitário e na promoção da autoestima dos acreanos.

Como resultado dessas ações sobre o patrimônio cultural tem-se a evidenciação de alguns bens edificados de relevante interesse histórico-cultural que passaram a ter visibilidade em relação à área central, à paisagem da cidade e, principalmente, à sociedade. Outro destaque se faz à desobstrução da ocupação marginal do Rio Acre, onde a nova configuração espacial é fruto da remoção de construções inadequadas que, por décadas, se instalavam às suas margens, numa situação precária. Com isso, se devolveu a comunicação direta com esse curso d'água, através da devolução do descortino da visada da paisagem.

Por outro lado, as referidas obras trouxeram como resultado, um ambiente de cenografia, de invenção de um "centro histórico" ou de um "núcleo antigo". Especificamente nos conjuntos urbanos da Rua Eduardo Assmar (conhecida popularmente como Conjunto urbano da Gameleira) e da Rua Epaminondas Jácome (chamado também de conjunto urbano do Novo Mercado Velho), os elementos construídos passaram a existir, sem quaisquer critérios claros, técnicos e eruditos de possíveis "restauros", ou "reconstrução". Muitas das fachadas criadas (e em muitos casos as intervenções se limitaram, literalmente às fachadas) não possuem qualquer relação histórica e social com a cidade, a não ser o vínculo com a própria ação política dos gestores públicos da época, autores dessas obras e do discurso de identidade e de autoestima. É exatamente e apenas isso o que as estruturas físicas, fruto dessas intervenções, testemunham no panorama histórico de Rio Branco.

Além dos aspectos resultantes do falso histórico e do pastiche para o conjunto urbano há, atualmente, também as questões envolvidas pela gentrificação. Várias atividades existentes no Mercado Velho, por exemplo, foram

suprimidas em função de um apelo turístico e mercadológico e, por conseguinte, enobrecedor, daquele lugar. Ademais, a despeito da devolução de comunicação visual direta com o Rio Acre, muitas atividades fluviais e portuárias, como o transporte de pessoas e de mercadorias, foram suprimidas, ou estão até hoje negligenciadas e não inseridas nesse processo de requalificação urbanística. O exemplo mais recente é a revitalização do Mercado dos Colonos, reinaugurado em 2010, que em sua maior área útil passou a servir bares e restaurantes sofisticados e não mais do comércio agropecuário dos pequenos produtores (Ralph, 2011).

Sobre as áreas de entorno

Desde a década de 1980, os governos do estado do Acre e do município de Rio Branco desenvolvem ações de tombamento, ou de recomendação e de abertura de processo, para bens edificados isoladamente ou de conjuntos. Em nenhum dos bens dessa prática de quase trinta anos, houve definição de área de entorno, o que ocasiona uma série de problemas de descaracterização da ambiência e da obstrução do descortino ao cone de visada principal que se estabelece em relação ao edifício tombado, além da leitura simbólica que se possa estabelecer na visibilidade a partir desses bens protegidos.

Embora existam as normas de patrimônio cultural municipal pela Lei nº. 1.677/2007 e estadual pela Lei nº. 1.294/1999, onde em ambas versam no Art. 23 sobre as questões associadas a importância da proteção da visibilidade do bem, o qual ratifica o exposto no Art. 18 do Decreto-Lei nº. 25/1937, ainda se carece de melhor instrução dos processos que são submetidos ao tombamento. É preciso também fortalecer o licenciamento em controle urbanístico e a atuação dos órgãos gestores do patrimônio cultural local com instrumentos legais claros e eficazes para a prática preservacionista. Um exemplo emblemático dessa condição está na aprovação recente por parte da Fundação Estadual de Cultura (Fem) de uma obra polêmica e, consequentemente, descontextualizada das necessidades de proteção morfo-tipológica da área de entorno, em área de vizinhança de bem tombado, este último chamado de Casarão (Albuquerque, 2010; Sant'Ana, 2010). Para tanto, se faz necessário estabelecer objetivamente regras específicas para contribuir na gestão do patrimônio cultural com a criação e a regulamentação dessas áreas.

A "Acreanidade" e a "Florestania": as invenções e as reinvenções do Acre

Esses dois neologismos foram (e são) aplicados massivamente pelos governos locais desde 1999, desses, protagonizando essas ações o Governo da Floresta, autodenominação do Governo do Estado. Num discurso de fortalecimento da identidade e da autoestima acrianas, os gestores públicos utilizaram principalmente das referências históricas e culturais que se associam diretamente ao "patrimônio" material e imaterial existente ou que, em muitos casos, passou a existir.

Dessa forma, personagens da história acreana associadas às lutas, às conquistas, ao litígio territorial, ao martírio, às questões "florestânicas" foram incorporadas às narrativas oficiais do poder público como marcos definidores das temporalidades e do heroísmo no decorrer da existência do Território Federal ao Estado. Ademais, as intervenções físicas na constituição da cidade trouxeram à tona espaços livres e edificações, seja por revitalização, seja por rebatismos, seja por uma inventividade de um cenário de pastiche que alude ao núcleo urbano e aos primeiros bens arquitetônicos fundadores de Rio Branco. Além disso, referências religiosas de ocorrências locais e manifestações artísticas da "tradição" da cultura popular são dois exemplos das diversidades histórico-culturais que emergiram desde o início dessas ações, ora pela invenção, ora pela reinvenção desses referenciais (Morais, 2008).

Sobre o funcionamento dos órgãos gestores do patrimônio cultural

Durante a execução dos estudos preliminares para proteção da área central histórica de Rio Branco, entre 2010 e 2011, constatou-se a deficiência de mão de obra especializada nessa área, seja pela quantidade, seja pela qualidade de composição do quadro técnico em cada órgão público e suas repartições. Dos profissionais que atuam nessa área, há uma necessidade de formação acadêmica e técnica específica para atender às demandas crescentes na área de patrimônio cultural. Quadros em arquitetura e urbanismo, antropologia, arqueologia, entre outros, praticamente inexistem, como também praticamente inexistem os investimentos para a qualificação e a especialização do corpo técnico das equipes de cada órgão gestor do patrimônio cultural.

Conselhos e Câmaras desarticuladas ou inativas

As entidades, no nível participativo, criadas no organograma da gestão pública local que dialogam diretamente com as questões do patrimônio cultural estão desarticuladas ou inativas na realidade local. O Conselho Municipal de Urbanismo – Cmurb, criado pelo Plano Diretor de Rio Branco em 2006, tem em seu blog uma nota que alude a uma convocatória no início do ano de 2011, que registra também a última postagem (Cmurb, 2011). Outra procura de informações por parte do Iphan/AC acerca desse Conselho foi através do Ofício nº 126, de 15 de setembro de 2011, enviado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana – Smdgu, da qual, até hoje, não houve resposta.

No que tange aos temas específicos do patrimônio cultural, relata-se a experiência da Câmara Temática Municipal de Patrimônio Cultural, integrante do Sistema Municipal de Cultura em Rio Branco. Essa Câmara, no exercício de 2011, realizou apenas três convocatórias, das quais só uma foi realizada a sessão, em 31.05.2011, sendo as outras canceladas pela inexistência de quórum mínimo para seu início, em 09.06.2011 e 11.10.2011. Por último, registra-se que em todo o ano de 2011, para o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural, houve apenas uma convocatória através do Ofício Circular nº. 01/2011, de 04 de novembro de 2011. Pela ausência de quórum mínimo, a sessão foi cancelada, até hoje não tendo sido convocada outra reunião.

Ausência de procedimentos técnicos na intervenção dos bens arquitetônicos e urbanísticos

Na década de 2000, diversos bens arquitetônicos e urbanísticos sofreram intervenção de revitalização. Nas pesquisas realizadas desde 2010 pelo Iphan/AC em busca de informações sobre o processo de intervenção, a partir de estudos pré-projetuais, de estudos históricos, de danos e patologias, dos ofícios tradicionais, de prospecção, bem como os documentos pós-projetuais, como livro de memória de obras, relatório fotográfico da obra, dossiês, ou até mesmo publicação, praticamente inexistem. Como também inexistem os jogos de pranchas e outros desenhos técnicos da proposição de intervenção, ou registro da opção teórico-metodológica, à luz da Teoria do Restauro, do autor da obra para justificar sua ideia.

Não se sabe, porque não se tem registros da proposição, do antes e do resultado, se em alguns casos trata-se de reconstrução, de restauro, de rear-

quitetura ou se outro termo erudito tenha sido empregado adequadamente. Estudos físicos, químicos, biológicos sobre os materiais, técnicas construtivas e sistemas construtivos, além dos ensaios laboratoriais e *in loco* para intervenção, até hoje não foram identificados nas pesquisas. Estudos de anastilose, de registro do vestígio material, de janelas de testemunhos, são praticamente inexistentes. Vulgarmente é atribuído às obras que sofreram intervenção, o título de "restauro". Esse uso batiza indevidamente obras muitas vezes detentoras de resultados de pastiche de falso histórico, o que fere racionalmente os princípios da Teoria do Restauro.

Ausência de uma visão ampla do repertório do patrimônio cultural rio-branquense

A apreensão do repertório, das referências e das ocorrências do patrimônio cultural em Rio Branco, seja pelo governo estadual, seja pelo governo municipal, ainda é muito superficial. O que agrava essa condição é a associação de identidade cultural à "invenção e reinvenção" das coisas patrimonializadas nas políticas públicas nos últimos anos. Em relação à visão sistêmica e temática, ainda há diversas necessidades de se apreender com maior solidez e profundidade as múltiplas ocorrências nas variadas temporalidades acrianas. Serão destacadas, portanto, algumas dessas condições a seguir.

Inicialmente, a força motriz da economia acreana, historicamente, está associada ao processo da Borracha. Paralelamente, esteve sempre associada à exploração extrativista da Castanha do Brasil, o que também produziu uma arquitetura agroindustrial própria para armazenagem e beneficiamento, como também uma lógica econômico-cultural capaz de estruturar certas expressividades peculiares. Além disso, a pecuária do gado, na rota Bolívia-Acre, constituiu não apenas caminhos históricos, mas forças impulsionadoras de estruturação de certos modos de vida e de riquezas materiais e imateriais, para além do corte da seringa. Uma segunda evidência é a pulsação do comércio existente. Havia, ainda em meados do século XX, pelo menos três núcleos comerciais na área central de Rio Branco: na Gameleira (atual rua Eduardo Assmar), no bairro Quinze (atual rua Boulevard Augusto Monteiro) e no primeiro distrito (na atual rua Epaminondas Jácome).

Em se tratando de relações internacionais, é necessário um olhar crítico e profundo sobre as relações de fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Em junho de 2011, o então Diretor do Depam, o arquiteto Dalmo Vieira (Iphan, 2011)

destacou a peculiaridade dos revestimentos das vias urbanas nas cidades acreanas através de tijolos cerâmicos. Na ocasião, levantou a hipótese da influência dos países que fazem fronteira com o estado do Acre, Bolívia e Peru, por possuírem, através da influência da colonização espanhola, tal prática na infraestrutura urbana. E avançou em sua hipótese por tratar dessa expressão urbanística como única no Brasil.

Sobre os aspectos arquitetônicos e urbanísticos, reconhecer a multiplicidade e, ao mesmo tempo, as peculiaridades da constituição física da área central histórica de Rio Branco, ainda é um desafio a ser superado. As ocorrências de arquitetura naïf e vernacular, como gestos de hibridismo e adaptação aos condicionantes locais, ainda requer muito estudo. Ao mesmo tempo, a fusão cabocla dos conhecimentos tradicionais indígenas e dos migrantes nordestinos para a produção de uma arquitetura em madeira, bem como da importação de tipologia europeia dos chalés, trazem traços arquitetônicos muito expressivos na realidade local.

Outra expressividade está na intervenção militar no Acre, da qual há testemunhos desde a formação do Território Federal do Acre até a sua extinção no início da década de 1960 e a criação do estado, que expressam essa fase importante da história nacional. Juntos a outros territórios federais, a capital Rio Branco expressava o controle, o civismo, a ordem e a presença enfática das forças armadas em áreas fronteiriças brasileiras que eram assumidas por ações estratégicas nacionais, sejam por questões litigiosas entre nações, sejam pela expansão da fronteira agropecuária e de exploração de minérios e os acordos internacionais. As edificações que abrigaram serviços públicos e equipamentos urbanos, os espaços públicos livres e a morfologia urbana são elementos do rol representativo e expressivo dos valores patrimoniais associados às questões da geopolítica nacional. E ainda há muito o que se reconhecer na realidade acreana.

Considerações finais

Diante do panorama traçado, constatam-se os grandes desafios postos junto ao poder público local para a consolidação das políticas de patrimônio cultural. Especificamente no que se refere aos estudos de proteção do patrimônio cultural, o cenário intergovernamental é de desarticulação e de deficiência quantitativa e qualitativa em seu desempenho. Na atuação dos órgãos gesto-

res do patrimônio cultural, são necessários mecanismos efetivos e contínuos de interlocução com a sociedade, além de ações educativas, sejam nos espaços formais, sejam na sensiblização social de forma geral. Ao mesmo tempo, o fomento à qualificação profissional, e o incremento de novas habilidades no corpo técnico fortalecerá também esses órgãos. Os diplomas legais devem exercer sua função social e não serem vulneráveis às intransigências de ações pontuais do poder público. As normas devem ser discutidas amplamente com a sociedade e serem fruto de interesse público.

É preciso também apreender mais a *alma da cidade* (Rossi, 2001) no intuito de interpretá-la desde suas especificidades culturais e não submetê-la a visões rasteiras e intervenções descontextualizadas a partir de modelos e de ideias importadas. Tratar o patrimônio local como representativo da cultura é assumir, a partir de hoje, uma parcela de suas manifestações até então negligenciadas, em função de ações arbitrárias que resultaram no pastiche, na gentrificação e no falso histórico.

Para tanto, é preciso permitir a voz ativa e contributiva à sociedade local, pois é quem constrói diariamente parte expressiva da significância cultural da qual a cidade enquanto constituição física é suporte. Nesse caso, o fortalecimento das entidades de participação é necessário, como também é necessário o funcionamento de outros que se encontram desativados. Daí deve-se buscar a efetivação dessas instâncias como órgãos consultivos e deliberativos e que exerçam força controladora e fiscalizadora nas políticas públicas locais para o patrimônio cultural.

Os desafios estão postos e o Iphan/AC procura enxergá-los não como nós e obstáculos, mas como tentáculos, como ramificações que apresentam diversos caminhos a serem trilhados conjuntamente. Aliado ao desafio de identificação e de proteção do patrimônio cultural brasileiro no Acre, o Iphan tem um desafio interinstitucional, intergovernamental e com a sociedade civil local de efetivação das políticas públicas. As intenções a partir dessas constatações são claras, agora o desafio é também o gesto.

Referências

Albuquerque, Gerson. *Na cova com os tubarões*. Publicado em 23.01.2010. Disponível em: <http://altino.blogspot.com.br/2010/01/na-cova-com-os-tubaroes.html>. Acesso em: 28 mar. 2012.

_____. *Tombamento e morte do Casarão*. Publicado em 11.01.2010. Disponível em:

<http://altino.blogspot.com.br/2010/01/tombamento-e-morte-do-casarao_11.html>. Acesso em: 28 mar. 2012.

Brasil. *Decreto-Lei nº. 25*, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 26 mar. 2012.

Carvalho, Marcio Rodrigo Côelho de. O Acre existe! Porém Rio Branco pode não mais existir. In: 3º Fórum Agentes do Patrimônio, 1º Simpósio Municipalização do Patrimônio e o desafio da Educação Patrimonial, 2011, Belo Horizonte. 3º Fórum Mestres e Conselheiros - Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial. Belo Horizonte: IEDS, 2011. v. único. p. 1-18.

_____. Anotações sobre os valores patrimoniais na área central histórica de Rio Branco In: 8º Foro Latino-Americano "Memoria e Identidad". Montevidéu: Signo, 2011 (no prelo).

Cephc. *Ofício Circular nº. 001/2011*. Convocatória reunião do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico Cultural, de 04 de novembro de 2011. Rio Branco: Cephc, 2011. Pasta s/d, Arquivo Ofícios Exp Erc, Acervo Iphan/AC.

_____. *Resolução nº. 19*, de 30 de junho de 2010. Publicada em 05 de julho de 2010. Rio Branco: Diário Oficial do Estado do Acre, 2010, p.22.

_____. *Portaria nº 04*, de 04 de julho de 2000. Publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 8204, em 21 de janeiro de 2002.

_____. *Portaria nº 03*, de 04 de julho de 2000. Publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº8203, em 18 de janeiro de 2002.

Cmurb. *Primeiro encontro de 2011*. Rio Branco: Cmurb, 2011. Disponível em: <http://cmurb.blogspot.com.br/2011/01/primeiro-encontro-de-2011_23.html>. Acesso em: 26 mar. 2012.

Cullen, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2009.

Cury, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

Fgb. *Reunião da Câmara Temática de Patrimônio Cultural (Convocatória)*. Rio Branco: FGB, 2011. Enviado via e-mail em 10 de outubro de 2011, às 09h38. Arquivo digital IPHAN/AC.

Governo do Estado do Acre. *Edital de Notificação:* notificação a respeito do processo de tombamento do sítio histórico do primeiro distrito, no município de Rio Branco, capital do estado do Acre. Publicado em 10.02.2010. Rio Branco: Diário Oficial do Estado do Acre, 2010, p.18.

_____. *Edital de Notificação:* notificação a respeito do processo de tombamento do sítio histórico do segundo distrito, no município de Rio Branco, capital do estado do Acre. Publicado em 25.02.2010. Rio Branco: Diário Oficial do Estado do Acre, 2010, p.21.

_____. *Lei nº. 1.294*, de 08 de setembro de 1999. Rio Branco: Governo do Estado do

Acre, 1999. Disponível em: <webserver.mp.ac.gov.br/?dl_id=862>. Acesso em: 26 mar. 2011.

Guerra, Antonio Teixeira. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal empresa (Território do Acre). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: Ibge, ano 13, n. 4 p. 545-576, out.-dez. 1951.

Iphan. *Relatório de uma gestão 2006-2010*. Brasília: Iphan, 2011.

_____. *Sicg (Manual)*. Brasília: Iphan, 2009.

Iphan/Ac. *Ofício nº 126/2011/Iphan-Ac*, de 15 de setembro de 2011. Pasta s/d, Arquivo Ofícios Exp Erc, Acervo Iphan/Ac, Rio Branco.

Morais, Maria de Jesus. *"Acreanidade":* invenção e reinvenção da identidade do Acre. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Prefeitura Municipal de Rio Branco. *Lei nº 1.727*, de 28 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.riobranco.ac.gov.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=924&Itemid=111>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. *Lei nº 1.677*, de 20 de dezembro de 2007. Rio Branco: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2007. Disponível em: <http://documentos-fgb.blogspot.com.br/2008/03/smc-lei-do-patrimonio-cultural-de-rio.html>. Acesso em: 26 mar. 2012.

Ralph, Francisco. *Mercado dos Colonos:* patrimônio do povo do Acre é revitalizado pelo governo. Publicado em 16.04.2011, p. 20 online. Disponível em: <http://pagina20.uol.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=21422&....>. Acesso em: 19 abr. 2011.

Rossi, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Sant'Ana, Daniel. *História e cultura*. Publicado em 20.01.2010. Disponível em: <http://altino.blogspot.com.br/2010/01/historia-e-cultura.html>. Acesso em: 28 mar. 2012.

Silva, Aline Figueiroa. Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE. In: Iphan. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007. p. 45-80. (Edições do Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan, 1).

Souza, Sérgio Roberto Gomes de. *Fábulas da Modernidade no Acre:* a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco – Uffe, Recife, 2002.

Reflexões sobre as relações internacionais brasileiras no campo da preservação (décadas de 1920 e 1930)

Maria Tarcila Ferreira Guedes



Resumo

O tema desta comunicação está relacionado ao estudo, ainda em andamento, sobre a preservação nas Conferências Pan-americanas. Durante a pesquisa, observamos que existem elos em comum entre a participação brasileira nas Conferências Internacionais Americanas e o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (europeu). Entre as ideias em comum, destacamos a busca pelo conhecimento para diminuir as diferenças entre os países e a cooperação intelectual, termo presente e discutido nos dois organismos internacionais.

Maria Tarcila Ferreira Guedes é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Sociologia pela UFRJ, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Técnica do IPHAN, lotada na Coordenação de Documentação e Pesquisa, do Departamento de Articulação e Fomento (Copedoc/DAF), Rio de Janeiro.

Imagem da página anterior
Reunião da Liga das Nações. Genebra, Suíça.

O tema desta comunicação compõe os estudos realizados para a reedição comentada do livro de Rodrigo Melo Franco de Andrade, "Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos", que deu origem ao capítulo "A Preservação do Patrimônio Cultural e o Contexto Pan-americano", publicado em 2012[1]. Durante a pesquisa no ano de 2011, observamos que existem elos em comum entre a participação brasileira no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (europeu) e nas Conferências Internacionais Americanas (interamericanas). Entre as ideias em comum, destacamos a *cooperação intelectual*, terminologia presente e discutida nas esferas europeia e americana. Se hoje a referida nomenclatura nos remete a vários outros significados no nosso vocabulário diário, nos anos vinte e trinta estava relacionada à formação de uma cooperação que iria além das fronteiras nacionais, possibilitando a discussão de inúmeras questões, entre as quais as relacionadas ao patrimônio e à preservação. Não cabe aqui estudar ou relatar as várias nuanças que provavelmente os termos em pauta sofreram ao longo das épocas – antes, durante ou depois das duas grandes guerras –, mas contribuir para uma reflexão sobre as relações internacionais brasileiras no campo da preservação no período citado. No que se refere à *cooperação intelectual* podemos dizer que o uso desses termos nesta comunicação está relacionado, principalmente, ao período pós Primeira Guerra Mundial, e associado às instâncias internacionais. Historicamente, pode ser vinculado ao fórum da Conferência de Paz, também denominado de Versalhes, e às organizações que foram criadas como desdobramento de suas atividades. No universo americano, continental, está associado às Conferências Pan-Americanas e às instituições criadas como resultado das discussões das grandes assembleias desse fórum.

Se dermos uma ordem cronológica ao uso dos termos *cooperação intelectual*, dentro do recorte temporal desta comunicação, teremos que nos referenciar aos dois fóruns internacionais e à correlação ao patrimônio, tendo na Conferência de Paz o principal polo de formação do debate. A Conferência de Paz de Paris, inaugurada em janeiro de 1919, visava, entre outros objetivos, estabelecer as condições de paz após a Grande Guerra, impondo principalmente

1 A reedição comentada do livro de Rodrigo Melo Franco de Andrade, "Brasil: monumentos históricos e arqueológicos", organizado por Maria Beatriz Setubal Rezende Silva, teve a contribuição de capítulos dos seguintes autores: Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto da Silva Telles, Lia Motta, Sergio Abrahão e Francisco Teixeira de Freitas.

à Alemanha um conjunto de sanções e penalidades. Dentre os muitos acordos e desacordos entre aproximadamente setenta países participantes do fórum em Paris, seja entre membros temporários, seja entre membros permanentes, algumas das discussões levaram à constituição ou criação de comissões e instituições que estavam relacionadas à cultura e à preservação. Se, por um lado, os artigos 246, 247 e 248 do famoso Tratado de Versalhes, um dos resultados da Conferência de Paz, impunham à Alemanha uma série medidas para o retorno de obras de arte, documentos, obras raras, mapas, objetos de coleções, bens arqueológicos entre inúmeros outros objetos artísticos e científicos levados de seus países de origem, por outro lado exigiam também a restauração de obras danificadas. Dava-se início, logo em seguida, à formação da Comissão Internacional de Reparações, colocando no bojo das discussões o que hoje conhecemos como repatriação. A própria Liga das Nações (1919-1946), igualmente conhecida por Sociedade das Nações (Sdn), teve em suas primeiras reuniões a discussão sobre "a necessidade de se estabelecer uma *cooperação intelectual* junto à atividade política dos governos" (Valderrama, 1995, p. 14). Foi no próprio escopo da Sociedade das Nações que foi criada a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (Cici), em 1922, dando seus primeiros passos efetivos para a discussão de inúmeros temas, entre eles os aspectos culturais, proporcionando o intercâmbio entre os países membros. Dos assuntos apresentados e discutidos, estavam presentes os relacionados ao patrimônio histórico e artístico dos países atingidos pela guerra. Ainda no fórum da Liga das Nações, foi criado um órgão executor da Comissão (Cici), o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (Ilci), reconhecido junto com a Comissão como os primórdios da Unesco.

A presença brasileira na Comissão (Cici) e no Instituto (Ilci), conforme supracitado, se deu com representações, ainda que poucos estudos tenham sido encontrados para o esclarecimento da participação dos nossos delegados nos dois organismos em relação ao patrimônio[2]. Sabemos da saída de Afrânio de Mello Franco, principal articulador brasileiro na Sdn, após a fracassada tentativa de conseguir um assento permanente para o Brasil, deixando como

2 Ver sobre o tema a dissertação de mestrado de José Armando Zema de Resende, "A Cooperação Intelectual Internacional da Sociedade das Nações (1922-1938)", defendida em 2013, que contribui para o esclarecimento da participação brasileira na Liga das Nações e seus institutos, mas que não tem seu foco no âmbito do patrimônio.

representantes brasileiros na área cultural Eliseu Montarroyos para o Instituto (Ilci) e Aloísio de Castro – que já fazia parte da Comissão (Cici) desde a formação desse organismo dependente da Liga das Nações, em 1922 –somados aos esforços de Gustavo Barroso a partir de 1930. Além disso, ainda faltam estudos e análises sobre a participação, ou não, do Brasil no fórum do Escritório Internacional de Museus (Oim – Office International des Musées), nas décadas de 1920 e 1930, onde também foram discutidos temas relevantes ao patrimônio e dos quais ressaltamos a Carta de Atenas, formulada em uma das conferências organizadas pelo Oim[3]. Segundo a pesquisa de Letícia Pumar Alves de Souza, aluna de doutorado da Fiocruz, a Organização Internacional de Cooperação Intelectual reunia a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e 45 Comissões Nacionais. A referida pesquisadora busca analisar "as concepções de ciência e *cooperação intelectual* (cooperação científica) que permeavam as discussões dos brasileiros envolvidos no projeto de coordenação universal da atividade intelectual", trabalho que contribuiu para o estudo da temática, ainda que seu foco esteja na cooperação científica[4]. A documentação geral sobre o assunto está depositada, entre outros lugares, no Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ, Unesco-Paris e em Genebra-Nações Unidas. Nesse sentido, está disponível ao público a dissertação de mestrado de José Armando Zema de Resende, *A Cooperação Intelectual Internacional da Sociedade das Nações (1922-1938):* dinâmicas de um processo, que muito contribuiu para o esclarecimento de alguns pontos sobre a participação brasileira, mas que só tivemos contato no final da pesquisa[5].

Do pouco que sabemos da diplomacia cultural brasileira no campo da preservação nas décadas de 1920 e 1930, podemos afirmar que esta não ficou restrita, como vários pesquisadores acreditaram, ao campo europeu. Outro

3 Enquanto estudo preliminar, não nos debruçamos exaustivamente em colher informações sobre a temática, pois acreditamos que seria necessário um contato direto com a documentação do OIM (Office International des Musées). Os estudos encontrados no Brasil sobre o Escritório Internacional de Museus têm como foco o período posterior a Segunda Guerra Mundial.

4 O artigo "Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 e 1940)" de Letícia Pumar Alves de Souza (2011), em muito contribuiu, ainda que seu foco seja a ciência.

5 A citada dissertação de José Armando Zema de Resende faz um trabalho minucioso sobre o CICI e o IICI. Não foca nas temáticas relacionadas ao patrimônio, mas contribui efetivamente para algumas questões aqui tratadas.

fórum internacional foi estabelecido com a participação efetiva de nossas delegações diplomáticas acompanhadas de especialistas: as Conferências Pan-Americanas. As Conferências Internacionais Americanas ou Pan-Americanas representaram para o Brasil e os países do continente um local de discussão dos principais temas da época, a saber: econômicos, sociais, políticos, comerciais, educacionais e culturais (Guedes, 2012). Temas gerais que se subdividiram em vários outros subtemas, mas que também abordaram as questões culturais e do patrimônio das nações do continente. O tema da *cooperação intelectual* estava no programa geral das grandes assembleias, como podemos observar na VI Conferência Pan-Americana de 1928. No Relatório da Delegação do Brasil na VI Conferência, os trabalhos foram repartidos por oito comissões, as quais se distribuíram pelos seguintes assuntos:

> União Pan-americana; Direito Internacional Público e Política de Fronteiras; Direito Internacional Privado e Uniformização Legislativa; Problemas de Comunicação, ***Cooperação Intelectual***; Problemas Econômicos; Problemas Sociais e Informação sobre tratados, convenções e resoluções. (apud Guedes, 2012, p. 31)

E foi exatamente na comissão designada para discutir a *cooperação intelectual* que houve a formulação de ideias para criação de dois institutos: Instituto de Cooperação Intelectual (Americano) e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH). A proposta de um organismo específico para a *cooperação intelectual* entre as nações americanas era semelhante ao exemplo europeu. A princípio, o Instituto de Cooperação Intelectual não só teria um conselho em cada país, somado às instituições já existentes em cada região, com sede em Cuba, mas que se reportariam ao Conselho Geral Interamericano das Conferências Internacionais Americanas. Propunha a participação dos vários especialistas e intelectuais do continente americano. A ideia da organização continental, ainda que aprovada, não foi levada avante, tampouco o instituto chegou a ser criado. As atividades da Divisão de Cooperação Intelectual continuaram com sua sede em Washington, junto ao escritório central da União Pan-Americana, como funcionava desde o início das primeiras Conferências, ligado diretamente a União Pan-Americana. Por outro lado, diferente resultado teve a proposta de criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), que, depois de aprovado em assembleia interamericana, foi

criado e permanece até hoje, com sede na cidade do México. Enquanto organismo dependente das Conferências Pan-Americanas, o IPGH foi concebido com a responsabilidade de organizar os inúmeros trabalhos referentes às áreas de Geografia e História, entre os quais os relacionados à preservação. Das inúmeras coleções publicadas, destacamos a série "Monumentos Históricos e Arqueológicos", em que cada livro corresponde a uma nação do continente americano[6].

Em relação aos termos *cooperação intelectual*, entendemos que o debate e a disseminação de informações contribuíram para a construção do ideal de colaboração entre os países, onde o tema referente ao que hoje chamamos de patrimônio cultural e natural foi inserido na discussão. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar a proposta brasileira de proteção dos Monumentos Naturais nas VII e VIII Conferências Pan-Americanas, objeto de estudo na VI Oficina de Pesquisa do IPHAN, em 2014. De acordo com nossos levantamentos, constatamos que a temática cultural ganhou pouco a pouco maior peso nas assembleias das Conferências Pan-Americanas, sendo reconhecida dentro do item do programa geral da *cooperação intelectual* a partir do Programa da VI Conferência, em 1928. Os encontros de cooperação entre especialistas, diplomatas, ministros de estado e até presidentes das repúblicas americanas vinham no bojo de um ideal de assegurar e disseminar ideias de paz. Esperava-se que o conhecimento de cada país pudesse contribuir nos esforços organizados em escala mundial para assegurar que os conflitos fossem dirimidos sem a necessidade de embates armados ou grandes guerras. Segundo informações do artigo de Juliette Dumont e Anaïs Fléchet, "a Ásia e a África não foram definidas como alvos da diplomacia cultural brasileira nessa fase" (DUMOND; FLÉCHET, 2014, p. 209).

No Rio de Janeiro, Afrânio de Melo Franco descreveria a perspectiva que tinha na época sobre a *cooperação intelectual* em um artigo publicado no jornal *A Manhã*, em 22 de janeiro de 1942. É importante ressaltar que o intelectual e político Afrânio de Melo Franco dedicou sua vida à diplomacia e à política, tendo participado, na Europa e nas Américas, das mais importantes reuniões e decisões do período. Foi chefe da delegação brasileira nas Conferências Pan-

6 Os livros da série "Monumentos Históricos e Arqueológicos da América" estão disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional, nos setores de Obras Raras e Obras Gerais.

Americanas de 1923 e 1933, Ministro das Relações Exteriores (1930-1933), e principal Embaixador Brasileiro na Liga das Nações (1924-1926), além de ter exercido cargos dentro da Sdn e ser um dos relatores de várias questões tratadas nos fóruns internacionais (Guimarães, 1938, p. 237). O intelectual, ao longo de seu texto publicado durante a Segunda Guerra Mundial, nos permite ter o contato com o pensamento de um dos mais relevantes diplomatas na época ao fazer, em seu texto, uma interligação entre as relações internacionais brasileiras no âmbito europeu e americano. Considerava fundamental a criação de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual em cada país para "que se consagrem ao ensino e ao progresso do pensamento e pudessem desbravar os caminhos inexplorados, combater o ceticismo e despertar a atividade intelectual para o exame de problemas que tocam ao que há de mais íntimo e profundo na vida dos povos" (Ministério das Relações Exteriores, 2016). Considerava que a compreensão cultural poderia fornecer as bases para o que chamavam, na época, de "desarmamento moral" e acelerar o processo de paz em carácter universal. Observa-se, em trecho de seu artigo para o jornal *A Manhã*, a interligação entre o universo europeu e o americano:

> É dever de todos os governos americanos velar pelo desenvolvimento da cooperação intelectual no Continente, fortalecendo os laços culturais entre nossas pátrias e ligando-as aos organismos internacionais de Genebra e Paris. Entre outras atividades que apresentam interesse para os países americanos, estão o projeto de colaboração histórica e etnográfica sobre as origens da civilização americana; estatuto internacional do direito de autor; emprego do cinema, da radiodifusão e da imprensa com fim educativo e de aproximação; redação de um manual pacifista da história americana; troca de professores e estudantes; documentação, informações bibliográficas, organização de bibliotecas e arquivos; criação de institutos de cultura; missão da América no plano intelectual como fator da organização da paz, etc. Por toda a parte, os governos procuram organizar as comissões nacionais e estimular-lhes as atividades, tendo elas alcançado já nos diversos Estados do Mundo ao número de quarenta e cinco, conforme os dados estatísticos publicados pela Sociedade das Nações pouco antes do início da guerra atual. A América ainda não organizou, em todos os seus Estados, as Comissões Nacionais, sem embargo do apelo feito aos governos omissos, por ocasião de reunir-se em Santiago a Conferência das Comissões Americanas referidas. (Franco, 1942)

Com essas palavras, o diplomata e representante brasileiro demonstrava expectativa na reunião de forças entre os países em torno da *cooperação intelectual*, onde a cultura era um elemento chave de aproximação e entendimento, visando à integridade e à paz de cada uma das repúblicas. Entre os desdobramentos desse pensamento podemos observar a criação, no Ministério das Relações Exteriores, de um Serviço de Cooperação Intelectual, em 1934, como uma forma de colocar em prática a proposta de aproximação e troca internacional entre os países, considerando a necessidade de desenvolvimento dos trabalhos já realizados de intercâmbio internacional executado pelo Ministério das Relações Exteriores[7]. Com essa perspectiva, os termos *cooperação intelectual* vão ser institucionalizados no Brasil pela via diplomática de intercâmbio e troca cultural, inspirada, inicialmente, nos moldes do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, conforme informação de circular ministerial:

> A Secretaria de Estado está organizando o Serviço de Cooperação Intelectual, que se inspirará nos planos de trabalho adotados, nesse sentido, pela Sociedade das Nações (Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Genebra e Paris) [...] (MRE, Circular de 13.08.1934)

Em 1938, verificamos que nova reformulação foi realizada no MRE. O Serviço de Cooperação Intelectual passou a chamar-se Divisão de Cooperação Intelectual, desvinculado da Diretoria Geral de Arquivos do Itamaraty, e o novo departamento vinculado ao conjunto de ações políticas. Segundo informação de José Armando Zema de Resende, que também analisou o tema:

> A manutenção da expressão "cooperação intelectual" no nome da Divisão, se por um lado marca a sua filiação com o Serviço de Cooperação Intelectual instituído em 1934, por outro já não correspondia exatamente ao trabalho efetuado. O nome da DCI já nasceu, num certo sentido, envelhecido. Irá perdurar até a década de 1980, quando deixa de existir a DCI, e a expressão "cooperação intelectual" deixa de figurar nos textos legais que regulamentavam a estrutura do Ministério das Relações Exteriores. (Resende, 2013, p. 80)

7 Em 1923 foi criada a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, que começou as suas atividades dois anos depois. Em 1937, a comissão foi transferida para o Ministério das Relações Exteriores, e passou a chamar-se Serviço de Cooperação Intelectual, segundo informações do artigo de Juliette Dumont e Anaïs Fléchet.

A Divisão de Cooperação Intelectual, após o período ditatorial, passou por novas reformulações e recebeu um novo nome. Como Divisão Cultural, ganhou múltiplos departamentos para exercer suas funções. Conforme análise de José Armando Zema de Resende "a passagem da cooperação intelectual ao intercâmbio cultural internacional foi um lento caminho percorrido pela diplomacia brasileira" (2013). Se hoje os termos *cooperação intelectual* não estão mais presentes na estrutura organizacional do Itamaraty, podemos dizer que tanto o atual Departamento Cultural quanto a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores atuam com propostas de difusão cultural, cooperação e intercâmbio nas mais diversas áreas, como podemos perceber em trecho sobre o trabalho do ABC:

> Conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores compete à Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. (MRE, ABC, 2016)

Dessa forma, podemos concluir que esta comunicação incrementa ideias para as próximas pesquisas ao dizer que os termos *cooperação intelectual*, nas décadas de 1920 e 1930, constituíram palavras-chave da diplomacia cultural na época, e que influenciaram a institucionalização de algumas organizações culturais que surgiram no decorrer dos anos seguintes. Quanto ao Ministério das Relações Exteriores, além da criação de um serviço específico de *cooperação cultural* nos anos trinta, inseriu pouco a pouco novas formas de ver a cultura. Atualmente, são desenvolvidas atuações diplomáticas dentro de uma complexa rede de informações em que o Departamento Cultural envolve muitos outros temas, ampliando ano a ano os diálogos políticos e econômicos. Hoje, a cultura vai estar relacionada à globalização, ao desenvolvimento, à economia, política, entre outros temas, de forma cada vez mais complexa, com uma abordagem interdisciplinar e de interação nos múltiplos acordos bilaterais, trilaterais ou continentais, que compõem ações da diplomacia brasileira.

Referências

Andrade, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil:* monumentos históricos e arqueológicos. Contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles, Lia Motta, Sergio Abrahão, Francisco Teixeira da Silva Telles; organização de Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva. Rio de Janeiro: Iphan/Daf/Copedoc, 2012. (Série Pesquisa e Documentação do Iphan, 6)

Dumond, Juliete; Fléchet, Anaïs. Pelo que é nosso!: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, 2014.

Franco, Afrânio de Melo. A Cooperação Intelectual Americana. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1942. Pensamento da América (Suplemento pan-americano), p. 5-6. (Biblioteca Nacional/Seção de Periódicos).

Guedes, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural no contexto Pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil:* monumentos históricos e arqueológicos. Contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles, Lia Motta, Sergio Abrahão, Francisco Teixeira da Silva Telles; organização de Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva. Rio de Janeiro: Iphan/Daf/Copedoc, 2012. p. 13-47. (Série Pesquisa e Documentação do Iphan, 6).

Guimarães, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.

Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Histórico da Cooperação Técnica Brasileira*. Disponível em: <www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acesso em: 8 mar. 2016.

Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Circular de 13 ago. 1934.*

Resende, José Armando Zema de. *A Cooperação Intelectual Internacional da Sociedade das Nações (1922- 1938)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14343>. Acesso em: 11 mar. 2016.

Souza, Letícia Pumar Alves de Souza. Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 e 1940). In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300803039_arquivo _TextoAnpuh-2011.pdf>.Acesso em: 7 mar. 2016.

Valderrama, Fernando. *Historia de la Unesco.* França: Ediciones Unesco, 1995. Disponível em: <www.unesco.org/education/pdf/Valderra.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2016.

O tombamento dos geoglifos como política pública de patrimônio e meio ambiente no estado do Acre

Mariana Araújo Neumann



Resumo

O tombamento dos sítios arqueológicos de tipo geoglifo foi solicitado pelo Ministério Público Federal em 2007, quando a descoberta de um enorme conjunto de figuras geométricas escavadas no solo, localizado na metade leste do estado do Acre, foi amplamente divulgada. O entendimento é de que esta medida garantirá a preservação destes sítios, e, com isto, os valores históricos e culturais a eles associados. No entanto, há uma série de entraves à efetivação deste tombamento, relacionados principalmente aos impactos econômicos e ambientais que poderão decorrer desta medida, mas também à própria gestão dos sítios com a aplicação estrita da legislação existente. Este trabalho objetiva contextualizar a situação e apresentar os questionamentos advindos deste processo, propondo atualizações e alternativas para a gestão do patrimônio arqueológico através do tombamento e da aplicação de outras legislações.

Mariana Araújo Neumann é arqueóloga. Possui mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Técnica do IPHAN, lotada na Superintendência do IPHAN no Acre.

Imagem da página anterior
Geoglifo Fazenda Atlântica. Foto: Marcos Vicente/Governo do Acre.

Geoglifos são sítios arqueológicos compostos por monumentais estruturas escavadas no solo, formadas por trincheiras muradas que representam figuras geométricas de diferentes tipos, os quais podem ser localizados na Bolívia, no Amazonas e em Rondônia, mas em maior profusão e variabilidade no oeste do estado do Acre. Embora tenha sido reportada a existência de tais estruturas já nas primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no estado, na década de 1970, apenas nos anos 2000 tiveram início pesquisas sistemáticas sobre este tipo de sítio arqueológico.

Utilizando-se de diferentes metodologias (que incluem o uso de ferramentas digitais, como o mapeamento através de imagens de satélite), as pesquisas realizadas nos permitem elencar algumas características gerais deste tipo de sítio:

1) Variam em formas geométricas simples e complexas;

2) Variam em tamanho (de 20 a 385 metros de diâmetro/lado);

3) As valetas variam em profundidade (que pode chegar a 5 metros) e largura (entre 1 e 20 metros);

4) Podem estar isoladas ou associadas, ligadas ou não por caminhos murados;

5) Localizam-se nas cotas mais altas do relevo, próximos a fontes de água, embora distantes dos cursos dos rios principais;

6) Possuem pouco vestígio material associado. Os fragmentos de cerâmica e material carbonizado recuperado encontram-se nas valetas ou nas muretas externas. A área interna, em geral, é limpa.

No entanto, ainda não é possível afirmar qual a função desempenhada pelos geoglifos na cosmologia daqueles povos que os construíram, tendo sido levantadas como hipóteses funções militares (fossos de defesa da comunidade em caso de ataque), econômicas (fossos para a criação de animais e/ou potencialização do solo para agricultura) e religiosas (centros cerimoniais).

No Acre, foram mapeados cerca de 250 sítios de tipo geoglifo, todos na metade oeste do estado (ver Figura 4). Tal mapeamento evidenciou um dos dados mais interessantes sobre os geoglifos: há uma distribuição regional das formas geométricas, sendo que formas circulares localizam-se preferencialmente na metade sul da área de dispersão, e formas quadrangulares localizam-se preferencialmente na metade norte da área de dispersão. Na área central há o evidente encontro entre as formas, e é onde se dá a maior variabilidade de formas pouco usuais.



Figura 1 Geoglifo Fazenda Atlântica. Foto: Marcos Vicente/Governo do Acre.



Figura 2 Geoglifo Tequinho. Foto: Marcos Vicente/Governo do Acre.



Figura 3 Geoglifo Severino Calanzans. Foto: Sérgio Vale/Governo do Acre.

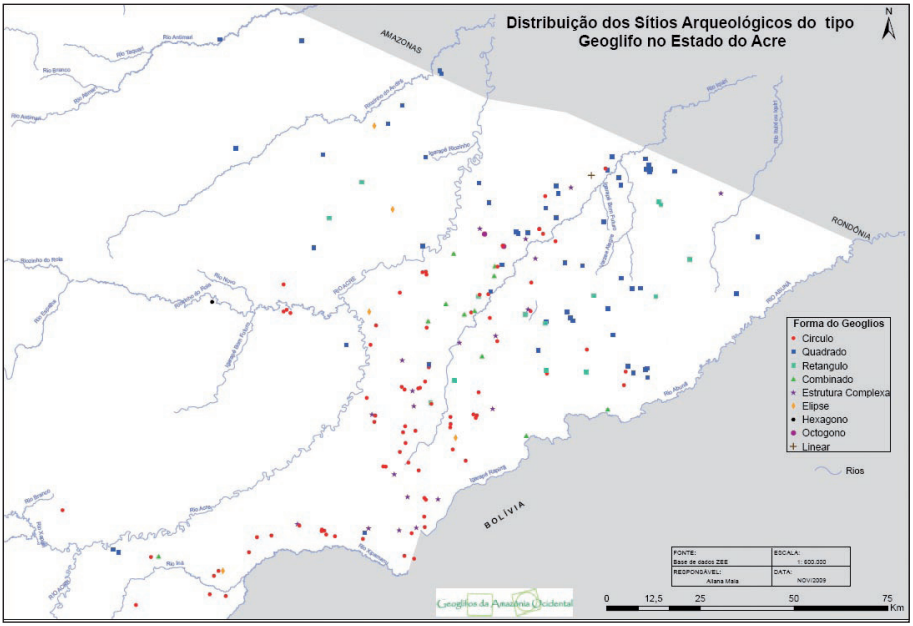


Figura 4 Mapa de distribuição dos geoglifos no estado do Acre, de acordo com a forma. Fonte: ZEE.

O contexto do surgimento do interesse científico e patrimonial sobre estes sítios é o paradoxo enfrentado ao se pensar a preservação e a socialização dos geoglifos. A partir dos anos 1980, houve um aumento da atividade de desmatamento da Floresta Amazônica na região oeste do estado do Acre, a fim de se implantar áreas de pastagens para a criação de gado. Esta é, atualmente, a principal atividade econômica do estado, e fonte das suas principais divisas. Foi este desmatamento que tornou evidentes as monumentais escavações que representam o núcleo principal dos sítios, e sem ele não descobriríamos tão cedo sua existência, profusão, monumentalidade e importância científica e patrimonial. No entanto, este mesmo desmatamento e atividade pecuária representam a maior ameaça aos sítios, e são os principais fatores de destruição identificados.

Como lidar?

Em 2007, auge da divulgação e debate em torno dos sítios de tipo geoglifo em âmbito nacional e internacional, o Ministério Público Federal demandou ao Iphan que procedesse ao tombamento dos geoglifos. Naquele momento conhecia-se 130 estruturas, e o Ministério Público Federal entendia que, devido à monumentalidade, originalidade e impactos evidentes e iminentes aos sítios, o tombamento deveria ser realizado como forma de proteção.

Ao longo desses cinco anos, houve diferentes entraves para o efetivo início dos estudos de instrução do processo de tombamento, mas todos os esforços possíveis foram envidados para tanto. Finalmente, em novembro de 2011, foi realizado um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Pará, instituição que vem liderando as pesquisas sobre geoglifos, e a respectiva descentralização dos recursos. Assim, em 2012, foram efetivamente iniciados os estudos.

A pergunta que temos nos colocado, a partir do estudo da legislação de tombamento vigente, dos aspectos históricos de sua aplicação a este tipo de bem, e de novas perspectivas legais sobre a proteção do patrimônio arqueológico, é se o tombamento é efetivamente a medida mais apropriada para garantir a preservação deste conjunto de sítios. Certamente o pedido do Ministério Público Federal teve como fundamento o interesse protecionista, devido ao caráter declaratório da importância patrimonial de determinado bem que o tombamento possui. No entanto, para além da declaração de valor, os reais problemas que se apresentam para a proteção dos sítios arqueológicos de tipo geoglifo dizem mais respeito à questão da **gestão** e da **visibilidade** desses bens.

Inicialmente, de 2007 para cá, o número de sítios mapeados somente no

estado do Acre (que não representa a totalidade de geoglifos e nem inclui os demais sítios associados a eles) subiu de 130 pra 250, em uma distribuição tal que cobre a quase totalidade da área economicamente produtiva do estado. Este é um enorme problema de gestão. E, mesmo com tamanho potencial científico e patrimonial reconhecido internacionalmente, os geoglifos são praticamente invisíveis no estado do Acre, seja pelo governo local em suas políticas ambientais, culturais ou educacionais, seja pela imensa maioria da população no seu cotidiano. Este é um problema de visibilidade.

É evidente para aqueles que trabalham com a patrimonialização de bens arqueológicos que é bastante incomum o tombamento de sítios. Tanto é que, desde os anos de 1930, apenas 17 bens arqueológicos foram tombados, sendo 6 coleções, 10 sítios e 1 área de valor arqueológico e etnográfico, num universo de mais de 19.000 sítios arqueológicos cadastrados. Ou seja, o tombamento foi aplicado a apenas 0,09% dos sítios arqueológicos brasileiros. Isto certamente tem fundamento na desatualização deste diploma legal em relação a legislações mais atuais que protegem o patrimônio arqueológico, como a Lei Federal nº. 3.924/61 e a própria Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216.

O tombamento, como previsto no Decreto-lei nº. 25/1937, tem duplo caráter: declaratório do valor patrimonial e protecionista. Do ponto de vista do caráter declaratório, o tombamento do patrimônio arqueológico se tornou inócuo, uma vez que as legislações posteriores garantem por si o valor patrimonial e a consequente proteção aos bens, independente de sua inscrição ou não no respectivo Livro de Tombo. Do ponto de vista protecionista, o Decreto-lei nº. 25/37 também perde o sentido, uma vez que apregoa em seu artigo 17 que "as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas [...]". Via de regra, esta determinação impede inclusive que se faça escavações nos sítios tombados, o que é absurdo, uma vez que a escavação é o principal método utilizado pelos arqueólogos para compreender as diferentes dimensões dos sítios arqueológicos.

Quando adentramos o contexto dos geoglifos acreanos, vemos que o tombamento, com a aplicação estrita do mesmo artigo 17, pode ter consequências econômica, social e ambientalmente perversas. Isto porque, como já referimos, o uso atual da terra onde se localizam os geoglifos é, em si, destrutivo dos sítios: o desmatamento impacta as estruturas existentes ao remover as camadas superiores e remexer as camadas intermediárias do registro arqueológico; o pisoteio do gado provoca a compactação das camadas arqueológi-

cas, destruindo os vestígios materiais ainda preservados nelas, além de abrir caminhos que provocam erosão das valetas e muretas. Há que se considerar também que é praxe ampliar as valetas para criar bebedouros para o gado, destruindo porções importantes do sítio. Por fim, periodicamente é necessário arar o terreno para a plantação de capim novo, atividade que sabidamente impacta negativamente os sítios arqueológicos, geoglifos ou não.

Logo, ao tombarmos os sítios arqueológicos de tipo geoglifo, a permanência da atividade agropecuária em praticamente toda a metade oeste do Acre será impensável. Economicamente, portanto, esta medida seria catastrófica, pois a pecuária é a principal fonte de renda do estado.

Nesse caso, uma alternativa seria empurrar a fronteira agrícola de oeste para leste. Esta também é uma alternativa catastrófica, desta vez ambientalmente, já que a metade leste do estado é reconhecidamente uma das áreas da Floresta Amazônica mais bem preservadas. É na metade leste do Acre que se localizam suas principais unidades de proteção ambiental integral.

Socialmente também seria algo negativamente impactante, pois nesta região localizam-se dezenas de terras indígenas, as quais teriam suas áreas de caça e coleta reduzidas. Há que se considerar também a migração das comunidades que vivem direta e indiretamente da atividade pecuarista para esta região notadamente indígena, o que pode representar o surgimento e/ou agravamento de conflitos étnicos, não incomuns na Amazônia.

Para além destes processos previsíveis, é preciso ter em mente também os impactos sobre a gestão deste patrimônio. Com a retirada do gado, a tendência é haver uma recuperação da mata nas atuais áreas de pastagem, encobrindo novamente os sítios e eliminando um de seus aspectos mais impressionantes, que é o paisagístico, através da observação aérea dos mesmos. Além disso, considerando a expansão da fronteira agrícola para leste, é importante levar em conta que esta região possui um patrimônio arqueológico ainda desconhecido e em excelentes condições de preservação devido à cobertura florestal e baixo uso do solo. Ou seja, poderíamos estar protegendo um patrimônio arqueológico em detrimento de outro.

Mas, principalmente, em termos de gestão do patrimônio arqueológico, há que se considerar que impedir a pecuária na metade oeste acreana gerará inevitavelmente a má vontade da população e dos agentes governamentais em relação à preservação dos geoglifos, resultado simetricamente oposto ao visado quando se propôs seu tombamento. O que se objetiva, evidentemente,

é que estes bens sejam reconhecidos e coletivizados pela sociedade acreana e nacional devido aos inúmeros valores patrimoniais que carregam.

Por fim, o Decreto-lei nº. 25/37 não é suficiente para pensarmos a efetiva gestão do patrimônio arqueológico tombado, uma vez que prevê, em seu artigo 20, que é de responsabilidade do IPHAN a vigilância permanente das coisas tombadas. No entanto, em relação ao patrimônio arqueológico, não há regulamentação para vigilância e fiscalização, nem há corpo técnico e recursos suficientes para tanto. Esta gestão unilateral prevista é inviável de realizar e pouco produtiva ao se pensar o processo de patrimonialização e visibilidade dos sítios.

Em relação à questão da visibilidade, pode parecer até mesmo irônico afirmar que tamanho conjunto de sítios, de proporções tão monumentais, seja invisível à sociedade acreana. Infelizmente, esta é uma verdade. Apesar do grande número de artigos científicos e jornalísticos que têm sido publicados, no Brasil ou no exterior, divulgando os geoglifos ou denunciando as ameaças que estes vêm sofrendo, o governo do estado do Acre fez pouquíssimo esforço voluntário para absorvê-los nas suas políticas educacionais, culturais ou ambientais.

Mesmo a iniciativa de discutir uma legislação específica para a proteção dos sítios arqueológicos acreanos, focada sobre os geoglifos, reflete a preocupação final do governo acreano, que é minimizar os entraves que os geoglifos e o patrimônio arqueológico em geral podem representar para o desenvolvimento econômico do estado. Embora essa postura não seja exclusiva da administração do Acre, é preciso lembrar que o que se deixa de perceber é o potencial para o desenvolvimento humano e social que há no patrimônio arqueológico, que inevitavelmente resultará em desenvolvimento econômico sustentável e qualidade de vida para a população acreana.

Outras iniciativas esparsas, como o projeto de implantação de uma torre de observação de geoglifos (projeto desenvolvido pela Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Estado do Acre), ou de balonismo na área de ocorrência destes sítios (projeto de empresa privada de turismo), não representam uma política consistente de turismo, cultura ou educação do público acreano em relação ao patrimônio, uma vez que estão se dando de forma isolada, pouco organizada e completamente desligada dos interesses sociais associados a esta exploração.

É neste sentido que afirmo que os geoglifos são invisíveis. Eles não constituem o patrimônio acreano, não remetem às noções de pertencimento e iden-

tidade social, não são absorvidos ou consumidos pela população, atualizando a própria ideia do ser acreano, extremamente valorizada no estado.

Assim, pode-se dizer que o tombamento como conhecemos não é uma medida suficiente para garantir a preservação, a visibilidade e a gestão do patrimônio arqueológico em geral e dos geoglifos, especificamente.

Ao encontrar esta negativa, abrem-se dois caminhos: descartar este instrumento legal, ou assumir uma postura propositiva. Certamente o primeiro caminho representa a escolha fácil: se nunca precisamos do tombamento para a gestão dos sítios arqueológicos, porque insistir nisto agora?

No entanto, o tombamento é, por excelência, o instrumento de ação do Iphan. Traz consigo todo o peso da história da preservação do patrimônio histórico e cultural no país. Neste sentido, mais do que abandoná-lo, é necessário tencioná-lo perante os desafios que a contemporaneidade impõe aos seus já 75 anos, visando atualizá-lo para que se torne funcional aos contextos com que trabalhamos hoje, pois a questão que nos atém permanece: como lidar com a necessidade de preservar, gerir e socializar o patrimônio arqueológico?

A proposta que apresentamos para o estudo de tombamento dos geoglifos que está se iniciando é que este resulte menos em um ato declaratório e mais em um plano de gestão dos sítios arqueológicos. Para tanto, foram definidas algumas diretrizes para o estudo e associadas outras legislações importantes e atuais.

Como diretrizes, apresentamos quatro pontos. Inicialmente, definiu-se que o **tombamento não deve ser aplicado à totalidade de sítios, e sim a uma amostra deles**, driblando, desta forma, os entraves consequentes do artigo 17 do Decreto-lei nº. 25/37 apresentados acima. Para a seleção desta amostra, consideramos que a morfologia dos sítios não é critério suficiente, uma vez que este se relacionaria apenas ao sítio como unidade, e não aos diferentes valores patrimoniais que estão associados aos geoglifos. Neste sentido, propusemos o desenvolvimento de uma "**matriz de valor social para tombamento**", que, considerando os diferentes valores científicos, históricos, turísticos, econômicos e ambientais associados aos sítios, resulte na **definição de conjuntos de sítios** com maior potencial para a efetiva socialização deste patrimônio, ou seja, identifique as melhores condições para que a população se aproprie dos geoglifos e os reverta em identidade social e desenvolvimento humano nos contextos locais, sendo estes os conjuntos que deverão ser tombados.

Além disto, orientamos que no estudo seja considerado também o risco de

impacto ou destruição que os sítios sofrem, em relação ao avanço das atividades econômicas, crescimento da malha urbana e/ou processos naturais de deterioração dos solos onde se localizam os sítios. A **definição de uma escala de risco** se torna importante, assim, tanto para a definição dos conjuntos para tombamento, quanto para a gestão dos sítios excluídos destes conjuntos, pois apontará aqueles bens sobre os quais o IPHAN deverá ter uma ação prioritária quando da proposição de projetos, e uma atenção redobrada na orientação do estado sobre licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes deste patrimônio.

A ideia de tombamento por conjuntos de sítios é o ponto fundamental da proposta que estamos gestando, pois, do nosso ponto de vista, ela subsidia um importante avanço no sentido de dar condições de gestão e visibilidade a este patrimônio, através da aplicação da Lei Federal nº. 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), para o contexto do patrimônio arqueológico.

A associação entre legislações de proteção do meio ambiente e do patrimônio arqueológico como forma de potencializar seu alcance é uma tendência internacional, além de ser um dos caminhos atualmente trilhados pelo próprio Ministério Público Federal na proteção e promoção do patrimônio cultural, em especial o arqueológico.

O SNUC propõe-se a unificar as diferentes unidades de conservação existentes no país, sejam federais, estaduais ou municipais, sob um mesmo código de gestão integrada, que siga os mesmos objetivos e se oriente pelas mesmas diretrizes. Entre estes objetivos se encontra a proteção às "características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, **arqueológica**, paleontológica e cultural" (artigo 4, inciso VII, grifo meu). Ou seja, é possível propormos a criação de unidades de conservação com foco no patrimônio arqueológico.

Entre as vantagens de pensarmos o SNUC como instrumento de proteção legal ao patrimônio arqueológico está o fato de que o SNUC apresenta uma multiplicidade de alternativas de proteção, com flexibilidade variável em relação ao uso do solo, ao manejo de espécies, aos limites do turismo, ao desenvolvimento de pesquisas científicas, à receptação de recursos para a manutenção das unidades e à realização de práticas educacionais. Tudo coordenado por um Comitê Gestor ou Conselho, formado por diferentes instituições e sociedade civil interessada, e orientado por um Plano de Manejo. Essas di-

retrizes viabilizam as ações necessárias à proteção, gestão e visibilidade do patrimônio arqueológico, agregando à legislação de tombamento justamente os elementos que, como vimos acima, lhe fazem falta.

Assim, o tombamento por conjuntos de sítios tem também por objetivo futuro propor a criação de unidades de conservação estruturadas com foco na preservação dos sítios arqueológicos de tipo geoglifo. Do nosso ponto de vista, esta é uma forma de garantir a gestão e a visibilidade para este patrimônio, uma vez que permite o desenvolvimento de políticas públicas de patrimônio e meio ambiente associadas, que permitirão pensar projetos de valorização dos bens em questão, como:

1) Áreas de escavação permanente relacionadas à liberação de áreas para o manejo e a restauração da cobertura vegetal e recuperação de nascentes;

2) Restauração da flora e fauna;

3) Recuperação de nascentes;

4) Ecoturismo: trilhas, balonismo, arborismo etc.;

5) Educação ambiental e patrimonial;

6) Ações de economia sustentável com as comunidades locais voltadas à produção artesanal de bens para venda na unidade de conservação;

7) Integração de roteiros com as cidades históricas de Rio Branco, Xapuri e porto Acre;

8) Criação de casa do patrimônio;

9) Experiência de participação no trabalho arqueológico para o público;

10) Criação de um instituto que centralize a gestão e a pesquisa nestas unidades de conservação;

Entre outros projetos que ainda podem ser pensados.

Esta com certeza não será uma manobra fácil, pois apesar dos aspectos positivos listados, os entraves históricos existem. De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, existem atualmente no Brasil apenas duas unidades de conservação que incluem o patrimônio arqueológico: o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, em Minas Gerais – criado através de lei municipal em 1995 e reconhecido pelo Ibama como Reserva Particular do Patrimônio Natural em 2001 – e a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, no Rio de Janeiro – criada através de Decreto Estadual em 1974. Unidades de conservação importantes e reconhecidas mundialmente pelo patrimônio arqueológico, como é o caso do Parque Nacional da Serra da Capivara – cujo conjunto arqueológico inclusive é tombado pelo Iphan

–, e a Área de Proteção Ambiental Carste da Lagoa Santa, onde se localiza a Lapa Vermelha, não estão cadastrados em relação ao objetivo da proteção do patrimônio arqueológico.

Embora seja possível evidenciar um diálogo truncado entre estas legislações, o mais importante é focar na constatação de que os temas e os interesses defendidos por ambas convergem. Cabe empreender o esforço necessário para que as práticas ambientais e patrimoniais também convirjam, processo já iniciado, como fica claro mesmo em uma breve pesquisa sobre o tema, a qual mostra que existem inúmeras iniciativas para a criação de unidades de conservação com foco no patrimônio arqueológico, demonstrando uma tendência em relação ao futuro da gestão destes bens no futuro.

O trabalho do gestor do patrimônio cultural é garantir a efetivação da proteção aos bens patrimoniais, assim como buscar a melhor forma de promovê-la. Tencionar os conceitos, práticas e instrumentos legais com os quais trabalhamos faz parte da atuação técnica, e visa propor atualizações e alternativas para a concretização desta missão. Neste trabalho objetivamos contextualizar a situação do tombamento dos sítios arqueológicos de tipo geoglifo no estado do Acre, vendo-o não apenas como a aplicação de uma legislação estrita, mas como um processo com reflexos sociais, econômicos e ambientais que precisam ser levados em conta cuidadosamente. Acreditamos que o Acre tem um enorme potencial para servir como referência em gestão do patrimônio arqueológico, e é com isto em mente que iniciamos os estudos para o processo de tombamento dos sítios arqueológicos de tipo geoglifo.

Referências

Berkson, Alice. Public Education: talking to three huggers: integrating archaeology into natural resources programs. *The SAA Archaeological Record*, Wahington DC, v. 9, n. 1, p. 14-17, jan. 2009.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119>. Acesso em: fev. 2012.

Caldarelli, Solange Bezerra. Participação da Arqueologia na criação de Unidades de Conservação no Brasil como medida compensatória aos impactos sobre o patrimônio arqueológico. In: Conferência da Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos, 1., 16 a 19/06/2010, Lisboa. *Anais...* Disponível em: <http://www.scientiaconsultoria.com/site2009/pdf/artigos/Arqueologia.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

Dias, Ondemar. As estruturas arqueológicas de terra no estado do Acre – Amazônia Ocidental, Brasil. Um caso de resiliência? In: Dias, Ondemar; Carvalho, Eliana; Zimmermann, Marcos (Orgs.). *Estudos contemporâneos de Arqueologia*. Palmas: Unitins/IAB, 2006.

Iphan. Portal do Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: fev. 2012.

Miranda, Marcos Paulo de Souza. Tutela penal do patrimônio arqueológico brasileiro. *Revista Jus Navigandi*. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/2738/tutela-penal-do-patrimonio-arqueologico-brasileiro>. Acesso em: fev. 2012.

Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio. Disponível em: <http://www.angelfire.com/az/andrelandia/parque.html>. Acesso em: fev. 2012.

Pärssinen, Martti; Schann, Denise; Ranzi, Alceu. Pre-columbian geometric earthworks in upper Purus: a complex society in western Amazonia. *Antiquity*, Cambridge, v. 83, n. 322, p. 1084-1095, dez. 2009.

_____ (Eds.). *Arqueologia da Amazônia Ocidental:* os geoglifos do Acre. Belém: Ufpa/Rio Branco, Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008.

Pärssinen, Martti; Piccolli, Jacó; Ranzi, Alceu; Schann, Denise. Geoglifos da Amazônia Ocidental: evidência de complexidade social entre os povos de terra firme. *Revista de Arqueologia*, Belo Horizonte, v. 20, p. 67-82, 2007.

Ranzi, Tiago Juruá Damo. *Aspectos jurídicos envolvendo sítios arqueológicos:* o caso dos geoglifos da Amazônia. Monografia. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2007.

Schann, Denise; Ranzi, Alceu; Barbosa, Antônia. *Geoglifos:* paisagens da Amazônia Ocidental. Rio Branco: GKNoronha, 2010.

Schann, Denise et al. Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre. *Revista de Arqueologia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 30-41, 2010.

Legislação

Brasil. *Decreto-lei nº. 25*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: fev. 2012.

_____. *Lei nº. 9.985/2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: fev. 2012.

_____. *Decreto "E" nº. 7.549*, de 20 de novembro de 1974. Cria a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D7549E.PDF>. Acesso em: fev. 2012.

Impresso no Rio de Janeiro, em 2016,
por Rotaplan Gráfica e Editora Ltda.,
para a Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa,
Departamento de Articulação e Fomento,
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.